

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**Título: "O CAPA VERDE: TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E INTERESSES
DE CLASSES NO CURIMATAÚ PARAIBANO".**

Ramilton Marinho Costa

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA
Abril de 1989

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia, com Área de Concentração em Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção do Grau de Mestre - MSc.

Título da Dissertação: "O CAPA VERDE: TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E INTERESSES DE CLASSE NO CURIMATAÚ PARAIBANO".

Orientadora: Paola Cappellin Giuliani

Aluno: Ramilton Marinho Costa

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Abril de 1989



C837c Costa, Ramilton Marinho
O capa verde : transformacoes economicas e interesses de classe no curimatau paraibano / Ramilton Marinho Costa. - Campina Grande, 1989.
215 f.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Sociologia Rural 2. Sociologia Rural - 3. Dissertacao I. Giuliani, Paola Cappellin, Profa. II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.334.55(043)

*A Tia Lourdes e Genaro
com gratidão e carinho.*

AGRADECIMENTOS

À Paola Cappellin Giuliani, por sua orientação dedicada e imprescindível; por seu apoio e amizade que me ajudaram a superar os momentos mais difíceis.

À todos os entrevistados, aos que colaboraram com esclarecimentos, discussões, na ajuda do trabalho de campo, na participação de reuniões, pela compreensão e solidariedade.

À Vera, por sua ajuda sempre presente.

À meu pai, que com sua experiência, muito colaborou nesse trabalho; à minha mãe, por compartilhar comigo todas as angústias e alegrias desse tempo.

À ajuda financeira do CNPq, CAPES, e do "Concurso de Auxílios para Pesquisa das Regiões Nordeste e Norte do Brasil da ANPOCS, com recursos da Fundação Interamerican".

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é repensar as transformações econômicas ocorridas no Curimataú Paraibano, com a implantação e desenvolvimento da cultura sisaleira, através do processo de segmentação dos trabalhadores.

Essa diferenciação dos trabalhadores exprime-se pelas diferentes posições que passaram a ocupar no processo produtivo, no acesso ou não a terra, nas reclamações e enfrentamentos internos e envolve também um aspecto cultural na separação entre "trabalhadores velhos" e "trabalhadores novos".

Mas paralela a essa diferenciação interna, tem havido uma crescente aproximação dos diversos segmentos de trabalhadores no nivelamento das condições de vida, na semelhança das trajetórias ocupacionais, na negação e na crítica às condições de vida e trabalho atuais e na contraposição a agentes sociais opostos.

Toda essa mudança tem se dado num contexto de crises de dominação, onde os proprietários se dividem nas formas de organização do processo produtivo, no aumento da pecuariza

ção, na diminuição do número de moradores e nas propostas de modernização no plantio e desfibramento do sisal.

As lideranças sindicais procuram resgatar a aproximação de interesses entre os trabalhadores para transformarem suas diferentes categorias em uma força política.

RESUMÉ

L'objectif de cette étude c'est le développement d'une réflexion à propos des transformations socio-économiques qu'on eu lieu au Curimataú Paraibano, à la suite de l'implantation et développement de la culture du sisal (*agave sisalana perrine*) notre object analytique c'est constitué par la procédé de segmentation des travailleurs.

La diferentiation des travailleurs c'est manifestée par des aspects divers. D'abord, ils ce sont placés differentment dans l'estructore productive. L'accés à la terre c'este aussi une facteur de diferentiation. Il y a ceux qu'ont de l'acces à la terre et ceux que n'ont pas. Encore, du point de vu culturel il y a une diferrence marqué e entre les vieux et les jeunes travailleurs.

Mais, malgré toutes cette diversité, il y a des interes communs entre eux, une fois que des facteurs importants leur indentifié. Par exemple, de plus en plus ce fait le nivellement des condictiones de vie parmi les divers segments des travailleurs. D'un autre côté, leurs trajectoires occupationnelles se ressemblent et, il existe une identité tres forte dans la negation et critiques aux condictiones de vie et tra

vaille actuel. Donc ces facteurs fonctionnent dans le sens de l'approximation des divers segments de façon qu'ils composent un bloc d'opposition aux agents sociaux dominants.

Toute cette transformation arrive dans un contexte de domination, où les propriétaires se trouvent partagés à propos des formes d'organisation du procédé productif, l'augmentation de la peccuarization, la réduction de la quantité des travailleurs qu'y habitent leurs propriétés et encore, à propos des propositions de modernization de la culture et transformation industrielle du sisal.

Les Leaders des associations des travailleurs essaient de récupérer ces facteurs d'identité et approximation qu'il existent parmi les divers segments des travailleurs dans le but de transformer les différentes catégories dans une force politique.

I N D I C E

	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO.....	01
I. PARTE - OS ATORES OS ESPAÇOS SOCIAIS E O TEMPO.....	14
CAPÍTULO I - AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E AS REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS DOS TRABALHADORES.....	14
1.1 - Processo Histórico.....	14
1.1.1 - A Região Antes do Sisal.....	14
1.1.2 - A Região Depois do Sisal.....	17
1.1.2.1 - Chega o Motor de Agave.....	19
1.1.2.2 - A Crise do Sisal.....	22
1.1.2.3 - O Sisal Hoje.....	23
1.2 - "Era o Tempo que era Outro Tempo" - As Representações do Passado.....	26
1.2.1 - "Todo Homem Fraco Tinha um Patrão".....	28
1.2.2 - "As Terras Soltas".....	33
1.2.3 - "Naquele Tempo só Existia uma Lei só"...	36
1.3 - O Capa Verde - Uma Coisa que Vinha do Nunca.....	40
1.3.1 - As Representações das Mudanças.....	40

CAPÍTULO II - AS CRISES DE DOMINAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS.....	46
2.1 - Região e Desenvolvimento Capitalista.....	46
2.2 - Caracterização e Trajetória.....	51
2.3 - As Propostas de Modernização nas Propriedades..	56
2.4 - Projeto Político de Modernização: Grandes Proprietários, Indústria e Estado.....	62
2.5 - Gestão da Mão-de-Obra.....	75
2.6 - "Vocês Ficaram Sabidos e nós Somos Obrigados a Virar Besta" - As Representações das Mudanças..	90
2.7 - Crises de Dominação.....	97
II. PARTE - DIFERENCIAÇÃO E IDENTIDADE DOS TRABALHADORES.....	100
CAPÍTULO III - DIFERENCIAÇÃO INTERNA DOS TRABALHADORES	101
3.1 - Diferenciação no Interior do Processo Produtivo	103
3.1.1 - Pequeno Proprietário Produtor de Sisal.	103
3.1.2 - Donos de Motor.....	110
3.1.2.1 - "Cão Engolindo Peste" - A Intermediação do Virador.....	123
3.1.3 - Trabalhadores de Motor.....	124
3.1.3.1 - "Prática e Talento" - As Qualificações no Desfibramento..	125

3.1.3.2 - "Trabalhava no Motor, Trabalha va na Agricultura - As Formas de Acesso a Terra.....	130
3.1.3.3 - "Fogo, Nueza e Cutilação" - En frentamentos e Conflitos.....	134
3.1.3.3.1 - "Na boca da máqui na ficava vermelho de sangue" - o aci dente de trabalho.	135
3.1.3.3.2 - "Cinco dias vale dez" - Pagamento por semana e paga mento por produção	139
3.2 - Trabalhadores Velhos/Trabalhadores Novos.....	148
3.2.1 - "A Fome Daqui é Agave" - Trabalhadores Velhos.....	150
3.2.2 - "A Fábrica que tem é Mexer com o Sisal". Trabalhadores Novos.....	155
CAPÍTULO IV - A BUSCA DE IDENTIDADE.....	160
4.1 - Classes Sociais e Interesses de Classe.....	160
4.2 - Expropriação, Exploração e Resistência.....	167
4.3 - As Condições de Vida.....	173
4.4 - Reprodução Simbólica.....	179
4.5 - Ideologia Dominada/Identidade Política.....	186
CONCLUSÃO	
NOTAS	
ANEXOS	

"O Pe. Cícero em 30 disse na Matriz, disse assim: Tenham Cuidado meus filhos, de 60. prã diante é bom tempo por pouco tempo. Vocês tomem cuidado que vai aparecer um tal de **CAPA VERDE**, com um espinho na ponta, e com esse vocês vão se manter.

E o povo naquele intrevalo de Capa Verde pensava que aquilo era o satanãs, mas o Capa Verde é o tal do sisal". (Manoel Amaro - "Trabalhador Velho" - de Cuité).

"Quando apareceu logo o agave muita gente dizia o seguinte: 'Isso é atento e só pode ser o diabo, porque olha as pontas do infeliz que tem prã furar os olhos do povo'. E muitos até descobriram isso, o **CAPA VERDE** que a profecia fala é bem esse bicho. Eles criticavam mesmo, eles achavam que aquilo era uma coisa que vinha do nunca". (José Inácio - "Trabalhador Velho" - de Barra de Santa Rosa).

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, em todas as suas fases, desde a definição do objeto até a sua redação foi permeada por uma contradição básica entre ciência e vivência.

Como lapidar um objeto dentro de uma realidade da qual se faz parte? Como separar o inseparável?

Desde o primeiro período do Curso de Sociologia, sem muitas dificuldades, consegui superar o positivismo, por isso em nenhum momento me ocorreu a pretensão de tirar os pés da terra e colocá-los no deserto glacial da neutralidade.

Mas se isso fechava, a priori, alguns atalhos, não abria nenhuma porta, porque na lapide sobre onde jazia o positivismo podia-se ler:

"As noções a estarem mais próximas de nós e mais ao nosso alcance do que as realidades a que correspondem, tendemos naturalmente substituir por elas estas últimas, transformando-as na própria matéria de nossas especulações. Em lugar de observar as coisas, descrevê-las, compará-las, contentamo

-nos então em tomar consciência de nossas idéias, analisá-las, combiná-las". (DURKHEIM, 1978:13).

A realidade que procurava investigar era feita por pessoas com as quais convivia, com valores que compartilhava, por idéias que aceitava ou as quais combatia.

Como apropriar-se agora de uma realidade através da ciência? Uma realidade que sempre foi captada pela ótica da afetividade, da arte, da ação política.

Talvez seja dessa contradição, que diga-se de passagem, não completamente resolvida, que veio a relativa demora na definição do objeto de pesquisa.

Em 1979 quando participava da redação de um jornal alternativo em Cuité preparou-se uma pesquisa nos bairros da cidade para um material de reportagem e nesta pesquisa pôde-se constatar que a maior parte das pessoas que habitavam nesses bairros trabalhavam na zona rural, a maior parte em motores de agave.

Em 1984 através de convênio entre a Associação dos Municípios do Curimataú e SUDENE, coordenei uma pesquisa em onze municípios da região para traçar o perfil geo-sócio-econômico de cada um. Nesse trabalho procurou-se reescrever as histórias de formação de cada município, analisar a estrutura urbana, de educação, de saúde, do mercado de trabalho e a estrutura agrária.

Esse trabalho permitiu conhecer melhor a região do Curimataú como um todo nos vários aspectos da organização só

cio-econômica, mas trouxe uma série de indagações que não tiveram respostas no âmbito do projeto.

Em 1985 para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais fiz uma pesquisa individual sobre as Frentes de Emergência, procurando vê o reflexo das mudanças na trajetória dos trabalhadores decorrentes das transformações na agricultura. Havia também o objetivo de entender as transformações nas representações ideológicas e na participação coletiva dos trabalhadores durante o período de inserção nas Frentes de Trabalho. A partir de então passava a contar com a orientação da Professora Paola C. Giulliani.

Essa pesquisa forneceu-me uma base de análise empírica das transformações econômicas ocorridas na região, mas o tema do sisal só veio surgir em 1986 quando junto com o sindicato elaboramos um documento para ser apresentado no II Seminário Regional do Sisal na Paraíba, realizado em Cuité.

Durante a realização do Seminário questões novas me apareceram como os conflitos que separavam proprietários e industriais e as propostas de modernização nas fases de plantio e desfibramento da cultura sisaleira e a possibilidade latente de ampliação do mercado para produtos derivados do sisal na indústria farmacêutica, de bebidas, de celulose, etc.

Assim, a princípio, pensei em escrever a história do desenvolvimento da cultura sisaleira na região. Mas faltava um fio condutor que ajudasse a pensar essa história.

Mas a história do sisal na região era a história das transformações econômicas pelas quais essa passou. Surgiu,

então, uma questão que começou a nortear o pensamento: qual o reflexo das transformações econômicas ocorridas com a implantação do sisal nas condições de vida e trabalho dos trabalhadores da região?

Mas, ainda em 1986 os proprietários e intermediários lançaram a proposta de acabar com o adiantamento feito aos trabalhadores de motor e generalizar na região o pagamento por produção no desfibramento do sisal.

O Sindicato começou a reagir a essa proposta conseguindo mobilizar os trabalhadores. Mas essa mobilização foi difícil de ser conseguida pela própria diferença de interesses entre os trabalhadores do sisal: trabalhadores de motor, donos de motor, pequenos proprietários produtores de sisal.

Então surgiram novas perguntas. Qual o reflexo das transformações ocorridas na região sobre a composição interna da classe trabalhadora?

E mais. Notava-se que havia uma aproximação nas condições de vida e trabalho entre os diversos segmentos dos trabalhadores e que as propostas de modernização reforçariam essa aproximação, uma vez que reforçariam todo processo de exploração e expropriação ocorrido.

Havia a segmentação dos trabalhadores quanto a posse ou não do meio de produção, o motor; quanto a posse da terra, no interior da divisão técnica do trabalho, etc.; mas, ao mesmo tempo havia uma aproximação entre eles nas condições de vida e no interior do processo produtivo. Qual o reflexo dessa situação nas representações dos trabalhadores? Poder-se-ia

falar numa identidade coletiva entre eles surgida no meio de experiências comuns, valores idéias compartilhadas e na aproximação dos seus interesses?

Por outro lado, todo processo de transformação econômica levou a mudanças nas relações de trabalho e essa mudança tem se dado de forma conflitiva. Esses conflitos na última década passou a ter maior ressonância no interior dos sindicatos onde ganharam nova dinâmica expressando novas formas de lutas políticas.

Diante dessas constatações e dúvidas iniciais procurou-se elaborar o objetivo básico da investigação:

Analisar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho no Curimataú, para através destas, repensar o processo de segmentação dos trabalhadores e a conseqüente reorganização de seus interesses.

Hoje, com a atual crise nas relações de dominação e com as novas propostas de modernização na produção e desfibramento sustentadas pelos grandes proprietários, intermediários e industriais do sisal, procurar-se-á questionar o fato de que, apesar da segmentação dos trabalhadores levados pela crescente divisão do processo de trabalho na cultura sisaleira e nas formas variadas de acesso a terra, há situações onde visualiza-se a aproximação interna desses segmentos dentro de um projeto coletivo no enfrentamento as novas oposições.

Procuraremos ver os reflexos dessas mudanças nas representações ideológicas e comportamento dos diversos agentes sociais, em especial, os trabalhadores do sisal; tanto no in

terior do processo produtivo, quanto no interior do espaço político de organização e mobilização de classe, no caso, o Sindicato.

Diante desse objetivo elaboraram-se as hipóteses básicas:

- . Apesar do processo de diferenciação ocorrido entre os trabalhadores, com o desenvolvimento da cultura sisaleira no Curimataú, vê-se que diante da atual crise nas relações de dominação, há um processo de aproximação dos diversos segmentos de trabalhadores, que se não anula suas diferenças, as recompõem dentro de um processo mais abrangente de ação e luta coletiva – que tem como base concreta a oposição as atuais propostas de modernização no plantio e desfibramento do sisal;
- . As atuais propostas de modernização estão ligadas a uma nova forma de expansão do capitalismo no campo e, diz respeito principalmente, ao desenvolvimento das forças produtivas e modificações nas relações de trabalho. E este fato engloba, tanto pequenos proprietários produtores de sisal, quanto trabalhadores e donos de motor num processo abrangente de expropriação e exploração, determinando transformações nas condições de geração e apropriação de sobretabalho do pequeno produtor e do trabalhador assalariado;
- . Os interesses dos trabalhadores que manifestam-se nas suas práticas de vida e trabalho são transfe

ridos e retrabalhados no interior do espaço político de classe, no caso, o Sindicato, que através de sua ação político-ideológica na luta que estabelece com outros órgãos de classe e sobre o processo produtivo, leva a mudanças nas representações e comportamento dos trabalhadores, influenciando nas novas estratégias de ação e luta que passam a estabelecer.

Terminada essa primeira etapa, foi feita uma revisão bibliográfica e uma investigação documental junto aos sindicatos, a cooperativa e associação dos produtores de sisal.

Houve a participação no I Seminário Nacional sobre Tecnologia do Sisal em Salvador - Bahia, 1987; onde apresentei o trabalho: "Sisal e Transformações Econômicas no Curima-taú Paraibano". Nesse Seminário houve a possibilidade de entrar em contacto principalmente com todas pesquisas tecnológicas realizadas no País acerca da modernização da cultura sisaleira em todos os seus aspectos. Houve o contacto também com representantes sindicais da região sisaleira da Bahia permitindo fazer algumas comparações. *

De volta a Cuité iniciaram-se as visitas de campo, nos motores de agave. O horário da visita dava-se sempre às 10:00 horas da manhã quando os trabalhadores paravam para o almoço ou às 13:00 horas quando paravam para o café.

Nessas visitas iniciais procurava-se sempre explicar os objetivos acadêmicos da pesquisa, para livrar-me da identificação que muitos trabalhadores procuravam me imputar

de intermediador do Estado.

Nessas visitas diárias passava-se de 20 a 60 minutos em cada motor e a conversa era com toda a equipe reunida. Nesses encontros surgiram questões novas para mim; como a presença do "virador de motor" e também sobre as variações de horário de trabalho e as variações que existiam de formas de pagamento. No fim da reunião conseguia-se o endereço de trabalhadores que desejassem ser entrevistados em suas residências no final de semana.

Com o passar do tempo fui descobrindo outros locais onde poderiam ser feitas as visitas aos trabalhadores do sisal. Nos fins de semana pela manhã (domingo) eles ficavam pelas calçadas dos bairros a espera do virador que passava trazendo o pagamento "da turma".

Outros pontos de encontro de trabalhadores eram botecos em algum lugar determinado nos bairros onde no sábado à tarde eles reuniam-se para receber pagamento e/ou fazer novos "contratos" de trabalho.

Outro ponto de encontro era também na saída dos armazéns nos dias de feira.

Essas visitas permitiram a delimitar as questões básicas para as entrevistas e as pessoas para respondê-las.

Assim foram feitas cinco entrevistas preliminares: com trabalhadores de motor, com dono de motor, com pequeno proprietário, com um grande proprietário e com uma liderança sindical.

Essas entrevistas depois de analisadas permitiram superar algumas dúvidas, mas criaram mais indagações.

Em seguida elaborou-se um questionário para ser aplicado com trinta trabalhadores de motor com ajuda de assistentes de pesquisa.

Começaram, ao mesmo tempo, a ser feitas novas entrevistas que dependendo da disposição do entrevistado poderia ser a resposta a questões abertas, como também poderia ser histórias de vida ou a narração de como era "o tempo antigo".

Foi durante estas entrevistas bastante ricas em fatos, que apareceu duas questões novas. Uma delas era a diferença que havia entre "trabalhadores novos" e "trabalhadores velhos", que trazia novas formas para pensar a diversificação interna dos trabalhadores e as perspectivas políticas diversas.

O outro fato foi a lenda do Capa Verde, que surgiu espontaneamente durante a conversa com um trabalhador velho; com o qual foi feita uma entrevista posterior para aprofundar o tema, que também passou a ser tratado com outros trabalhadores. Através da história do Capa Verde havia a possibilidade de ver a representação que os trabalhadores faziam da passagem do "antigamente" para o "hoje em dia"; e possibilitava também vislumbrar uma forma pela qual os trabalhadores do sisal anunciavam uma forma de identidade que trasladava o tempo das transformações.

As entrevistas com os grandes proprietários foi facilitada pelo conhecimento que tinha com muitos deles. Mas se

nenhum se negava a dar entrevista, uma parte deles procurava me identificar com o Sindicato dos Trabalhadores ou com o PT e a Igreja (que para eles estão interligados). Isso dificultava falar de certas questões, como por exemplo, quando se tratava dos moradores. Assim muitas dessas entrevistas ficaram incompletas, fazendo-se necessário voltar depois a entrevistar os mesmos proprietários.

Terminada essa fase elaborei o primeiro relatório parcial sobre os trabalhadores do sisal e elaborei um artigo com as conclusões das entrevistas com grandes proprietários e intermediários.

Na segunda fase de entrevistas procurou-se fazer a separação entre "trabalhadores novos" e "velhos".

As reuniões nos bairros ou no sindicato ajudavam a responder algumas inquietações e ajudou preparar melhor as questões para entrevistas as lideranças sindicais da região. Com alguns deles, além das entrevistas, havia discussões constantes no dia a dia que facilitavam as informações; mas a participação direta em alguns movimentos levados pelo Sindicato também dificultava, por misturar ação política e investigação científica.

Montaram-se vinte questionários para ser aplicados a pequenos proprietários produtores de sisal e vinte questionários para ser preenchidos com donos de motor.

Nessa fase também foi feito um levantamento estatístico junto ao FIBGE, INCRA e FIPLAN.

Para concluí-la elaborou-se o segundo relatório

parcial, onde falava-se sobre as representações do passado dos trabalhadores do sisal e a sua diferenciação interna.

A terceira fase foi a atualização de dados com entrevistas ou visitas a instituições e órgãos de classe e também a complementação de entrevistas com grandes proprietários e lideranças sindicais. **

A divisão da fase de campo em três etapas foi decorrente do fato de estar ao mesmo tempo, trabalhando na redação da dissertação e ligado a novos fatos, acontecimentos ou idéias que iam surgindo; o que muitas vezes criava a necessidade de novas entrevistas ou voltar a redigir artigos inteiros já concluídos.

O município de Cuité foi tomado como base na pesquisa de campo, tanto por motivos quantitativos: por apresentar maior número de mão-de-obra empregada no sisal, maior área colhida de sisal, quantidade maior de recursos gerados com esse produto na região, etc.; quanto por motivos qualitativos, porque esse município tem sido a sede de acontecimentos políticos importantes, na organização da classe trabalhadora e dos proprietários e intermediários do sisal.

De forma complementar, estendemos a pesquisa aos municípios de Barra de Santa Rosa e Nova Floresta; de forma a permitir fazer um quadro comparativo das transformações econômicas ocorridas, já que cada um desses municípios possui certas particularidades sócio-econômicas relevantes para nossos objetivos; além do fato do conjunto dos três municípios ampliar os desdobramentos das lutas políticas.

A dissertação foi dividida em duas partes, com dois capítulos cada uma.

O Capítulo 1 procura fazer uma periodização das fases de desenvolvimento da cultura sisaleira na região, ao mesmo tempo que fala das representações que "os trabalhadores velhos" fazem do passado e das mudanças.

No Capítulo 2 trata-se dos grandes proprietários, seus conflitos internos e externos; as formas de gestão da força de trabalho, as propostas de modernização; a relação com o Estado e a organização política da classe; além das representações ideológicas que eles fazem das transformações ocorridas.

Essa primeira parte é, portanto, dedicada a apresentação dos atores em seus espaços sociais e nas fronteiras ideológicas que os separam.

No Capítulo 3 analisa-se a questão da diferenciação interna dos trabalhadores, através da divisão do trabalho, das formas de acesso a terra; nos conflitos internos e na fragmentação cultural entre "trabalhadores novos" e "trabalhadores velhos".

No Capítulo 4 investiga-se a busca de identidade política dos trabalhadores, através das resistências a um processo geral de expropriação e exploração, da semelhança das condições de vida e das formas de reprodução simbólica. Analisa-se ainda os desdobramentos dessas situações no interior do movimento sindical e nas mobilizações coletivas dos trabalhadores.

A segunda parte trata, de forma complementar, a aparente contradição entre a segmentação dos trabalhadores e a aproximação de interesses entre eles.

Segue-se pois, O Capa Verde que apesar de desnudado pelos instrumentos da ciência, continua ainda mágico e misterioso, como as suas espadas de espinho furando os céus do passado.

A realidade do povo do sisal é rica nas suas profundezas e em muitos dos seus abismos, só a fê, a arte, o sentimento e a luta podem adentrar-se e revelá-los.

NOTAS

(*) além desse Seminário, participei dos:

- . II Seminário Regional do Sisal na Paraíba - Cuité, 1986.
- . I Encontro dos Trabalhadores do Sisal no Curimataú, Cuitê, 1987.
- . Seminário ANPOCS/INTERAMERICAN para discussão da primeira fase de pesquisa - Belém - 1988.

(**)Aproximadamente durante três anos de pesquisa foram feitas mais de cinquenta entrevistas, que variavam de ligeiras conversas até entrevistas com mais de duas horas de duração. Foram entrevistados grandes proprietários, intermediários, industriais e trabalhadores do sisal, além de representantes de classe e do Estado, moradores, representantes da Igreja, etc.

PRIMEIRA PARTE:

"OS ATORES, OS ESPAÇOS SOCIAIS E O TEMPO"

*"No fim da era
O CAPA VERDE aparecia
Dando dinheiro ao povo
E muita gente enriquecia."*

(Literatura Popular da Década de 30)

CAPÍTULO I

AS MUDANÇAS ECONÔMICAS E AS REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS DOS TRABALHADORES

1.1 - PROCESSO HISTÓRICO

1.1.1 - A Região Antes do Sisal

Embora a Sesmaria onde localiza-se Cuité fosse doada em 1704, os primeiros aglomerados de pessoas só surgiram no século XVIII pelas estradas de gado que cortavam a região.

Paralela a criação de gado, relegada a segundo plano, a agricultura de pequena escala destinava-se ao abastecimento das fazendas, localizando-se geralmente nas vazantes. Restringia-se à produção de mandioca, milho, feijão e algodão, feita pelo vaqueiro, morador, parceiro e sua família, também por migrantes que chegavam expulsos dos domínios da cana de

açúcar.

A Revolução Industrial deflagrada na Inglaterra permitiu que se formasse no Brasil o Ciclo do Algodão. O algodão deu oportunidade aos pequenos proprietários, meeiros e moradores cultivá-lo consorciado com o feijão e o milho, juntando num só cultivo produtos para venda e para subsistência.

Com o algodão no Curimataú apareceu e intensificou-se a economia monetária, que por sua vez, permitiu o adensamento da população e, conseqüentemente, a formação de vilas - nas primeiras décadas do século XIX - é o caso de Barra de Santa Rosa, Picuí, Olivedos e Cuité, quando sua Matriz é fundada e ela desliga-se da freguesia de Caicó - RN. A produção artesanal - roupas, panelas, utensílios - antes feita nos domínios da fazenda ou dos sítios, deslocou-se às vilas, através das feiras. A necessidade de se produzir para o mercado levava a uma primeira divisão do trabalho: divisão entre produção agrícola e artesanal, divisão entre campo e cidade e o aparecimento do comércio... O trabalho de artesões e prestadores de serviços foram inseridos no meio de relações de troca, antes inexistentes ou precariamente existentes (C. f. COSTA, 1985:5).

A cultura do algodão foi acompanhada da dissolução do sistema de Sesmaria (1820), que sem a substituição imediata por outra legislação sobre a posse da terra fez multiplicarem-se as pequenas unidades de produção, aumentando a ocupação na base da posse. A Lei de Terras (1850) não impediu esse processo, haja visto a abundância de terras e o parco desenvolvimento das forças produtivas.

Com a Guerra de Secessão nos EUA, o algodão que ha via entrado em crise ganha um novo impulso. Sua produção aumenta e avança para novas áreas, a renda monetária em circulação aumenta fazendo surgir novas feiras, povoações e vilas. Nesse período o município de Cuité é fundado e instalam-se sítios em Nova Floresta.

Depois dessa rápida subida advém uma nova crise do algodão que só vai se recuperar, aproximadamente, na segunda década desse século, e desta vez não mais ligado ao comércio internacional, mas para atender ao mercado interno.

O algodão conseguiu aumentar o povoamento da região e, apesar das mudanças sócio-econômicas que provocou, fortaleceu e aumentou os pequenos estabelecimentos agrícolas e manteve um grande número de trabalhadores ligados as fazendas; moradores, vaqueiros, trabalhadores volantes. O algodão, por não firmar-se como monocultura, permitiu uma democratização no acesso a terra e não chegou a necessitar de um maior desenvolvimento das forças produtivas no campo, nem mudanças nas relações de trabalho. (Cf. ANDRADE, 1980).

Outra cultura que desenvolveu-se paralela ao algodão foi a da mandioca. Esta aumentou significativamente nas primeiras décadas desse século principalmente nos municípios de Cuité e Nova Floresta, ficando essa região conhecida como "A Serra da Farinha". A cultura da mandioca demandava muita mão-de-obra, principalmente na parte da colheita e beneficiamento.

Cuité em 1936 tinha 31 fábricas de farinha movidas a motor, seis a bolandeira e 60 moviças a braço. (Santiago,

1936:27).

1.1.2 - A Região Depois do Sisal

O sisal chegou no Nordeste em 1903 e já em 1957/9 a Paraíba destacava-se, entre outros estados, como principal produtor e a exportação da fibra passa a ser feita na década seguinte, em 1945 a Paraíba tinha quase a totalidade da produção do País. (1)

O sisal chegou ao Curimataú ainda na década de 30 nas mãos de um Padre proprietário da região. (2)

Vieram os bubilhos que passaram a ser espalhados pelo sistema de 'filhação'. O agave espalhava-se seguindo os ventos do bom preço e começava a fazer parte da paisagem regional, ocupando lugares antes reservados à roça ou locais de mata.

Mas afora o preço, o sisal trazia vantagens na sua implantação. Por sua rusticidade o agave é resistente à pragas e doenças e apresenta condições de produzir sob baixa e irregular precipitação pluviométrica ou em solos rasos, além de poder ser utilizado como "cerca viva" e, por último, seu cultivo e tratos culturais são rudimentares e manuais, não exigindo grandes inversões de capital.

Crescia, portanto, a demanda por mão-de-obra, na implantação e tratos culturais dos campos, bem como no desfibr

mento processado de maneira rústica.

Essa mão-de-obra estava disponível nas fazendas, eram moradores, agregados, pequenos produtores e começaram a chegar na região novas levas de imigrantes provindos, principalmente, do Brejo e Sertão, em busca de terra e/ou trabalho.

Nas primeiras fases de implantação do sisal, muitas áreas de lavoura ainda foram mantidas e até aumentadas com a utilização das fileiras do agave para o plantio de cereais, o que reforçou a estrutura existente do processo produtivo e das relações de trabalho.

No desfibramento utilizava-se um instrumento rústico denominado "farracho" ou "alicate", que consistia em um pequeno suporte de madeira onde ficavam encaixadas pedras na forma de guilhotina; o trabalhador amarrava a folha em um pedaço de madeira colocando-a no meio das pedras para ser desfiada.

Com o "farracho" não havia divisão no trabalho de desfibramento. O trabalhador cortava as folhas num dia para desfibrá-las no dia seguinte, fazia o trabalho sozinho ou acompanhado por alguém da família, as vezes, crianças. O trabalho era feito por pequenos produtores nas suas plantações e em outras propriedades; já havia, também, pessoas dedicadas apenas a atividade do desfibramento, mas a maior parte dos trabalhadores no desfibramento era composta de moradores e agregados.

No desfibramento o pagamento era feito por produção, pela quantidade de quilos desfiados, dando uma média

de 100 kg desfibrados por semana.

No entanto, a produção de sisal aumentava, em 1947 Cuité já tinha uma produção anual de 610 t. (FALCÃO, 1983) havendo necessidade de modernização no processo de desfibramento. Na década de 40, o mesmo Padre que trouxe o sisal traz o primeiro motor de agave, mas ocorre um acidente com um trabalhador que perde um braço, levando ao imediato protesto da população e a paralisação da máquina.

1.1.2.1 - Chega o Motor de Agave

O motor de agave viria, de uma vez por todas, na década de cinquenta, seu uso tornara-se imprescindível devido ao crescente aumento da produção sisaleira. Em 1950 Cuité já estava entre os três municípios de maior produção do Estado com a quantidade anual de 3.333 toneladas de fibras produzidas. (FALCÃO, op. cit.).

Os primeiros motores que chegaram eram motores grandes e de base fixa. Eram motores potentes com mais de uma boca para desfibramento. Eram poucos os motores desses funcionando na região, mas empregavam uma mão-de-obra numerosa, tanto de moradores, quanto de trabalhadores assalariados. Muitos proprietários saíam em busca de trabalhadores no Brejo, principalmente puxadores, dando-lhes moradia e trabalho no sisal.

Os motores, em geral instalados no "terreiro" do Exiproprietário eram praticamente umas pequenas fábricas.

giam-se muitos trabalhadores no campo para o corte da folha e outro tanto para carregarem as fibras, as vezes, com distâncias razoáveis. Na boca da máquina ainda ficavam puxadores e bagaceiros.

Os trabalhadores descansavam no alpendre da casa do patrão, bem ao alcance de sua fiscalização, sua ordem e seus favores; misturavam-se aos agregados, que eram da casa; enfim, apesar do trabalho assalariado, os padrões e conteúdos das relações sociais permaneciam quase os mesmos.

É dessa fusão do passado da fazenda com o tempo do motor que passou a ser costume a forma de pagamento adiantado no desfibramento do sisal. O adiantamento era feito a um número limitado de trabalhadores, todos conhecidos pelos patrões e a eles ligados por laços outros, seja de moradia, favores, etc. Dessa forma o adiantamento não apresentava perigo de perda para o proprietário e era a continuação de uma prática comum na região.

Ainda na década de 50 começavam a ser usados os motores de base móvel.⁽³⁾ Os motores grandes logo tornaram-se obsoletos e foram substituídos por motores menores que podiam ser transportados para o local do campo de desfibramento, eram mais práticos, mais baratos e ocupavam um menor número de trabalhador por motor que o anterior.

A partir daí algumas mudanças sociais já tornavam-se perceptíveis. Com esse novo motor consolidou-se a divisão do trabalho entre agricultura e desfibramento, o trabalho em equipe e a especialização.

Com o motor móvel houve uma distensão nas relações entre os patrões e os trabalhadores do desfibramento, essa atividade estava agora mais afastada da sombra pessoal do proprietário, ganhava mais autonomia e funcionalidade.

Crescia o número de trabalhadores ligados ao desfibramento e outros que só voltavam para agricultura dois dias por semana; havia, assim, uma primeira diferenciação no interior dos trabalhadores.

Nesse período o sisal avançou mais sobre áreas de roçado aumentando a expulsão do trabalhador do campo.

Como o preço do sisal já estava em declínio, apesar da alta demanda por mão-de-obra, o preço desta era baixo. E a partir de então começava a emigração de trabalhadores para outros estados: Rio Grande do Norte, Bahia ou para o Sul do País.

Com uma grande demanda por trabalhadores, mas com a alta emigração destes e com a queda das condições de conservação dos campos, os trabalhadores em certas partes do Curima taú passaram a só querer trabalhar por semana e não mais por produção como era feito anteriormente.

Podemos concluir que a substituição da mandioca pelo sisal representou muito mais que simples mudança de produtos agrícolas. Representou mudanças drásticas na forma de organizar a produção e o trabalho, tendo implicações nas dietas alimentares da população, aumento da jornada de trabalho, transferência de recursos, expropriação de pequenos produtores,

proletarização ou semi-proletarização do camponês e apropriação individual da terra.

1.1.2.2 - A Crise do Sisal

Já na década de 50 o sisal começava a mergulhar na sua crise crônica levando-o a retrair-se em outras áreas do Estado para refugiar-se no Curimataú, Seridó, Serra do Teixeira e Cariris Velhos. Por isso, apesar dos campos de sisal terem se expandido na região, essa expansão não foi acompanhada de maiores mudanças tecnológicas e sociais, mantendo baixos os custos de produção.

De 1966 a 1972 acaba-se a política de preços mínimos (CFP) e o Banco do Brasil passou a financiar novos plantios de sisal apenas para as regiões do Curimataú, Seridó e Cariris Velhos, porque na década de 60 muitos proprietários tiveram de se desfazer dos seus patrimônios para cumprir com promissos bancários (FALCÃO, op. cit. 110) e a estrutura de comercialização passa de atomizada para oligopsônica: em 1960 existiam 34 empresas exportando sisal na Paraíba, em 1974 existiam apenas quatro: a Crispim - Companhia Paraibana de Sisal e P. Sabino em Campina Grande, Soares de Oliveira Comércio e Indústria S/A em João Pessoa e Companhia Sisaleira de Cuité (COSITE) em Nova Floresta. (SARAIVA, 1981).

Um número maior de pequenos produtores: pequenos proprietários, meeiros, ocupantes ou ex-moradores foram se as

salariando, permanente ou temporariamente, tanto no plantio quanto no desfibramento. Os trabalhadores do campo expulsos, quando não migravam para outras regiões, passavam a residir nas periferias das cidades, voltando ao campo em formas provisórias de acesso a terra ou encontrando no motor seu principal meio de subsistência.

Nesse período os proprietários de terra que eram proprietários de motores passaram a vendê-los a trabalhadores ou outras pessoas, criando um novo grupo social: os donos de motor.

No interior da classe proprietária também passou a haver uma significativa diferenciação interna, quando a maioria achava-se cada vez mais empobrecida e uma pequena parte aumenta suas posses e seu poder econômico e político e outra minoria ligava-se a empresas de exportação, atuando como entreposto na comercialização do sisal, abarcando as esferas de produção e comercialização.

1.1.2.3 - O Sisal Hoje

Apesar da crise permanente em que vem sendo cozinhada a fogo branco a cultura do sisal, esta representou nos anos de 73 - 77, 0,6% do valor total das exportações do País. Em termos de Nordeste, nos anos 70, o sisal contribuiu com 6% do total das exportações e, em igual período, representou 67,1% do total das exportações na Paraíba. Dentre as Microrre

giões, as do Curimataú e Serra do Teixeira têm a maior produção, respectivamente, 31,4% e 23,4% do total produzido no Estado. (SARAIVA, op. cit. 62 a 67).

Dos 171 municípios da Paraíba o sisal gera ICM para 59 deles, onde em 24 o sisal é o primeiro contribuinte, em 23 é o segundo e em nove é o terceiro contribuinte. (Secretaria das Finanças - 1980).

A área total colhida de sisal no ano de 1980 no Curimataú, segundo dados do FIBGE e FIPLAN, foi de 21.000 ha.

Cuité, Nova Floresta e Barra de Santa Rosa produzem juntos o valor equivalente a 95,64% do total produzido na microrregião, enquanto só o município de Cuité é responsável por 38,10% da quantidade de sisal produzida na microrregião.

Depois dos anos 70 e, principalmente, nos anos oitenta, tem ocorrido um gradual abandono dos campos de sisal. Para os proprietários menores, esse abandono representou deixar os campos cobrirem-se de mato e, quase sempre, levou sua saída do campo. Os proprietários maiores tiveram a oportunidade de aumentar suas posses e alguns deles destruíram alguns dos seus campos para o plantio de palma e para criação de gado; outros passaram a ceder a terra a trabalhadores da rua durante determinado período do ano em troca da palha para o gado e alguns voltaram ao plantio de cereais através do trabalho assalariado, ou investiram na produção de cajú, maracujá, etc.

Diferenciados nas formas de gestão da mão-de-obra e enfrentando a relativa escassez dessa, sem condições ou pers

pectivas de promover um processo de modernização mais abrangente na produção ou desfibramento do sisal, enfrentando o baixo preço dos produtos agrícolas e tendo cortado cada vez mais seu acesso ao Estado, os proprietários passaram a deparar-se cada dia mais numa teia maior de conflitos com moradores, parceiros ou com o aumento do preço da mão-de-obra no sisal.

Em contraposição aos trabalhadores, os proprietários buscaram se organizar em torno da Cooperativa, na Associação dos Produtores de Sisal e passaram a criticar a inoperância do Sindicato Rural Patronal, que para eles seria o legítimo intermediador no conflito com os trabalhadores.

A Brasfibra, prevendo a extinção do sisal e procurando atender as necessidades de mercado por fibras mais resistentes e de melhor qualidade, tem através do incentivo do Estado, comprado grandes extensões de terra para o plantio de sisal em novas bases técnicas e sociais; procurando investir também na modernização do desfibramento através de uma máquina mais produtiva e com menor perda, por meio da qual possa diminuir a demanda da mão-de-obra e baixar o preço desta.

Outros intermediários na região estão ligados a outras firmas exportadoras.

Mas tanto para os intermediários quanto para os grandes proprietários é fundamental a organização do processo de desfibramento, e essa organização, para eles, passa necessariamente pelo corte do pagamento adiantado que é feito ao trabalhador e a utilização da nova máquina no desfibramento. Já

havendo mobilizações dentro da região ou do Estado para que estas mudanças sejam implementadas.

Os anos 80 marcaram um crescimento significativo nos movimentos sindicais em Barra de Santa Rosa, Cuité e Nova Floresta, crescimento esse, medido tanto pelo aumento quantitativo dos sócios, quanto pela mudança qualitativa nas formas de encaminhamento das lutas políticas.

Houve uma série de encontros dos trabalhadores do sisal nos últimos três anos, a mobilização do Sindicato contra as propostas dos proprietários e intermediários de cortar o adiantamento e, por último, procurou-se organizar uma campanha salarial para os trabalhadores do sisal.

Verifica-se que apesar de estarem divididos no interior do processo produtivo, com interesses imediatos as vezes até opostos, os trabalhadores da região têm enfrentado um processo de mudanças sócio-econômicas, que têm em comum o aumento da expropriação do pequeno produtor e da exploração da força de trabalho.

Deparando-se com a falta de trabalho, os trabalhadores passam a elaborar nas suas representações uma oposição de interesses que ganha dimensões de classe e marca um processo de construção de uma identidade, da qual as mobilizações individuais ou coletivas são um reflexo.

1.2 - "ERA O TEMPO QUE ERA OUTRO TEMPO" AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO

Lygia Sigaud (1977) se propôs a analisar o processo

de mudança na consciência social dos trabalhadores da área da cana através da temporalidade que eles estabeleciam com referência a noção de direitos. Ela concluiu que o passado assume um aspecto negativo quando o trabalhador refere-se aos direitos adquiridos e é idealizado quando o trabalhador refere-se a sua privação atual pelo não cumprimento dos direitos. Para ela essa incongruência: passado negativo/passado positivo não é percebido pela avaliação do trabalhador porque, segundo ela, as contradições nunca aparecem ao nível da ideologia. Para a autora, o trabalhador continuará operando com as duas lógicas: passado/presente até o momento de desaparecer da consciência social e da própria base social os últimos vestígios da antiga ordem.

Moacir Palmeira (1980) afirma que esses trabalhadores ao se referirem ao passado idealizam-no porque as velhas regras da coexistência social são dadas em "estado puro", "absolutizadas", "exageradas" e "levadas as últimas consequências", como a construção de um Tipo Ideal "selvagem".

Pode-se acrescentar que a referência ao passado é, antes de tudo, uma forma de pensar e questionar o presente. E o elo entre esses dois tempos é construído sobre certos interesses específicos forjados nas experiências partilhadas, valores aceitos, tradições e costumes comuns e nos confrontos e conflitos com outros interesses.

O passado é um meio de expressar o presente: as privações a falta de terra e trabalho - refletindo as condições sociais de um grupo, delimitando-o e demarcando seu tempo histórico. A referência ao passado marca a articulação de uma

identidade que passa a ser partilhada.

As contradições, paradoxos e incongruências dos discursos refletem as contradições reais transpostas e repostas dentro do imaginário coletivo, onde sobre o domínio dos interesses dos trabalhadores essas incongruências e contradições são trabalhadas dentro de uma composição lógica e harmônica, permitindo a convivência dessas ambiguidades dentro de um mesmo corpo discursivo da Ideologia Dominada.

Deve-se acrescentar também, que antes de qualificar o discurso de referência ao passado dos trabalhadores como "um tipo ideal selvagem", poder-se-ia compreendê-lo como uma forma de expressão onde as relações sociais são naturalizadas, onde se traduz o mundo como um assunto de preferências, laços de simpatia, lealdades pessoais, complementariedades e compensações. (Cf. DA MATA, 1987). O discurso tem por base um mapa cognitivo onde confundem-se ordens pessoais e cósmicas, onde os conceitos são flexíveis e relativizados, nunca reificados.

O passado dos trabalhadores do Curimataú é o da região antes da implantação definitiva do sisal (1930-1950). Esse passado será exposto tomando-se três momentos: a) a relação patrão/trabalhador; b) a terra como forma de ascensão social e c) a passagem e a comparação dos dois tempos.

1.2.1 - "Todo Homem Fraco Tinha um Patrão"

Um parâmetro básico na visão do trabalhador sobre o

passado é o trabalho. As fazendas que eram extensas comportavam o trabalho de dezenas ou centenas de pessoas, agregados ou temporários. As terras eram abundantes, havia pouca ou inexistente utilização da técnica o que aumentava a demanda por mão-de-obra. A reduzida influência do mercado permitia que o maior volume da produção se destinasse ao consumo interno.

As fazendas possuíam ou começavam a implantar grandes áreas de roça, algodão, feijão, milho e fava. As condições de trabalho dos moradores da maior parte dessas fazendas assemelhavam-se ao "cambão" medieval — o morador tinha que dar dias de trabalho para o patrão, remunerado ou não e, em troca da terra, pagava com parte da produção de algodão — a terça ou a meia, geralmente não se pagava a meia dos cereais.

Para os trabalhadores volantes, pequenos proprietários, posseiros, ou migrantes que vinham do Brejo ou Sertão, tinha serviço e comida.

"O morador tinha três dias de condições e três dias pro morador. Ganhava um morador nesse tempo dez tões o dia de serviço que ele dava... Lá no armazém dele, que ele tinha condições, era milho, feijão, fava, era o que o camarada quizesse... Pagava com a meia do algodão, né, e o grão que dava era do morador. O grão que dava ele não queria meia". (M. A. - ex-Virador).

"Era melhor do que hoje porque todo proprietário, esses médios e grandes proprietários pagava o trabalho, sabe? Dava um roçado pro caba trabalhar, pagava a meia do algodão, né? E eles, todos eles, trabalhavam na safra do algodão, muito algodão mesmo". (J. I. ex-Cambiteiro).

"Essa terra toda, nos Evaristos só tinha descampado o local da casa de farinha, o resto era coberto de roça, ninguém passava fome porque a gente tinha onde trabalhar". (M.C. Meeiro).

Dentro desse contexto mesmo nos períodos de estiagem havia necessidade de trabalho na fazenda e os cereais acumulados serviam para dar continuidade ao ciclo agrícola, mantendo a mão-de-obra no local. Por isso nesse tempo era comum se morar 10, 15 anos ou a vida toda com um só patrão.

"Aí ele (o patrão) um dia: 'Vamos enfrentar um ideal, pode acontecer uma seca grande na frente' e era assim uns cem aos cento e vinte moradores. 'Vamos tirar esse terreno', tirado no chibanco... Quando acabou ele falou: 'Agora o plantio eu vou traçar o ideal na cabeça, vou plantar roça'... Quando essa roça tava com quatro anos ele disse: 'Vou levantar uma casa de farinha'... Muíã aquela mandioca no braço, e então, depois de seis meses, mandou fazer uns caixotes de madeira prá os tempos ruim advinhado. Eu alcancei o tempo 30, 31, 32 sem pegar em grão e ninguém passou fome... O dono tinha condições de sustentar tudinho. Queima macambira, queima xique-xique, queima faxeiro, cuidando do gado dele e fazendo barreiro e fazendo isso e fazendo aquilo, tinha fava, feijão, milho e farinha dentro de casa". (M. A. - ex-Virador).

A vida social nos tempos anteriores ao sisal tinha uma outra configuração. Entre moradores, pequenos posseiros, meeiros, pequenos proprietários, havia pouca diferenciação em termos de trabalho, moradia, posses; ao mesmo passo que havia uma escassa influência externa, o que possibilitava a existência de laços mais sólidos de amizade, compadrio e solidariedade.

Os patrões mantinham uma relação mais direta e permanente com os trabalhadores, lançando pelas terras férteis raízes de solidariedade vertical.

Na verdade, os códigos eram mutuamente conhecidos; as atitudes e comportamentos seguiam as riscas das experiências transmitidas dentro de uma moral e costumes compartilhados.

Os conflitos políticos-ideológicos, mesmo aparecendo de forma personalizada e transfigurada, implicavam contradições sociais com as quais os homens se deparavam na produção e reprodução de suas vidas. O uso da violência e da força era um recurso não muito raro para os patrões na defesa de seus interesses.

"(Antes) era melhor, eu só alcancei um patrão que veio denunciar um cara porque ele não pôde ir trabalhar um dia lá e ele veio denunciar ao delegado Sebastião Lourenço e ele chamou o miserável e disse: 'Tú desocupa a terra do homem até amanhã, se não eu te meto na cadeia'. Naquele tempo não existia Sindicato, não existia quem desse cobertura ao pobre; ele desocupou mesmo. Deixou o roçado de milho maduro e foi em bora". (J. I. - ex-Cambiteiro).

Os conflitos existiam porque as relações sociais montavam-se sobre contradições bem palpáveis, sobre a exploração do trabalho, uma exploração perceptível ao trabalhador, que via o valor a mais por ele produzido escorrer para o proprietário sobre a forma de sobre-produto ou sobre-trabalho "no cambão".

Os proprietários forneciam algumas mercadorias aos trabalhadores, mas cobravam por estas preços exorbitantes,

descontados na produção de algodão. No fim, restava ao mora
dor ou meeiro apenas sua força de trabalho e as bases da sua
submissão.

Mas esses conflitos perdiam-se no âmbito de uma ca
mada de poder pessoal centralizada na figura do proprietário,
por isso assumiam sempre um caráter personalizado. Por exem
plo: se um trabalhador saísse de uma fazenda logo seria acei
to em outras - não existiam diferenças coletivas explícitas - o
diálogo conflitivo de classe era transsubstanciado numa lingua
gem de diferenças pessoais:

*"É isso, se o cara é expulso de uma terra nenhum
proprietário bota mais ele prá morar, não quer ele mais como
morador, porque diz que ele botou o patrão num bolo, não é?
Naquele tempo era diferente, quando o caba era trabalhador,
quando saía de uma propriedade já tinha quatro, cinco de olho
nele prá chamar prá ir trabalhar, ir morar com ele. E hoje
ninguém quer". (J. I. - ex-Cambiteiro).*

Nas fazendas a produção e reprodução ocupavam um
mesmo espaço social. O controle do proprietário, por isso, in
vadia a esfera doméstica de vida do trabalhador, o que se con
trariava certos interesses deste, representava também sua se
gurança, o amparo de um poder maior, quase único do proprietá
rio e só através dele o Estado poderia aparecer:

*"Agora as condições de 30 até 59 o mundo era outro
viu, porque todo homem fraco tinha um patrão". (M. A. ex-Vi
rador).*

Todos os aspectos da vida estavam relacionados ao

trabalho do qual dependiam. As esferas de vida e trabalho estavam muito próximas: a organização do trabalho invadia o espaço privado do trabalhador. O cidadão não existia, não existia o espaço de organização política que assim o definisse. O nões sobrepunha-se enquanto vida social comunitária e autoridade privada do patrão sobrepunha-se enquanto poder hemogemônico.

O poder existente estava na mão do patrão e para ele convergia o poder da moral, as formas de dependência e a força latente do Estado. (4)

Embora fosse alienado de parte do seu produto ou trabalho e isso lhe fosse claramente perceptível, o trabalhador raciocinava em termos de troca de bens de uso – ou mais precisamente – as suas representações traziam a aura indisfarçável do "fetichismo do dom", onde a complexa teia de troca de favores, bens e serviços fornecia a base para racionalização e justificação do conteúdo das relações de produção. (5)

1.2.2 - "As Terras Soltas"

A possibilidade de ascensão social naquele tempo era vista como possível através de um único meio: a possibilidade de acesso a terra. Conseguia-se isso trabalhando muito tempo com um patrão, sendo "da confiança dele" trabalhando como vaqueiro em troca de parte dos animais nascidos, sendo esta uma forma de acumular algum capital para investir na com

pra de terra. Mas o meio mais comum para se ter acesso a terra era através da posse das "Terras Soltas".

"Eu conheci terra solta de sair de Barra de Santa Rosa até chegar em Picuí - terra solta - chegava um, fazia um roçado, fazia uma casa e ali ia viver". (M. A. - ex-Virador)

A possibilidade de ascensão social por meio da posse das terras sem dono tem um lugar de destaque no discurso dos tabalhadorees quando estes referem-se ao passado.

Seguem-se trechos da narrativa de um "trabalhadoree velho", M. A. 69 anos, que trata da ascensão social através das terras soltas:

"Ele era menino, o pai não tinha condições de comprar uma camisa nem uma calça para ele. Comprava um sacco e a mãe furava assim, com licença da palavra, o fundo do sacco, nê, e botava dois pedaços de pano e fazia umas mangas... Tinha uma porteira que era divisão, de lá começava as terras soltas até as terras do Picuí. E esse menino se enfiava nessa poeira, nesse tempo não chamava matuto, chamava comboeiro, um homem só dirigia cem burros..., vinham de cima prá baixo, de baixo prá cima. E o menino lá na porteira foi se formando... E ele lá na porteira ajuntando (dinheiro) numa lata velha de gás. Aí se formou homem, e na porteira.

Aí houve uma festa na casa de um tal de Pedro Ferreira. Lá havia dois salão de dança, um do rico, outro do pobre. E ele já tinha muito dinheiro das latas, comprou um uniforme de pritão⁽⁶⁾, comprou um par de sapatos... Quando chegou na festa disse: 'Eu tô bem uniformizado vou procurar aquele salão e quando procurou o salão que tirou a dama prá dançar, o dono do salão disse: 'Você vai dançar é naquele!'

Nesse então chegou dois boiadeiros e falaram assim: Quem é de vocês seu Pedro Ferreira? Tô eu aqui prá lhe vender 200 garrotes. 'Ele saltou dacolá, abriu das poeiras e disse: 'Eu compro o gado'... Foi vê a lata velha de gás, só era pra ta de dois mil rês... Tú compra isso aí, onde tú cria? Tem terra solta aí do governo... Morreu podre de rico. E o que era isso? ERA O TEMPO QUE ERA OUTRO TEMPO".

Essa narrativa está marcada por um conjunto de expressões simbólicas. Em primeiro lugar, é rejeitada uma visão comumente difundida pela classe dominante que procura ligar a ascensão social ao trabalho - juntar dinheiro numa porteira é uma forma alternativa de se fazer uma acumulação, sem um tempo concreto delimitado, esse processo de acumulação ocorreu entre as fases da infância, da juventude e de adulto. Em segundo lugar, vem a representação das posições sociais: troca-se a roupa de saco pelo uniforme de pritação - a mudança da posição de classe transcorre através do uso de certos bens de consumo: a roupa, e dentro de uma forma individualizada.

A posição social também está demarcada em dois espaços bem definidos. De um lado, os proprietários - os ricos - o salão dos ricos. Do outro, os trabalhadores: moradores, vaqueiros, etc., pertencendo a uma outra realidade social única - o salão dos pobres.

A festa marca a dramatização de um ritual de passagem de uma classe à outra.

Mas só a posse simbólica - o uniforme de pritação- não é suficiente para que se efetue a passagem. Só a compra dos garrotes daria o passe de entrada a nova ordem social. Como o gado era de mais valor dava legitimidade a posse da terra: e

estava aberto o caminho para a riqueza.

Essa era a 'realidade' do tempo quando era outro tempo.

1.2.3 - "Naquele Tempo só Existia uma Lei Só"

A visão do passado elaborada pelos 'trabalhadores velhos' não está em nenhum momento separada do presente. O passado é uma forma de pensar e definir o presente.

Se antes o morador tinha direito a comida, a parte inteira do cereal e só pagava a meia do algodão. "Qual o fazendeiro hoje que quer morador? Nenhum. Que se ele botar um lâ numa casa, ele já bota na intenção de matá-lo no serviço". (M. A. - ex-Virador).

Do passado ao presente mudaram os produtos agrícolas, as relações de trabalho e o padrão de relacionamento entre patrão e trabalhador.

Do relacionamento patrão/trabalhador marcado por sua forma personalizada, surgiu o relacionamento frio, e incerto, onde expectativas de comportamento foram quebradas, ficou o vácuo nos valores. A racionalização em termos de trocas de bens de uso cedeu em suas estruturas, fazendo o trabalho revestir-se de outra carapuça, separando-o da vida e de uma série de valores antes aceitos - hoje é apenas a venda da força de trabalho, uma mercadoria. Hoje as terras não são mais

soltas, mas o trabalhador é livre, porque está despojado dos seus meios de produção. É nesse sentido que a "liberdade" é vista de forma negativa para o trabalhador:

"Todo homem fraco tinha um patrão... Hoje é todo mundo liberto... No sisal ninguém tem patrão". (M. A. - ex-Viador).

Outro fator ressaltado pelo trabalhador ao fazer referência ao passado é a carestia de hoje, o aumento do preço das mercadorias, o que remete a pouca necessidade para ser satisfeita através do mercado, porque a maior parte dos alimentos era produzido pelos próprios trabalhadores. O salário, ao contrário de hoje, não era a base da reprodução da força de trabalho.

"Os proprietários se influíram, começaram a plantar sisal e acabou-se com a serra, essa serra dava legumes demais, mas esse tempo prá cá acabou-se, por isso essa carestia medonha... Só quem trouxe essa carestia prá aqui foi o agave". (J. P. - Pequeno Proprietário).

"Substituíram o milho, o feijão, o algodão, eles substituíram com o agave, aí claro, que não vai trazer boa coisa, porque o gênero de primeira necessidade é milho, feijão, mandioca e carne, e fava. Então isso desapareceu, foi substituído pelo agave. Quem come agave?" (J. I. - ex-Cambioteiro).

A diferença dos tempos para os trabalhadores também é expressa pela mudança dos valores. A sociedade passada manifestava-se justamente por um sistema rígido, fechado e hierar

quizado de comportamentos e expectativas, em um universo restrito de relações sociais previsíveis e pouco diversificadas.

A falta dos meios de produção, a predominância das relações de troca, a incerteza do trabalho: a carestia, o des^governo, a fome, a miséria. A mudança no conteúdo das relações de produção são ampliadas e vistas como mudanças no próprio mundo:

"Daí o mundo tá sem domínio, o mundo tá sem governo". (M. A. - ex-Virador).

O aparecimento de novos atores sociais, instituições e a própria diversificação interna dos trabalhadores levou a quebra da homogeneidade cultural ideológica.

Diversificaram-se as relações sociais, complexificaram-se os contactos, ampliaram-se as abstrações que passaram a reger a nova forma de vida. Houve expropriações e transferências culturais, os espaços de troca e existência entre os homens foram incorporados a uma nova ordem invasora e dominante. (Cf. MARTINS, 1975:132).

Houve uma desagregação do velho mundo ordenado. As leis que regiam os homens e as coisas fugiam dos padrões antes existentes. Sem um ponto de referência social fixo, o mundo aparece como se estivesse fora de controle, o fetichismo das relações de troca invadiu as velhas concepções e relações desordenando-as:

"Hoje é não sei quantas leis no mundo. Amar a Deus

ninguém quer; correr em cima das palavras de Deus, ninguém quer. Hoje é crente, é ateu, é judas, não seu o quê, é marçom, e a peste - E Naquele Tempo Só Existia Uma Lei Só - No que nós era batizado nós mergulhava. E hoje a gente só vai em cima da vantagem". (M. A. - ex-Virador).

A passagem de tempo passado/presente sempre está marcada pela implantação do sisal e, ligado a esse fato, está o fim do acesso a terra. A terra começou a passar por um contínuo processo de concentração, aumentou o número de trabalhadores temporários, aumentou a área ocupada por culturas permanentes e diminuiu a área ocupada por culturas temporárias: a população urbana passou a crescer mais que a população rural.

Esse processo de concentração e mudança nas relações de trabalho foram efetivadas no meio de conflitos. Mesmo que estes conflitos não tenham assumido um caráter coletivo, nem aparecessem a nível de instituições de classe - mesmo porque os sindicatos rurais só vieram aparecer na região nos fins da década de 60 - eles transparecem ao nível do discurso quando os trabalhadores relatam as formas de expropriação.

Esse processo de expropriação deu-se tanto na forma de acordos: o grande proprietário procurava comprar a terra dos pequenos proprietários vizinhos, ou pedindo ao morador ou parceiro que devolvessem suas terras. Como podiam ter uma face mais violenta: falsificação de documentos, andar com a cerca para dentro da propriedade vizinha, soltando os animais nas lavouras, aumentando a área de sisal só deixando as imediações da casa do morador para que ele plantasse para sua subsistência, etc. Direta ou indiretamente, com ou sem "acordos", através de meios legais ou ilícitos a estrutura fundiã

ria da região sofreu uma profunda modificação, sendo essa mo
dificação causa-efeito das transformações nas relações de tra
balho.

Os depoimentos que seguem falam de algumas das for
mas de expropriação:

"Ele (o proprietário) mandou tirar a roça prã plan
tar agave, a roça já estava com dois palmos... Tranca tudo
com agave, não deixa avenida". (M. C. - Meeiro - Nova Flores
ta).

"Eu trabalhei 22 anos em roça. O primeiro terreno
que eu comecei a trabalhar foi do finado D., ai passou para
herdeiro. ai fui trabalhar com F., trabalhei sete anos, ai
ele pediu o terreno prã plantar café, ai eu entreguei meu ro
gado prã ele". (M. S. - Pequeno Proprietário - Cuitê).

"Mas ai os proprietários começaram a arrotar a gen
te de um lado a outro e lã vai. Um era até meu parente, compa
dre Onácio. esse foi o pior, quando ele comprou uma proprie
dadezinha lã encostado a gente ai começou a dã um acocho na
gente, até que obrigou a gente a vençer aquilo prã se ver, li
vre dele. ai eu vim embora para rua. A minha família deban
dou, cada um procurou um meio de vida, outro jeito de arran
jar onde morar e deixemos a terra". (J. I. - trabalhador aluga
do - Barra de Santa Rosa).

1.3 - O CAPA VERDE - UMA COISA QUE VINHA DO NUNCA

1.3.1 - As Representações das Mudanças

O Capa Verde é uma profecia atribuída ao Pe. Cícero

que, segundo os trabalhadores, previu a chegada e o desenvolvimento da cultura sisaleira na região. (7)

Segue-se o discurso de trabalhadores acerca dessa profecia. (8)

O Capa Verde segundo Manoel Amaro, trabalhador velho de Cuité:

"O Pe. Cícero em 30 disse na Matriz, disse assim: 'Tenham cuidado meus filhos, de 60 prã diante é bom tempo por pouco tempo. Vocês tomem cuidado que vai aparecer um tal Capa Verde, com um espinho na ponta, e com esse vocês vão se manter'.

E o povo naquele intervalo de Capa Verde pensava que aquilo era o satanãs, mas o Capa Verde é o tal do Sisal...

'Quando vocês virem o tempo montar, quando vocês virem montar uma bancarrôta na parte do Brasil, aí tá começando a chegar o tempo da roda grande passar na pequena. É de montar um homem, fundador do mundo, nascido dessa terra e ficar como dono e depois reis, e a corrupção do mundo não tem homem que dê volta. Porque pai mata filho, filho mata pai; marido mata mulher, mulher mata marido: aí vira esses cambalachos no mundo. Aí chega o tempo de haver a Guerra Civil, nem que seja 24 horas, vocês vão ver na história quando disser: O homem está se preparando para reis.

Mas ele falou: 'Vocês não intuíam isso não, nem com Capa Verde, nem com pedra (vocês vão comer muita pedra — disse ele referindo-se ao minério). Para quem não der, vão plantar milho, feijão, plantar o grão da roça, agora não esqueça de plantar um grãozinho de roça, que a roça, o grão é pouco, mas na hora que vocês tiver ela, faz um beijuzinho de côco e come e já escapou. E abra o olho e não deixe de plantar roça que a farinha de mandioca vai sair em prateleiras como qualquer outra mercadoria, pesada em kg... E vai sair no mundo um

tal de bancarrôta, que essa cuidado nela que vai dar muita ca beça quente: O que é bancarrôta? É muito camarada que quer ser rico à favor do Banco, não é mesmo?

E adepois ele chama prá traz, que nem ele disse: 'Depois que situarem a bancarrôta, que os fazendeiros entrar nele, hai de nascer um filho da terra, filho de Deus, prá cha mar pros eixos o que era de novo e cuidar da nova plantação.'

Justamente, é que nem tã aí. Hai de nascer um homem que dê fê que esse tal de sisal mata a nação e chamar o terre no pro mesmo que era, que Deus é o mesmo. A lâstima hoje de fome, carestia e todo sofrer do mundo sô é sisal, sô é sisal mesmo.

Como ele disse: 'É de chegar um tempo que o pessoal do norte se mudar tudo prá um canto sô e ficar casas desocupa das. Muitas casas pouca fala; muito torno e pouco chapêu; mui to pasto e pouco rastro'. - tã entendendo?

'Esse povo vai se rimir tudo num canto sô. É de che gar o tempo, quando nascer o filho da terra, filho de Deus que chame o Norte pro que era e o pessoal volta cada qual prá seu local.

E tem que vir. Ou vem ou se acaba em nada.

Justamente, é que nem agora, essa situação que tem muitos colegas aqui - chamo colegas, mas o rico não é colega de pobre, se todo colega que tem, que vive dentro da função do presidente entoasse isso e chamar prá isso, a coisa melho rava. Que a tal Reforma Agrária, que é que pode medir essas terras todinhas que seu fulano tem? Ele não comprou não. Ele chame prá dentro do cartório prá ver se isso tudo tã direito. Chame. Mas tã, o cara compra 100 ha. e sai prá 500 - que o mundo não tem ninguém mais tolo não".

O Capa Verde segundo José Inácio, trabalhador velho

de Barra de Santa Rosa:

"Eu ouvi falar, eu era um bichote assim com doze anos e meu avô falava isso, um poeta chamado Mané Limão... Então ele tinha profecia (em versos) que prã o fim das eras vinha o Capa Verde trocando trancelin por rosário, arrancando unha de gente, furando olho, aĩ eu pensava que era o satanãs que ia sair dessa maneira, mas deixa que foi o sisal, porque realmente, quando ele começou deu muito produto mesmo a quem tinha ele, sabe? E até mesmo o trancelin de ouro em vez de usar o rosário. E de arrancar unha, proque deu muito isso no sisal. Arrancar unha, furar olho, cortar mão, braço, essas coisas - isso aĩ houve demais...

Rapaz, quando apareceu logo o agave muita gente dizia o seguinte: 'Isso é um atento e sô pode ser o diabo porque olha as pontas do infeliz que tem prã furar os olhos do povo'. E muitas até descobriram isso, o Capa Verde que a profecia fala é bem esse bicho. Eles criticavam mesmo. ELES ACHAVAM QUE AQUILO ERA UMA COISA QUE VINHA DO NUNCA. Assim eles diziam, desde o começo do mundo que nunca tinham visto bicho com umas pontas infeliz dessa. Sô pode ser prã cegar o povo. Bom, eles falavam isso. O cara, coitado, tava trabalhando, recebia uma estrepada danada com aquele peste e saía, virava panadiço, muita gente dizia: 'Olha, isso é do diabo'. Mas não é não, o diabo não tem direito de trazer coisas boas não, porque em compensação foi até bom, ele deu riqueza a muita gente aĩ, quem soube se manter com ele arranjou-se, quer dizer, o proprietário, o trabalhador não. O pobre prã mim eu considero que o pobre é primo carnã do cachorro, o pobre não tem nada no mundo que ajudar não...

A história de propriedade ficar improdutiva não foi outra coisa, foi agave... Nosso município é arrodado de agave, não tem outra coisa, é agave...

Lembro também que falava pro fim das eras gente via muitos chapêus e poucas cabeças, aĩ eu besta imaginava aquilo tudo; é que a gente via sala e pouca fala. Realmente, uma pro

priedade que tinha 120 casas como essa do Pôco Doce e hoje só tem uma que é a casa da fazenda. Quer dizer que diminuiu muitas salas, não foi? Ah, falava também que prá o fim das eras se matava uma bitela e não tinha quem comesse dela. Será que não tá acontecendo agora? Mata e ninguém como dela porque não tem quem compre, é cara demais.

Então tudo que dizia na escritura a gente tá vendo, tinha muita coisa e eu tô notando que tá se passando agora".

"Ouvi dizer que ele ia aparecer enricando uns e ca da vez mais os outros fica pobre. Porque você vê, os trabalha dores cada vez mais pobre, cada vez mais as firmas subindo". (Nivaldo Soares - 32 anos - Dono de Motor - Cuitê).

"Quando eu era pequeno diziam que o Pe. Cícero de Juazeiro dizia: 'meu filho, vem prá cá um Capa Verde'. Eu acho que seja a história do agave, ele tinha capa verde mes mo, outro não pode ser... diziam que o Capa Verde vinha comer a mão do pessoal e deixava muitos loucos, isso aquilo outro. E acho que é ele mesmo, ele come mesmo a mão do pessoal que trabalha com ele". (Manoel Pinto - 46 anos - Dono de Motor - No va Floresta).

"Ouvi dizer que o Capa Verde ia aparecer dando di nheiro ao povo muita gente enriquecia e que ele vinha furando os olhos do povo e comendo tudo. E de fato, é mesmo esse tal de sisal veio com a mulesta, matando os pobres de fome, não veio só furando os olhos, como veio matando também". (Levi Pe reira - 52 anos - Dono de Motor - Cuitê).

"Ouvi o povo dizer que ia aparecer um Capa Verde en ricando o povo, mas ele veio foi matar o povo". (Sebastião Soa res - 53 anos - Pequeno Proprietário - Nova Floresta).

"É como aposentadoria, o povo dizia que na era de

80 ia aparecer a aposentadoria, mesmo assim é o tal do Capa Verde, custou mas apareceu, matando o povo". (Benedito Fernandes - 71 anos - Pequeno Proprietário - Cuitê).

"As profecias dizia que era um homem que ia sair no mundo furando os olhos do povo". (José Alexandrino - 72 anos Pequeno Proprietário - Cuitê).

"E no fim da Era
O Capa Verde aparecia
Dando dinheiro ao povo
E muita gente enriquecia".
(Literatura Popular da Década de 30).

CAPÍTULO II

AS CRISES DE DOMINAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES IDEOLÓGICAS DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS

2.1 - REGIÃO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Para entender o processo de implantação e expansão da cultura sisaleira no Curimataú, parece acertado recorrer ao conceito de região.

Para OLIVEIRA (1981: 27 - 32) a região fundamenta-se na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral.

Uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução de capital e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fuscionam e assumem uma

forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição.

O autor adianta que num sistema econômico de base capitalista existe uma tendência para completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas sob a égide do processo de concentração e centralização do capital que acabaria por fazer desaparecer as "regiões" - não chegando tal tendência a materializar-se de forma completa devido ser o próprio processo de reprodução do capital desigual e combinado.

A região do Curimataú, antes da implantação definitiva do sisal sustentava-se sobre a economia algodoeira-pecuária realizada dentro de um processo de produção não-capitalista, embora sua lei de reprodução estivesse voltada para o mercado, seguindo as exigências do capitalismo mercantil.

O sisal, ao aparecer, imbricou-se com a produção das culturas existentes: algodão, cereais e pecuária - mantendo as tradicionais relações de trabalho. Embora houvesse mudanças na esfera da reprodução, mantinha-se o processo de produção.

Mas isso só o princípio. Com o fortalecimento do Imperialismo a nível internacional, dar-se-ia a nível interno um processo de desmantelamento das economias regionais e sua incorporação em escala nacional de produção, através da centralização de capital. A destruição das economias regionais seguia-se um movimento dialético de concentração e canalização dos excedentes gerados para outras regiões, dando base as divisões regionais do trabalho. Isto, a médio prazo, implica

va em mudanças no processo de produção.

No Curimataú a mudança significativa no processo produtivo viria na década de 50, trazendo a implantação dos motores de desfibramento. Estes possibilitaram o aumento da área cultivada com sisal e exigiam maior demanda de mão-de-obra tanto para o plantio quanto para o desfibramento.

Paralelamente haveria um processo local de acumulação de capital que seria investido na compra de mais propriedades, aumentando a concentração fundiária; na compra de motores de desfibramento, na extinção de lavouras e aumento dos campos de sisal. Outros proprietários passaram a investir no comércio — do sisal ou outros produtos; na construção de armazéns e casas, etc. Por outro lado, comerciantes de outros setores de atividades passavam a investir na compra de terras e na produção do sisal.

O desenvolvimento das forças produtivas levava a mudanças nas relações de trabalho, a modificação do perfil de composição das classes sociais — com o enriquecimento rápido de alguns setores da classe proprietária e a formação de um segmento de trabalhadores assalariados, tanto no plantio quanto no desfibramento do sisal.

A comercialização do sisal nesse período estava ligada a firmas exportadores multinacionais.

Na década de 60 a COSITE (Companhia Sisaleira de Cuité), através de incentivos do Estado, instala-se em Nova Floresta monopolizando a compra, beneficiamento e exportação de fibras.

A oscilação de preços no mercado internacional que já vinha da década passada aumenta na década de 70, fazendo surgir um processo crescente de concentração dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, mudando a forma de repartição do produto social a nível local.

Muitos proprietários desfizeram-se de suas posses para o pagamento de dívidas, hipotecas, ou pelo simples fato de não poder mais mantê-las; alguns proprietários acabaram com os campos de sisal para retornar ao plantio da roça; a maioria, no entanto, voltou a plantar sisal. Outros deixaram a totalidade dos campos, ou parte destes cobrirem-se de mato. A maior parte dos proprietários —por compreenderem que estavam postos num caminho sem volta — decidiram aumentar os campos de sisal para compensar a queda de preços. Isso reforçou o rebaixamento do preço da mão-de-obra, agravando a evasão desta para outras regiões.

Com a saída da COSITE de Nova Floresta, um pequeno número de proprietários (tendo alguns deles já participado como intermediários de outras empresas exportadoras ou que acumularam mais capital) passaram a atuar na comercialização do produto, criando um segmento mais próspero dentro da classe proprietária, aumentou a diferenciação e os conflitos no interior desta.

A BRASFIBRA (COBEFISA) ligada ao grupo exportador BRASCORDA, que já comprava sisal na região através de alguns proprietários e intermediários, em 1975 instala uma indústria de beneficiamento em Cuité, passando a comprar o sisal diretamente dos produtores ou através do adiantamento de capital a

ta região com o mercado; viu-se a expansão do capital através do aumento da proletarização no campo e a sistemática subordinação de outras relações de trabalho à lógica da produção capitalista; verificou-se um certo nível de homogeneização da reprodução do capital e suas formas.

Essas mudanças significariam — trazendo de volta uma habitual preocupação teórica — a polarização das classes sociais, enquanto representantes fidedignos do capital e trabalho?

Pelo exposto, vemos que esse processo representa, antes de mais nada, uma complexificação na composição interna e nas relações de classe. As contradições do desenvolvimento capitalista são redefinidas e traduzidas no espaço local, dando especificidade aos seus conflitos, na medida também, que estes desdobram-se e ampliam-se.

O que esta investigação procura evidenciar é esse movimento contraditório, onde há uma diferenciação no interior das classes, sua segmentação, composição e recomposição e, ao mesmo tempo, há uma aproximação de interesses internos e a definição de classes antagônicas — num processo nem sempre contínuo.

2.2 - CARACTERIZAÇÃO E TRAJETÓRIA

As transformações econômicas ocorridas no Curimataú têm favorecido a divisão de interesses entre os proprietários

e a heterogeneidade das suas práticas produtivas — o que é fundamental para ajudar a pensar a diferenciação interna dos trabalhadores.

Tomando-se questões como as trajetórias dos proprietários, as diferentes formas de gestão da mão-de-obra empregadas, as discussões internas em torno das propostas de modernização, os projetos e lutas políticas e as representações ideológicas procurar-se-á entender a diversidade da classe proprietária onde aproximam-se e separam-se dentro dos confrontos internos e conflitos externos que a reproduz.

Numa região caracterizada por pequenas unidades produtivas, como por exemplo o município de Cuité, que tem 2.658 estabelecimentos agrícolas com área inferior a 10 ha, 618 estabelecimentos com área inferior a 100 ha., tomou-se como critério inicial para demarcação desse segmento dos grandes proprietários aqueles que tivessem estabelecimentos agrícolas com áreas acima de 500 ha. (9)

Nos municípios de Cuité, Barra de Santa Rosa e Nova Floresta, são 56 estabelecimentos com áreas superiores a 500 ha., ocupando uma área de 69.629 ha.

Mas a área do estabelecimento não foi o critério único para escolha dos proprietários entrevistados, tomou-se também a participação e a representação política destes nos órgãos de classe patronal, nas esferas do poder local e no engajamento dos movimentos coletivos.

Para caracterizar a trajetória desse segmento da

classe proprietária, observa-se que a maior parte destes proprietários nasceram na região e eram filhos de proprietários, herdando a posse da terra do pai e comprando novas terras em seguida. A maioria destes começaram a plantar sisal entre o fim da década de 40 e início da década de 60. Há entre eles, os que a partir de meados de 50 deixaram o comércio para investir na agricultura.

A compra e a venda de propriedades nesse segmento, a maior parte das vezes, seguiu as variações do preço da fibra de sisal no mercado. De uma forma geral, observa-se que a compra de propriedades foi mais intensa entre as décadas de 50 a 70 - período esse que também caracterizou-se por ser uma fase de investimento na agricultura: plantio e replantio de sisal, construção de coqueiras, no plantio de cereais, etc.

Os últimos dez anos marcou uma fase de retração da atividade agrícola nessas propriedades. Diminuíram as áreas de agricultura temporária; em algumas propriedades a área plantada com sisal diminuiu ou permaneceu a mesma; a pecuária passou a ter um aumento significativo e a venda de propriedades tornou-se mais frequente.

A venda da propriedade é motivada por dificuldades financeiras (Banco), pela necessidade de adquirir capital para ser investido em outras propriedades (na maioria das vezes no aumento de áreas de pastagens), também em outras atividades ou ainda para aplicações financeiras - a venda da terra é também uma forma do proprietário livrar-se de moradores:

"Vendi. Nesses últimos dez anos eu veu vendendo duas propriedades... Nos dez anos anterior eu comprei. Desde 1942

eu comprei a primeira propriedade no T; em 48 eu comprei a N; em 64 eu comprei G e em 70 eu vendi; em 74 eu comprei N e vendi o ano passado porque não tinha condições: a distância, a falta de transporte... Na G eu fiz 400 ha., de lavoura, eu cheguei a ter lá 30 moradores. Aí veio 70, aquela crise medonha, eu vendi para saldar meus compromissos... Uma dessas propriedades quando eu vendi, eles (os moradores) ficaram. Essa que eu vendi agora a pouco tempo também os moradores ficaram lá na propriedade, moradores velhos, antigos, de muito tempo; outros foram embora, outros ficaram os filhos". (L. N. - Grande Proprietário).

Depois de 60 alguns proprietários passaram a investir também na comercialização ou/e beneficiamento de sisal - como entrepostos de indústrias de exportação ou por conta própria. Esses que investiram na comercialização tiveram maiores oportunidades na acumulação de capital, ampliando a esfera de compra e a infra-estrutura de beneficiamento; outros foram sugados pelas constantes oscilações de preços e a fragilidade permanente da estrutura de comercialização.

Com alguns proprietários atuando também na comercialização passou a existir uma divisão interna a classe, criando divergências em torno de questões como o preço da fibra e a sua classificação.

Ser proprietário e, ao mesmo tempo, intermediário abre espaço para certas ambiguidades:

"A situação dos comerciantes eu acho que não é das piores, porque eles se baseiam, vamos dizer, nas compras e vendas. Ele compra de acordo com a venda. Como produtor, aí é a realidade, porque ele planta sisal é obrigado a desfiar e essa mão-de-obra tá muito alta... tomar dinheiro no banco para se fazer custeio não dá; o valor do sisal não dá

para pagar os juros... outra coisa, o Governo também estipula o preço mínimo, mas não adquire... aqui na Paraíba o preço mínimo é só conversa". (A.P. - Grande Proprietário - Intermediário).

Essas divergências entre proprietários e proprietários-intermediários tem outros desdobramentos em termos da potencial aliança dos segundos com as indústrias e exportadores e sua exclusão na participação de órgãos de classe como a Cooperativa e a Associação dos Produtores de Sisal.

Depois de 80 pôde-se ver um novo tipo de proprietários no Curimataú. São proprietários de outro local que compram terras na região; são comerciantes que decidem aplicar na compra de terras, são funcionários do Estado ou filhos de proprietários da região. O que há em comum entre eles é a utilização da terra para pecuária extensiva, para criação de caprinos, para reflorestamentos ou para captar incentivos do Estado. (10)

Em 1984, através de incentivos da SUDENE foi instalada uma fazenda-frigorífico em Cuité para criação e abate de cabras. Compraram uma grande propriedade, expulsaram os moradores e armaram uma fachada convincente; no entanto, até hoje o abate não funcionou. Em Barra de Santa Rosa tem sido compradas grandes áreas para 'reflorestamento' por meio de generosos incentivos da SUDENE; este mesmo órgão financiou a compra de 13.000 ha., de terra pela BRASFIBRA para o plantio de sisal.

Estes novos proprietários têm em comum também o fato de não terem todo um passado de intensa ligação a terra; pa

ra eles a terra assume o completo papel de mercadoria que a qualquer momento pode ser vendida ou trocada; mantêm outras atividades econômicas paralelas a agricultura; possuem outras perspectivas em termos de modernização e de gestão da força de trabalho.

2.3 - PROPOSTAS DE MODERNIZAÇÃO NAS PROPRIEDADES

Na década de 40 os proprietários, aos poucos, foram aumentando em suas terras as áreas cultivadas com sisal. Já na década de 50 essas áreas dobraram com a chegada dos motores de agave. De 50 até a década de 70 o sisal, apesar das oscilações de preço, permitiu que os proprietários investissem na propriedade em infra-estrutura, no desmatamento, no aumento das áreas de sisal, etc.

Nos fins da década de 70 em diante a queda do preço de sisal foi acompanhada do aumento de conflitos entre proprietários e trabalhadores e de uma crise econômica generalizada no País.

A pecuarização passou, a partir de então, a ter um sensível aumento em muitas propriedades. O gado poderia ser solto nos campos de sisal, ou nas áreas onde acabava-se de colher milho e feijão ou ainda nas áreas não agricultáveis da propriedade. Por outro lado, as Frentes de Emergência permitiram, a baixos custos, a construção de infra-estruturas necessárias à pecuarização. Mas, por baixo disso tudo havia a pos

sibilidade que a pecuária oferecia como alternativa as crises de dominação, do relacionamento patrão-trabalhador.

"(As vantagens da pecuária) são muitas, porque com um trabalhador ou dois, ou três, uma família possa criar 100 ou 150 reses. Bota naqueles matos, bota daqui prá aculã e a despesa é pequena. E o gado - se não morrer - não dá prejuízo". (I. N. - Grande Proprietário).

A substituição da agricultura pela pecuária não é só exclusiva ao Curimataú, mas está se dando em todo o Estado. As argumentações pela pecuária não são só baseadas em cálculos econômicos, a diferença é que implicam em relações sociais diferenciadas. Há mais dificuldade em se articular com um sistema de relações sociais tradicionais do que em modernizar a propriedade. A dificuldade de manter a atividade agrícola é devido as características climáticas e a maior dificuldade no relacionamento com trabalhadores. (GIULIANI, 1987).

"Não podemos passar sem a criação, eu gosto muito do sisal, de toda agricultura e tinha interesse em continuar com tudo, mas aí vem essas dificuldades, essas situações entre moradores ou trabalhador e o proprietário, não tá casando direito o negócio... (a pecuária) seria uma forma de lutar com menos gente". (F. F. - Grande Proprietário).

Entre 1970 e 1985 o rebanho bovino nos três municípios pesquisados passou de 14.347 para 21.714 cabeças. Deste total, 8.102 cabeças estão concentradas nas propriedades com áreas superiores a 500 ha., o que representa 38% do rebanho bovino. As áreas de pastagem natural e plantada também aumen

taram significativamente depois de 70 e, mais ainda, depois de 80. (FIBGE).⁽¹¹⁾

O reflorestamento também tem aumentado significativamente nas grandes propriedades, como forma de deixar a propriedade desocupada de moradores ou como forma de encontrar financiamentos e incentivos da SUDENE. Em 1980 havia, nos municípios de Barra de Santa Rosa e Cuitê, um total de 27 mil algarobeiras, sendo nesse mesmo ano plantadas mais de mil árvores. (FIBGE).

Esse aumento da área de pastagem e de reflorestamento deveu-se também a compra de terras por novos proprietários na região, que preferem utilizar toda terra para pecuária extensiva ou para reflorestamento, mantendo ou não o sisal, mas com reduzida ou nenhuma área destinada a produção de cereais.

A mecanização na agricultura em termos de tratores e máquinas agrícolas teve um aumento na década de 70 propiciado ainda pelos rendimentos do sisal.

O número de tratores passou — de 1970 para 1980 — de 13 para 79 tratores, 81% destes tratores em 1980 estavam nas propriedades acima de 500 ha.

A força mecânica, com o uso de arados e capinadeiras, nos três municípios, só era utilizada em oito estabelecimentos agrícolas em 1970, em 1980 a força mecânica passou a ser utilizada em 726 estabelecimentos. (FIBGE).

Depois de 80 o aumento da mecanização verificou-se mais nos estabelecimentos dos novos proprietários. Dos proprietários antigos alguns até chegaram a vender seus tratores

depois de 1980, embora sempre enfoquem a necessidade do uso de máquinas, constatam a falta de capital e a falta de incentivos e financiamentos do Estado destinados a eles:

"É isso que eu digo, se nós tivesse ajuda de máquinas preparava nosso solo, mas nós aqui somos uns agricultor sofredor e esquecido". (A. N. - Grande Proprietário).

A modernização no desfibramento - por sua vez - envolve fatos mais complexos. A partir da década de 60 os proprietários de terra venderam seus motores de desfibramento a trabalhadores - como forma de livrarem-se de prejuízos financeiros e dos conflitos com os trabalhadores.

Mas, o dono de motor se favorece em alguns pontos aos proprietários, em outros passa a ser um entrave; porque o dono de motor é mais um para absorver a mais-valia, e ainda o dono de motor só pode trabalhar com o pagamento antecipado e, na maior parte, sendo por semana e não por produção. Tudo isso implica falta de segurança no investimento do sisal, propicia a escassêz de mão de obra, diminui a produção e a produtividade do trabalho e eleva o preço da mão-de-obra.

Diante disso os proprietários apontam como solução o corte no pagamento adiantado feito aos trabalhadores, pois com essa medida seria eliminado "o tombo", diminuiria o risco da perda de capital pelo proprietário ou intermediário:

"Seria uma maravilha (o corte no adiantamento) eles pagam o dinheiro e pega o pau-de-arara aí, de madrugada, vai embora e desaparecem, que nós somos vítimas". (I. N. - Grande Proprietário).

Outra proposta dos proprietários é generalizar o pagamento por produção como forma de aumentar a produtividade do trabalho.

Em 1986 a Associação dos Produtores de Sisal (APROSCICS) mobilizou proprietários e intermediários visando acabar com o adiantamento e generalizar o pagamento por produção.

Houve mobilizações dos trabalhadores contra essas propostas; mas também alguns proprietários não viam a possibilidade de implementar essas medidas sem desmanchar todo um conjunto de práticas de trabalho que lhes permitem variadas formas de gestão e controle da mão-de-obra.

Outra proposta de modernização é o uso de uma nova máquina de desfibramento.⁽¹²⁾ Com essa nova máquina haveria um maior aumento da produção, com menores perdas e maior rendimento, além de apresentar maior economia e evitar o acidente de trabalho; a mutilação. Com essa máquina acabaria a especialização do puxador de agave, diminuiria a demanda por trabalhadores, nivelando o salário destes por baixo.

"Vou vê se compro uma daquelas, porque com uma máquina daquelas se produz com dois motor o tanto quanto se produz com sete - a economia é muito grande. Eu passo a produzir aquela mesma produção talvez com quatro pessoas, né: em vez de 14 passo para 4. Agora o pessoal do campo é a mesma coisa, ou até mais um pouco. Por semana, então, uma máquina daquela eu vou produzir entre oito a dez mil quilos por semana; hoje com quatro motores o que eu mais consigo é seis mil quilos de fibra."

"Mas aí desaparece essa questão do puxador que é a

pessoa fundamental na produção do sisal — desaparece o puxador de sisal, né; e depois, qualquer pessoa pode ir acomodando naquela máquina, né".

"Na outra dava uma perda de 5% a 10% da fibra, já nessa máquina não perde, aproveita todas as espadas e vende tudo. É diferente, né; tem maior rendimento". (F. F. - Grande Proprietário).

Apesar da fabricação recente da nova máquina parte dos proprietários estão dispostos a investir na sua compra. Duas já estão em funcionamento nas terras de dois novos proprietários e a BRASFIBRA já cuidou em comprar a patente da máquina visando, a curto prazo, utilizá-las no desfibramento dos seus campos.

Para outros proprietários, principalmente os mais antigos a nova máquina não é um investimento compensador — poderia ser se houvesse financiamento do Estado. Mas o que preocupa também a esses proprietários é ter que assumir novamente a responsabilidade direta com os trabalhadores e ter que acabar com certos arranjos que possibilitam a segmentação destes no processo produtivo e a sua diferenciação interna permitindo maior facilidade na gestão e no controle político dos trabalhadores:

"A atividade do desfibramento do agave depende uma das outras, porque o povo que trabalha em agave é um povo completamente desorganizado e que o proprietário não tem condições de organizar eles — a não ser que fosse assim, fosse uma companhia, tivesse uma ordem ou cobertura, lá não tem, nem ordem nem cobertura; quem tem é o trabalhador. Então o que resulta é aquela maquinazinha (a máquina nova) ela só tem vanta

gem que é difícil acontecer um acidente, mas sobre a produção dele é muito pouca; outra coisa, o motorzinho (a máquina 'paraibana' utilizada) já divide as turmas prá aqui - prá aculã - eles tão desmalocados - sempre tem mais facilidade de um tá longe do outro, fazendo um certo interesse prá vê se consegue fazer a produção igual aquele outro. É na maquinazinha (a máquina noval) é o seguinte: se aglomera mais gente, daí em vez de produzir, diminui". (A. N. - Grande Proprietário).

2.4 - PROJETO POLÍTICO DE MODERNIZAÇÃO: GRANDES PROPRIETÁRIOS, INDÚSTRIA E ESTADO

Para se entender a questão da mudança nas relações de trabalho e as propostas de modernização na cultura sisaleira do Curimataú Paraibano precisa-se voltar ao embate travado entre grandes proprietários e a Indústria no Interior do Estado e dos órgãos de classe.

Na década de 50, no Estado da Paraíba, o sisal já manifestava sinais perceptíveis de crise na produção o que influenciou no agravamento das relações entre produtores e indústrias do sisal.

Em 1955 foi criado o Instituto do Sisal que tinha a finalidade de manter e amparar a lavoura agavieira, orientar e fiscalizar a produção, o beneficiamento, a industrialização e o comércio.

Era a primeira pressão dos produtores sobre o Estado e contra os exportadores. O Artigo 3º do Projeto de Criação do Instituto é bem claro:

"Não poderão fazer parte do Instituto do Sisal, como representantes dos estados, mesmo do Conselho Consultivo, comerciantes ou comissários exportadores de sisal".

Propunham também a criação de cooperativas e associações de produtores.

A SANBRA, indústrias e exportadores contra-atacavam acusando o Instituto do Sisal de intervenção estatal (Correio da Paraíba, 26/11/1955).

Para os grupos formados por industriais e exportadores que estabeleciam uma espécie de monopólio no comércio de fibra, "não havia, por parte deles, nenhum interesse na criação de um órgão que pudesse tirar-lhes todo o controle exercido até então sobre os agricultores". (OASHI, 1983:20).

Nos anos 60, apesar das condições atomizadas do mercado e de todos poderem exportar, os donos de usinas, geralmente grandes proprietários, "sofriam a concorrência acirrada das indústrias estrangeiras aqui instaladas... Cooperativismo foi a saída encontrada pelos 'produtores' para dar o grande salto, enfrentando assim aquela concorrência".

"Proprietários de usinas, médios e grandes proprietários de terras, são as categorias que tinham iniciativa de fundar cooperativas... No período de 60 a 65 chegaram a existir quatro cooperativas exportando sisal... escoando 3% da produção". (SARAIVA, 1981: 73, 74).

É quando o capital estrangeiro começa a escorrer para outros ramos de produção, indústrias e usinas são desativadas. As que restaram acumularam poder e, dos meados da década

de 60 a década de 70, haveria apenas quatro empresas exportando sisal no Estado (uma delas em Nova Floresta, a COSTTE) - protegidas pela Câmara do Sisal na Paraíba (fundada em 1968, sediada em Campina Grande).

Essas quatro empresas "vencedoras da 'seleção natural' detinham o poder sobre médios e grandes proprietários de terra e sobre proprietários de usinas - agravando as condições no interior da classe dominante. (SARAIVA, 1981:77).

Assim a Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio da Paraíba elaborou o documento: "A Influência do Sisal na Economia do Estado", apontando para necessidade dos produtores organizarem-se em uma cooperativa regional.

Em 1975, políticos locais e grandes proprietários do Curimataú desligaram-se da COOPERSISAL, em Pocinhos e fundaram a COAGRO, Cooperativa Agrícola Mista do Curimataú, em Cuité.

A COAGRO abarcava a esfera de produção (com os sócios), de beneficiamento e comercialização. A luta principal que travava era contra a COBEFISA, indústria de beneficiamento subsidiária da BRASCORDA, que nesse mesmo ano instalava-se em Cuité e contra outros intermediários que atuavam na região. Dessa forma a COAGRO contribuiu para nivelar o preço de compra da fibra que antes era determinado basicamente pelos compradores:

"Naquela época o comércio do agave era feito por pessoas que vinham lá de João Pessoa, então no dia da feira um comprador de agave daqueles, que eles estavam de acordo um

com os outros, e mostravam um telegrama logo: o agave baixou. Assim o cara entrava pelo cano com essas explorações. Com a Cooperativa aí o telegrama não chegou mais, porque eles sabiam que a gente tinha o preço exato". (I. N. - Grande Proprietário - Ex-Presidente da Cooperativa).

Mas a Cooperativa tentou também alcançar a esfera da exportação de sisal para fora do País, mas aí contou com a resistência e o poder inesperados das indústrias e exportadores:

"A firma como a Cooperativa tentou exportar, o truste, por outro lado, procurou empatar, que isso é verdade, né. O nosso agave ficou lá dois meses no porto, retido, pagando juros, etc., etc. As firmas de exportação só podem exportar duas vezes e fomos prejudicados, que com o truste ninguém brinca não". (F. F. - Grande Proprietário, Sócio Fundador da COAGRO).

Mas além dos intermediários, a Diretoria da Cooperativa, aponta outros empecilhos a sua atuação. O primeiro é o Estado que não tem subsidiado as suas atividades:

"A Cooperativa sempre foi um órgão, uma entidade pobre, sem recursos, sem capital de giro pra funcionar. Com juros, com correção, a cooperativa não tem condições de sobreviver". (G. P. - Atual Presidente da Cooperativa).

Outro problema que apontar é a falta de organização interna dos proprietários e a dificuldade que estes enfrentam, onde muitos necessitam de adiantamento para fazer o desfibramento ou preferem vender o produto um pouco mais caro a

um intermediário:

"Eles precisam de dinheiro, tem esses atravessadores, sem essa burocracia, eles adiantam, tem mais condições, e muitos acham, a cooperativa precisa de assinar papel, essas coisas. Tem 555 sócios, acho que participa assim, se muito, uns 45 ou 50". (Ibdem).

Aí os proprietários apontam a correlação de forças desigual, a favor da indústria no interior do Estado. Citam constantemente o fato da SUDENE ter liberado verbas a fundo perdido para que a COBEFISA (hoje BRASFIBRA) implantasse na região de 13.000 ha de sisal:

"(A BRASFIBRA) essa aí pegou um empréstimo, a fundo perdido, incalculável. O que emprestaram a BRASFIBRA, se tivesse dividido com os pequenos proprietários dessa região, tinha sido uma maravilha. Ficou para BRASFIBRA um negócio de 40 bi... E nós temos que pagar imposto tirando da boca do pobre, ela foi dispensada o imposto, o ICM, e só cobra o ICM depois de industrializado o produto". (I. N. - Grande Proprietário - Ex-Presidente da Cooperativa).

Um outro problema que a Cooperativa enfrenta deve-se as divisões internas da classe proprietária diante da luta política travada pelas facções pelo poder local. Quando a facção rival está no comando da cooperativa, a facção oposta costuma repudiá-la.

No dia 13.12.1985 criou-se a APROSICS (Associação dos Produtores de Sisal do Curimataú e Seridô Paraibano) com sede em Cuité.

A APROSICS já trazia embaladas em seus estatutos no vas questões que já não podiam mais ser postas de lado. A pri meira questão dizia respeito a organização da classe. E essa organização visava dois objetivos fundamentais: o primeiro, uma maior pressão sobre o Estado; o segundo, criar novas pro postas de enfrentamento aos trabalhadores diante do aumento do preço da mão-de-obra no sisal e da organização política dos trabalhadores, através da atuação marcante da Igreja e do Sindicato.

A segunda questão, que provinha da primeira, era a necessidade de modernização da produção e desfibramento do si sal.

O Estatuto da Associação reza que seus objetivos são: *"a representação da classe dos produtores de sisal do Se ridô e Curimataú Paraibano, a defesa dos seus direitos e inte resses"*.

A defesa desses interesses da classe dar-se-ia atra vés da assistência técnica e jurídica e através do desenvolvimen to da produção e comercialização, através da melhoria tec nológica e comercial.

A Associação começou com 158 sócios distribuídos pe las cidades de Cuité, Nova Floresta, Barra de Santa Rosa e Pi cui. O maior número de associados eram aqueles que possuían faixas de terra abaixo de cem hectares. No entanto, a Direto ria era formada basicamente por grandes proprietários, políti cos - da esfera municipal e estadual - e representantes de instituições ligadas ao Estado.

Para a APROSICS a modernização é uma questão básica e no documento: "*Propostas Para Uma Política do Sisal na Paraíba*", a associação expõe seus pontos de vista:

Para a associação tem havido nos últimos anos a diminuição da área plantada com agave, através do abandono e erradicação de plantios, como também a queda da produtividade média e aponta como causas desses fatos a utilização de um sistema não racional de cultivo: sem renovação dos campos, sem mudas selecionadas, com tratos culturais inadequados e o corte das folhas indiscriminado e com frequência.

Coloca também que a utilização de máquinas antigas no desfibramento resulta em baixa capacidade operacional, má qualidade da fibra, grande desperdício, alto custo e riscos de acidente.

Diz que há também a falta para o aproveitamento do sub-produto do sisal na alimentação animal, como adubo, na produção de hecogenina para indústria farmacêutica e na produção de bebidas.

Diante disso a Associação propõe:

Crédito e financiamentos para recuperação e manutenção dos campos, política de preços mínimos, promoção da pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento de máquinas desfibradoras de alta capacidade operacional, aproveitamento de sub-produtos do sisal, apoio as cooperativas e órgãos de classe, etc.

A Associação já vem desenvolvendo junto com a

EMBRAPA projetos que visam implementar mudanças no processo produtivo. Estes projetos vêm sendo realizados em terrenos de proprietários e da BRASFIBRA. Um deles é o Projeto "corte severo", que procura demonstrar que deve haver um nivelamento no corte da folha. Em outro, procura demonstrar que limpando o campo duas vezes por ano vai ter maior produção. Noutro procura mudar o tipo de espaçamento das plantas objetivando fazer o consórcio com milho e feijão. E em outro procura implantar um novo tipo de sisal chamado de "400 folhas".

Nesses pontos parece haver uma dissintonia entre as propostas da associação e dos "produtores". Os pequenos produtores não dispõem de condições, como por exemplo, limpar o campo duas vezes por ano, uma vez que estão presos ao trabalho assalariado fora da propriedade. Na questão do espaçamento, para eles não é necessário, porque maior parte das pequenas propriedades são abandonadas por falta de condições econômicas e tempo para serem tratadas.

Para os grandes proprietários não há necessidade de mudar o espaçamento para o plantio de cereais uma vez que estes têm diminuído sensivelmente a área de cereais. Estes também rejeitam o agave "400 folhas".

A Associação também conseguiu um trator, a fundo perdido, pelo Ministério da Agricultura para limpar dos campos dos associados:

"No desfibramento existe uma proposta da nossa Associação para adquirir recursos junto aos órgãos governamentais no sentido de incentivar a máquina de alta capacidade

para desfibrar que foi confeccionada em Nova Floresta". (J.O. Presidente da APROSICIS).

Essa questão da modernização no desfibramento tem sido a mais polêmica.

No II Seminário do Sisal na Paraíba realizado em Cuitê em 09 de maio de 1986 através da APROSICIS, AMCUP (Associação dos Municípios do Curimataú Paraibano), BRASFIBRA, COSIBRA, EMATER e Prefeitura Municipal de Cuitê, viu-se os conflitos entre proprietários e industriais e a pressão sobre o Estado.

O Seminário teve a participação de industriais, proprietários, trabalhadores, representantes da Secretaria da Agricultura, EMBRABA, FUNDACENTRO, UFPB, etc.

A questão da nova máquina levou a discussão entre proprietários e industriais que reflete-se no diálogo abaixo:

Um grande proprietário afirma ter 75 anos e há 45 anos planta sisal. Há dez anos passados já procurava a EMBRAPA reclamando uma nova máquina de desfibramento:

"Faz dez anos que pedi uma máquina. A tecnologia avançou. O homem foi a Lua, o homem se comunica para toda parte do mundo... mas não temos o direito de ter uma máquina para desfibrar o agave."

Reclama também que em Nova Floresta um rapaz fez uma máquina nova, mas não obteve incentivo do Governo.

"Enquanto aqui, na cidade vizinha de Nova Floresta,

tem um rapaz que está com a maquete, recorreu ao Governo, a políticos, para que ajudassem a ele, que ele tem uma idéia de industrializar... Ela produz 1.200 kg por dia, e o que precisamos é aumentar a produção".

Agora ele dirige sua acusação a indústria:

"Não se sabe aonde está essa máquina. Ela deve estar com quem não produz, que tem interesse em escondê-la".

Um técnico da EMBRAPA afirma:

"A BRASCORDA em 1975 fez um convênio com a EMBRAPA para criação de uma máquina, e entrou em contacto com José (o rapaz que fabricou a máquina em Nova Floresta) para o melhamento da sua máquina;"

O industrial da BRASCORDA pede a palavra:

"O Sr. José está sendo subsidiado por nós, estará desenvolvendo conosco provavelmente uma outra máquina".

Um outro grande proprietário interrompe:

"O Sr. sabe quando Zé começou a ter idéia de fazer essa máquina? Quando eu bati a porta dele".

O industrial volta a tomar a palavra:

"Nós estamos ajudando a ele fazer outra máquina. Nós estamos fazendo uma e ele está fazendo outra, mais ou me

nos semelhante, para que se apresse o processo. Portanto nós, sem qualquer intuito lucrativo estamos incentivando..."

O proprietário volta a falar:

"Eu quero agradecer muito, porque quem foi o pivô dessa máquina na EMBRAPA, há dez anos, foi eu. Pensando em melhorar nossa indústria, para lhe ajudar também o Sr., um industrial".

Sabe-se hoje que a BRASFIBRA comprou a patente da nova máquina fabricada em Nova Floresta e pretende utilizá-la nas suas fazendas onde tem o projeto de implantar 13.000 ha, de sisal. Ela já está em uso experimental e a BRASFIBRA pretende com ela chegar a desfibrar 10.000 kg de fibras por semana e com ela acabar com o pagamento adiantado.

Vê-se que apesar da existência de um projeto comum — a modernização no desfibramento — há também o enfrentamento entre proprietários e industriais no que tange a forma de apropriação dos resultados tecnológicos.

Mas por baixo disso há outros embates. Um deles é o preço mínimo, que se o Governo estabelece, a indústria afirma que isso em nada modifica, porque o Governo não compra:

"Temos que lutar por preço mínimo, lutar por tecnologia para aumentar a produção". (A. M. Grande Proprietário Deputado Estadual).

E isso reflete a luta de classe no Interior do Estado:

"Somos uma classe desorganizada. Criamos uma cooperativa, nunca recebemos incentivos. Exatamente porque ao governo interessa mais a proteção dos grandes industriais". (Ib dem).

Os conflitos que separam industriais e proprietários se dão dentro de um contexto onde estes estão sofrendo uma contínua perda de poder político, tanto na esfera estadual quanto nacional. Passaram a ser prioritários os interesses e prerrogativas dos industriais.

Essa perda de controle político junto ao Estado reflete-se para o proprietário em abandono, desprezo, falta de assistência, etc.

"Sou um homem que vive sacrificado, batendo na porta de Banco, pagando juros a 4%, porque não tive assistência. Quando fui procurar o Banco não recebi, vem uma ordem de cima dizendo que não tem". (J. C. - Grande Proprietário).

E para os proprietários as propostas de modernização esbarram sempre na falta de assistência do Estado. Este seria o único meio de impulsionar o "desenvolvimento da agricultura", mas o Estado se nega a esse papel.

Para conseguir maior apoio do Estado, a APROSCICS e um deputado estadual da região procuraram fundar o Conselho Estadual de Sisal, ligado a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que tinha por objetivo coordenar a política sisaleira do Estado, da produção a industrialização, assegurar a recuperação da lavoura implantada e a expansão do parque sisaleiro; estimular a exportação da produção de fibra, seus deri

vados e subprodutos; gerar tecnologia ajustadas à região, etc.

Mas o Governo do Estado (sob pressão da indústria e exportadores) vetou o Projeto.

Se na questão da modernização há um confronto direto entre a indústria e os grandes proprietários, o mesmo não se pode dizer das propostas de modificação no processo de desfibramento, principalmente, com a proposta de acabar o adiamento feito aos trabalhadores.

Essas tentativas de modificação no processo produtivo fazem parte de um projeto mais amplo, uma proposta política de enfrentamento as organizações coletivas dos trabalhadores, principalmente aos sindicatos, que nos três municípios estudados têm crescido, qualitativamente e quantitativamente, na última década.

A Associação na medida que procura abarcar pequenos proprietários e até trabalhadores do sisal, ela busca atingir outros objetivos que não aparecem em seus estatutos:

O primeiro é reunir um maior número de produtores para dar maior força e legitimidade ao movimento junto ao Estado, o número de carteiras de associados é uma forma convincente de adquirir verbas e implantar projetos "em benefício geral":

"Hoje (1988) contamos com 176 associados, todos eles mini e pequenos produtores, até médios produtores, nós temos também trabalhadores do sisal que são associados. O sisal é uma cultura que tem umas reivindicações muito grandes, uma importância muito grande, tanto na área social quanto econômi

ca... A Associação funciona tanto a nível do produtor como a nível do trabalhador, porque na hora que a gente consegue o preço mínimo para o sisal, quem tá se beneficiando com isso não é só produtor, mas sim, o trabalhador". (J. O. - Presidente da APROSCICS).

O segundo objetivo é difundir as propostas modernizantes, apresentando-se como sendo de interesse geral, ampliando seus objetivos e camuflando suas conseqüências.

O terceiro objetivo é procurar criar e/ou aprofundar a segmentação dos trabalhadores tanto a nível de instituições, quanto a nível das propostas de mudança no processo produtivo.

Na hora que proprietários e a BRASFIBRA através da APROSCICS tentaram levar adiante o movimento pelo corte ao adiantamento e a generalização do pagamento por produção, conseguiram adesão e apoio de muitos pequenos proprietários, alguns donos de motor e até de trabalhadores.

2.5 - GESTÃO DA MÃO-DE-OBRA

Desde a implantação do sisal na região passou a haver uma gradativa saída dos moradores das fazendas e novas formas de gestão da mão-de-obra foram sendo postas em prática visando atender ao novo contexto econômico-político-ideológico, definidas no interior de conflitos e lutas por interesses diferenciados.

Depois de 80 aumentou significativamente a pecuari

zação e a utilização do trabalho assalariado.

Hoje, há várias formas de gestão da mão-de-obra: há os moradores, os meeiros, os que recebem a terra em troca do desmatamento ou da palha para o gado e há o trabalho assalariado. Há diversas formas de arranjos desde o assalariamento puro, a morada e acordos pessoalizados e individuais que podem ser utilizados numa mesma propriedade ou variar de uma propriedade a outra segundo as estratégias econômicas e interesses políticos dos proprietários.

Os proprietários velhos ainda costumam ter moradores, mas cada vez mais em número menor. Dentre os moradores, tem os fixos, que os proprietários definem como "moradores antigos", com trinta anos ou mais de morada; mas hoje é mais comum encontrar os moradores provisórios: aqueles que os proprietários podem ceder uma morada, um roçado, mas nunca demoram muito.

"(Tenho Moradores) porque eles não sai, são moradores já antigos, vivem por lá e eu sou um que até tolero muita coisa de morador, mas não pretendo aumentar não". (G. L.-Grande Proprietário).

As formas de arranjo com moradores variam de um proprietário a outro e podem também variar de um morador a outro na mesma propriedade - criando diferenças entre os próprios moradores no que tange ao trabalho e ao relacionamento individualizado com o patrão. Essas diferenças podem se dar segundo critérios como o tempo de permanência na propriedade; trabalhadores novos ou velhos, o tipo de trabalho que realizam, a proximidade pessoal do morador com o proprietário, pela fun

ção de comando que um morador tem sobre os outros, etc.

"Para serviço de roça eu só tenho dois moradores. São moradores de 20 e tantos anos já, não sei não. Para esses moradores mesmo quem tem roçado eu dou semente". (R. J.).

"Tinha época que eu tinha 50 moradores, agora tem 10 e não tem mais condições de continuar... plantam cereais e têm o roçadinho deles;" (I. N.).

"Comigo é o seguinte: eu boto o roçado, dou o roçado botado, dou um boi de capinadeira, parafuso, corda, semente pra plantar e, toda semana, dou o dinheiro para feira adiantado. Logo que aparece eles vão comendo daquilo, aí, então, me dá 40%. É sempre assim, é difícil receber integral". (G.L.).

"Morador meu é o seguinte: no dia que chove tem o trator para cortar a terra, tem a semente para plantar, tem o boi para cultivar, tem o dinheiro para fazer a feira e não me dá um dia de serviço". (F. F.).

Uns dão semente, outros não; uns cobram parte da produção e outros só querem a palha para o gado; uns exigem dias de trabalho na propriedade, outros não; uns adiantam o dinheiro da feira, outros deixam que o morador na entressafra procure serviço fora da propriedade, etc.

Essa diversidade nas formas de "arranjo" com os moradores cria motivos diferenciados para os conflitos.

Os conflitos se dão quando o morador não dá a parte correspondente dos cereais que devia ao patrão; porque procuram dias de trabalho, melhor remunerados, fora da propriedade

de, ou porque saem para as Frentes de Emergência; por falta de cuidado com os animais; por descuidar dos serviços rotineiros da propriedade; por não produzir satisfatoriamente no destocamento, na limpa, etc.

"Eu botei um morador essa semana, tinha dois rapazes e que era prá trabalhar. Eles chegaram sem recurso de nada, então eu ajeitei tudo. Enquanto tava no tempo ruim eles tavam trabalhando. Quando foi essa semana eu soube que eles saíram prá trabalhar a outros, enquanto eu tenho serviço e pago o que os outros pagam - não quero o suor deles... Eu arranjei um roçado que gostaria de lhe mostrar, um roçado bom, mandei passar o boi, cultivar, melhorei tudo, arranjei serviço - tá lá a maior beleza. Aí os filhos já saíram prá trabalhar aos outros porque lá fora o sujeito prometeu mais dinheiro". (I. N.).

"O que eles querem é colher e quando termina de colher o roçado deles é prá passear, brincar, comprar televisão... E agora que ficou para dar uma parte, teve morador que disse a mim que não ia dar nada, que eles fizeram pouco (ce reais). Eu quero do pouco que tocou a eles, eles me dêem 50% para ajudar na conta, que não dá para pagar, mas ajuda". (F.F.)

Diante dessas queixas e dos enfrentamentos cotidianos com o morador, o proprietário procura encontrar formas de levá-lo a abandonar o campo. Muitos compram uma casa na rua para o morador; outros mandam embora; tem os que soltam o gado no roçado do morador; outros não fornecem mais condições; outros aumentam o uso de trator ou do trabalho assalariado e não dão mais dias de trabalho assalariado e não dão mais dias de trabalho ao morador; alguns vendem a propriedade, etc.

"Quando o cara não tá dando certo, eu simplesmente não boto ele prá fora, não mando ele ir embora de jeito nenhum, eu dou desprezo, não pago mais serviço prá ele. Não tem serviço mais prá você não, você se vira, pode trabalhar no que quiser e pode usar a casa e se quiser pode ficar com ela, fique. Aí o cara fica chateado e vai embora por ele mesmo". (R.J.).

Os proprietários velhos têm todo um passado de longa convivência com moradores e, apesar das queixas que fazem contra estes, sempre mantêm os trabalhadores velhos e sempre deixam aberta a possibilidade de receber algum trabalhador que lhe venha pedir morada. Alguns dos moradores que deixam a propriedade podem voltar novamente a ter uma morada; a outros ex-moradores os proprietários podem providenciar dias de serviço, uma feira, uma ajuda para um remédio ou emprestar um carro para trazer um doente:

"Fico avalisando no Banco, organizando, toda obrigação, todos (moradores) até agora ficaram amigos; nenhum saiu com má vontade não. E tem deles que já tem voltado até três vezes a morar aqui de novo". (F. F. - Grande Proprietário - ex-Prefeito).

Esses favores e a procura em evitar conflitos mais diretos com trabalhadores é sempre uma estratégia econômica para o proprietário conseguir mão-de-obra mais barata; mas também faz parte de uma estratégia política na busca de apoio e de voto dos trabalhadores.

Nota-se que a partir de 50 todos prefeitos eleitos nos três municípios pesquisados ou são grandes proprietários

ou estão de perto apoiados por estes, o mesmo acontece com a esfera legislativa estadual de representação do Curimataú.

E quando um proprietário ou alguém do seu grupo político está no poder local, este procura utilizar-se da máquina do Estado para renovar na cidade laços de dependência e favores; facilitando trâmites burocráticos, conseguindo um silo, sementes, providenciando uma consulta médica, uma vaga na escola pública - procuram assim ampliar e renovar sua esfera de poder.

Mas as mudanças nas relações patrão-moradores, com a saída de muitos destes do campo e com a falta relativa de mão-de-obra barata, os proprietários têm se utilizado de outras práticas econômicas que evitem o assalariamento.

Uma dessas práticas consiste em entregar a terra ao trabalhador para ser desmatada, quando se planta o sisal os trabalhadores fazem seus roçados entre as fileiras de agave e não pagam parte da produção ao patrão:

"É bom negócio, mas quando a terra é bruta. Ele deruba o mato, não entra com nada, aí é vantagem, porque hoje em dia a gente gasta mais é para desbravar, destocar um hectare de terra que o próprio valor da terra". (F.F.).

Outra prática comum é doar a terra para o trabalhador plantar cereais e ao seguir a colheita o proprietário solta o gado no roçado para o pasto:

"Tem os que arrendam tudo de graça, só com interes

se que limpem a palmatória de criar o campo de palma. Não dão terça, nem meia, nem nada. Eu tenho mais de trinta trabalhadores assim... pessoas que moram aqui pela cidade e têm essa agricultura lá. Todo ano eles procuram um pedacinho de roçado, botam 1/25, botam 1/50, aqueles cuidadosos botam até mais; outros botam e não dá nada, mas não me dão prejuízo porque tem a pastagem". (I. N.).

Essas duas formas de gestão da mão-de-obra aparecem com freqüência na área estudada. Para os proprietários há a vantagem de desmatar de graça áreas improdutivas da sua propriedade que passam a ser utilizadas para o plantio de sisal ou para expansão da pecuária. É uma forma também dos proprietários encontrarem um contingente de trabalhadores disponíveis para outros trabalhos na propriedade a preços mais baixos - porque devem o favor da terra "de graça".

A doação da terra nessas formas também é muito usada por proprietários para cobrarem favores e fidelidade política dos trabalhadores.

No entanto, essas formas de "doar" a terra não estão isentas de conflitos e reclamações dos proprietários; seja porque um trabalhador recuse a trabalhar alugado em outro serviço da propriedade, seja pela eventual exigência por algum tipo de indenização - por isso os proprietários sempre fazem questão de ressaltar que não se trata de morador, que não é arrendamento, que é a doação da terra "de graça", pela qual o trabalhador não pode cobrar nenhum direito:

"Não. Eu não arrendo terra. Eu dou a terra de graça em troca da forragem para o gado. E planta o que quiser para ele. A forragem é minha. Porque arrendamento é uma coisa, da

do é outra coisa; eu costumo dizer bem isto. Eu dou o terreno gratuito para ele, não corre dinheiro. É dado, agora por período de três anos, depois nós fazemos outros negócios... Quem quiser planta milho e feijão; aí vem: jerimum, melancia, a batata. Planta... o que não é enraizado de um ano para o outro, planta que seja de um ano... Mas não corre dinheiro, também não é morador - é gente que mora aqui na cidade". (E.B.).

Outra forma já antiga que continua sendo usada, embora cada vez menos pelos proprietários mais velhos é o contrato de parceria; mas estes agora costumam substituir o "contrato verbal" pelo "contrato assinado", como forma de evitar futuras reivindicações dos trabalhadores.

Com a diminuição da moradia, dos contratos de parceria que se verificou nas décadas seguintes a implantação do sisal aumentou o trabalho assalariado na agricultura da região. Esse aumento foi maior depois de 70, quando muitos proprietários velhos passaram a alternar ou usar paralelamente outras relações de trabalho e o trabalho assalariado.

No decênio 70-80 o trabalho assalariado permanente nos três municípios pesquisados passou de 324 pessoas para 718 pessoas. No mesmo período o trabalho assalariado temporário aumentou de 559 para 2.251 pessoas empregadas.

O número de parceiros e outras categorias diminuiu nos três municípios no decênio 70 - 80 de 695 para 405 pessoas.

Depois de 80 os novos proprietários passaram a usar quase que exclusivamente o trabalho assalariado em suas terras para a implantação de áreas de pastagem e reflorestamen

to; para o plantio e tratos de culturas como o maracujã, ca
jú, café, para plantio e tratos culturais do agave, para
cuidado do rebanho e até mesmo para o plantio de cereais.

O trabalho assalariado na região é utilizado pelos
grandes proprietários na limpeza de matas, na construção de cer
cas, limpas nos campos de sisal, destocamento, broca, constru
ção de barreiros, replantio de sisal, palma, etc., só que os
proprietários velhos procuram misturar o trabalho assalariado
com as outras formas de trabalho vistas anteriormente.

O trabalho assalariado temporário pode se dar atra
vés de diária — dependendo do serviço, do número de trabalha
dores necessários e outros fatores; nesse caso a fiscalização
do proprietário é mais intensa:

*"É. Sempre tem que tá lá pra tomar conta, então eles
não se escoram não, porque eu dei tantos dias, quando termi
nar eu confiro". (F. F.).*

O trabalho assalariado temporário também pode ser
feito por empreitada, de forma direta do proprietário com os
trabalhadores ou através da intermediação de um trabalhador
empreiteiro que contrate e fiscalize a turma.

Os proprietários reclamam que os trabalhadores não
estão rendendo, não estão produzindo o suficiente ou o espe
raço, que desobedecem as ordens, que recebem o dinheiro e não
produzem, etc. — o que abre espaço para novas relações confli
tivas.

"Nós estamos numa dificuldade tremenda, porque antigamente se fazia uma empeleitada com o trabalhador rural, calculava por quanto ia fazer aquele serviço e se fazia a empeleitada com eles; hoje por todo preço que o Sr. quiser e der o dinheiro a ele, ele desvia aquele dinheiro prá outra coisa, ligeirinho; deixa a empeleitada no meio do caminho... Pede aumento, o camarada dá ainda o primeiro aumento, ele torna a deixar empancado e não faz, ninguém quer mais fazer empeleitada hoje por preço nenhum, o trabalhador não quer fazer". (A. N. - Grande Proprietário).

"Quando eu pago um empreiteiro que não faz o serviço direito, ele só trabalha prá mim um ano. Um ano não, dois ou três meses. Ele termina aquele trecho de mato que eu empreitei, aí eu digo que não tenho mais serviço prá ele ... aí eu não contrato ele nunca mais, ele não trabalha mais comigo". (R. J. - Grande Proprietário).

Mas para esses serviços de limpa, destoque, broca, etc., os proprietários reclamam da falta de mão-de-obra. Escassêz essa que para eles se deve ao fato das pessoas não quererem mais trabalhar e a falta de capital para o proprietário pagar a mão-de-obra cara.

"Quando a gente corta o agave aí é a fase de destocar, aí muitas vezes tem o empreiteiro, sujeito de fora, muitas vezes morador mesmo, muitas vezes é ele e um filho ou dois, vão fazendo, mas é pouca gente, não dá prá fazer o serviço - então 50% do agave tá no mato, no mato grande, que já não tem mais condições de desfibrar o agave". (I. N. - Grande Proprietário).

No entanto, verifica-se que a oferta de mão-de-obra varia de acordo com o ciclo agrícola o que demonstra o caráter complementar das atividades e a circulação dos trabalha

dores dentro delas - o que permite aos proprietários não uniformizar a mão-de-obra, nem ter a necessidade de uma mão-de-obra fixa que possa reclamar por seus direitos - o que implica, por outro lado, na relativa falta de controle sobre essa mão-de-obra.

O aumento de empregos temporários na agricultura dos três municípios estudados se dá nos meses de janeiro, março, abril e dezembro.

Nos meses depois de junho a demanda por trabalhadores nos motores de desfibramento aumenta; diminuindo conseqüentemente, a oferta de trabalhadores para agricultura.

"(Os trabalhadores de fora trabalham quase direto, mas eu sempre aumento nessa fase de maio, junho em diante pra tratar mais dos campos, aí tem que aumentar mais: destocar agave, fazer uma cerca, botar uma broca, aí tem que aumentar. Dezembro, janeiro sempre tem mais. Nessa época, a partir de junho e julho diminui, é que aumenta a procura no desfibramento do sisal, o povo se dedica mais no motor de agave porque ganha mais, aí fica mais difícil de trabalhar". (G. L. - Grande Proprietário).

Essa escassêz de mão-de-obra para os proprietários aumenta nos períodos de Emergência governamental, que além de concorrer com eles na gestão da mão da obra, dificulta-lhes ainda mais o controle sobre esta; além de influenciar na mudança de comportamento do trabalhador, tornando-o mais improdutivo:

"Se acomodaram muito, não quiseram trabalhar porque

tavam na Emergência". (G. L. - Grande Proprietário).

"Com essa Emergência que o Governo criou de um certo tempo pra cá, isso aí tá desgraçando o povo, dando uma miçaria de dinheiro para o povo ficar em casa vagabundando, só tá deixando o povo preguiçoso... Ora, se o cara tem um dinheiro do fim do mês sem trabalhar, ele vai querer trabalhar? Não quer de jeito nenhum". (R. J. - Grande Proprietário).

A relação patrão-trabalhador também tem mudado no desfibramento. Antes, grande parte dos trabalhadores de motor eram moradores, ou agregados do proprietário ou com uma ligação de proximidade a esse. Hoje os trabalhadores de motor são de outro lugar, da cidade; a maioria deles o proprietário nem conhece.

"Antigamente eu movimentava rinhas máquinas quase com trabalhadores, os meus moradores... O virador quando era meu morador ficava por muito tempo, mas hoje..." (I. N. - Grande Proprietário).

Por isso, depois de 60 os proprietários optaram em vender o motor a trabalhadores, os quais voltariam a contratar no período de desfibramento, livrando-se de qualquer envolvimento econômico, jurídico e de conflitos diretos com os trabalhadores de motor - uma vez que estes passariam a voltar à propriedade intermediados pelos donos de motor.

É comum encontrar proprietários com vários motores trancados nos armazéns e utilizando motores de terceiros:

"Motores? Tenho, agora vive tudo parado, mexo com o

motor dos outros... É outro problema, é o mesmo do morador, porque toda despesa é do dono do motor, era minha; então, to do aborrecimento vinha prá cima de mim. Trabalhador disse, da quilo... Então acabei, tá tudo parado. Eu tenho uma faixa de uns oito motores, mas tão todos parados, eu mexo com o motor dos outros... Não tenho preocupação, o trabalhador entra ho je, sai amanhã e eu não tenho preocupação". (P. R. - Grande Proprietário).

Mas com a contratação de um dono de motor aparecem novos problemas para os proprietários; as discussões em torno do preço do desfibramento; a falta de motores suficientes no pique do desfibramento e a diminuição dos ganhos do proprietário, uma vez que o dono de motor vai capturar parte da mais-valia que estaria destinada as mãos dos proprietários.

Diante disso, alguns proprietários - principalmente os proprietários mais velhos - procuram continuar usando alguns de seus motores ao mesmo tempo em que contratam motores de fora.

Quando os proprietários colocam seus motores para funcionar os entrega ao virador que encarrega-se de contratar trabalhadores e fiscalizar o desfibramento.

Os proprietários colocam que a dificuldade maior que encontram no desfibramento é o alto preço da mão-de-obra:

"Agave tá ficando assim, numa faixa de 30% para o produtor e 70% para a mão-de-obra". (P. R. - Grande Proprietário).

Ao mesmo tempo que os proprietários calculam o alto preço da mão de obra, os trabalhadores tendem a deixar o des

fibramento por atividades que lhes possa render mais, como "hiscate", sub-empregos na zona urbana, etc. - o que propicia também uma certa escassêz de trabalhadores para o desfibramento.

Diante disso, alguns proprietários têm procurado contornar o problema dando morada (a casa) para os trabalhadores do sisal na propriedade. Assim o trabalhador pode cultivar um pequeno roçado, fazer alguma criação. O trabalhador produzindo para sua subsistência e "deverdo favor" pela casa cedida seria mais fácil manter a mão de obra mais fixa, manter mais baixos os salários, além de fazer um investimento para um retorno político esperado.

"Tendo casa prá morar é vantagem, porque não tá pagando aluguel, não tá pagando luz aqui na rua, não tá comprando carvão, lá no sítio ele se vira, tem muita defesa. Lá ele cria uma cabra, que sempre eu dou prá criar de meia, cria galinha. Lá ele se faz, planta um roçado e senão aqui na rua ele não planta nada... O maior problema que tem no desfibramento do sisal é só os puxadores, porque é um profissional, é difícil da gente encontrar. É por isso que eu deixo minhas casas cheias de gente, que é prá vê se ali dentro encontra o profissional". (R. J. - Grande Proprietário).

Dentre os trabalhadores do desfibramento os puxadores são os mais difíceis de ser encontrados, porque fazem um trabalho que requer certa especialização, experiência e disposição para enfrentar o grande desgaste físico e os riscos constantes de acidente.

Para os proprietários o puxador é a peça principal para o desfibramento - dele depende a produção e a produtividade

dade do motor, o puxador é quem marca o ritmo do trabalho.

Então, se para o trabalhador a atividade de puxar é perigosa e desgastante, para o proprietário é um trabalho pesado. Se para o trabalhador puxar requer talento, prática e habilidade; para o proprietário requer resistência.

Do seu ponto de vista o proprietário procura ocultar a arte e ressaltar a força; porque o que para o trabalhador é a experiência, para ele é a lógica matemática dos quilos produzidos.

"É o que se chama de doutor, o puxador se acha cheio de arte, acha que aquilo é uma arte. De fato, não é arte, é uma coisa que o homem pra aguentar um dia puxando agave é preciso ser muito resistente. Eu sei que pode até ficar preguiçoso. O serviço é muito pesado, você ficar naquela posição o dia todinho puxando agave, pra tirar 300 kg. de agave, não é brincadeira". (A. S. - Grande Proprietário).

Os proprietários do Curimataú utilizam uma série de alternativas na gestão da mão-de-obra, de maneira que o assalariamento conviva com formas outras de relações de trabalho que implicam na recriação de acordos pessoais e relações individuais.

Essas diferentes alternativas, através das quais os proprietários buscam viabilizar interesses econômicos e políticos específicos, levam a diferentes formas de inserção da mão de obra no processo produtivo, tanto na parte agrícola como no desfibramento⁽¹³⁾ - levando a sua reprodução diferenciada - o que permite aos proprietários manter reduzidos os preços da mão-de-obra e assegurar as bases do seu controle poli

tico.

2.6 - "VOCÊS FICARAM SABIDOS E NÓS SOMOS OBRIGADOS A VIRAR
BESTA" - A REPRESENTAÇÃO DAS MUDANÇAS

Ao contrário dos trabalhadores velhos, para os proprietários a produção sisaleira não marca uma ruptura com o passado, uma cisão violenta com uma outra ordem de vida e trabalho e a inauguração de um outro mundo; mas, para eles, foi a superposição de um mundo materialmente melhor, a continuidade do passado em níveis qualitativamente superiores.

Enquanto para os trabalhadores o sisal conseguiu empobrecer a terra, tornando-a improdutiva⁽¹⁴⁾ para os proprietários o sisal teve a vantagem de melhorar a terra, tornando-a mais rica e produtiva:

"Hoje a terra que se plantou o sisal, ela hoje produz melhor qualquer lavoura porque a terra ele enriquece ela. Aonde teve agave você plantou cereais, é bom demais. Antigamente eles diziam que a terra ficava ruim, no primeiro ano ela fica com aquela bucha, mas depois ela melhora, melhora de mais". (T. F. - Grande Proprietário).

E se para os trabalhadores o sisal tornou-se sinônimo de miséria, fome, insegurança e exploração, para os proprietários o sisal significou principalmente "progresso", "desenvolvimento", foi uma forma de abrir a região ao mundo moderno, com todas suas vantagens à vista e a prazo, que já ron

davam por longe, depois da estrada de barro.

"Melhorou muito, transformou-se demais, o sisal foi uma grande ajuda aqui". (I. N. - Grande Proprietário).

"(Antes) não dava, era todo mundo aperreado, ninguém tinha um carrinho prá andar, ninguém tinha nada e hoje, com o sisal, o mundo tá coberto de carro e nessa região daqui quem comanda é o sisal. E com toda moleza o sisal resolve tudo". (R. J. - Grande Proprietário).

Diferente dos trabalhadores. para os proprietários as mudanças econômicas e sociais: mudança de produtos agrícolas, aumento do trabalho assalariado, modificações tecnológicas, etc., não têm como pano de fundo a introdução e desenvolvimento da cultura sisaleira. Os proprietários têm uma forma particular de expressar a mudança passado/presente. Essa passagem é representada através de um ponto fundamental: a mudança de comportamento dos trabalhadores.

A mudança nas relações de trabalho deu-se de forma conflitiva porque modificou os interesses e a forma de luta por estes, porque quebrou as perspectivas de comportamento, desnudou o costume, rompeu a homeostase das trocas materiais e simbólicas que se confundiam.

A modificação das relações de trabalho abalaram as relações de poder e dominação e tudo isso, para os proprietários, refletiu-se na mudança do comportamento dos trabalhadores em termos de trabalho e obediência, ou seja, produção e submissão.

Mas para os proprietários essa mudança de comportamento dos trabalhadores não tem origem no processo produtivo. Para eles as principais causas da mudança está ligada a atores e fatores "externos": a mudança para cidade, ao Sindicato, a Igreja, etc.

Para os proprietários a saída do trabalhador para cidade destruiu seu passado de referência, diversificando seu repertório simbólico diante de novos valores, idéias e comportamento. O que incidiu diretamente na classificação da mão-de-obra, na diminuição da produtividade desta e no questionamento que o trabalhador passa a fazer da autoridade do patrão.

"Nós proprietários não tá arrumando mais gente de disposição prá enfrentar o serviço... porque eu lutei com uma turma de gente, de morador, depois eles mudaram tudinho prá dentro da rua de Picuí. Chegou uma época de fazer um serviço com eles de novo, quando eles pegaram no serviço eu vi que tinha caído 70% do serviço deles. Aí eu perguntei a um, seu Manoel Brejeiro: 'Seu Mané, o que foi que houve, que na época que o Sr. trabalhava prá mim, o ano passado, vocês entravam no trabalho com gosto e o serviço rendia, vocês trabalhavam e faziam muito serviço?'. Aí ele disse: "Ah! seu A. era no tempo que nós era besta, hoje nós não somos mais besta não, viu; que nós mudamos tudinho prá dentro da rua é prá não trabalhar prá ninguém." Aí eu disse: 'Entendo, assim tá ruim prá viver o proprietário, PORQUE VOCÊS FICARAM SABIDOS E NÓS SOMOS OBRIGADOS A VIRAR BESTA; que é que podemos fazer, vocês não querem mais trabalhar e se rendemos qualquer coisa, vocês levam tudo prá vocês, como é que nós vamos poder viver?'" (A. N. - Grande Proprietário).

Para os proprietários um outro fator que contribuiu para mudança de comportamento dos trabalhadores foi o Estado, através de instituições jurídicas ou programas específicos co

mo as Frentes de Emergência. Essa questão do Estado além de demonstrar o caráter contraditório do jogo de forças no seu interior; demonstra também que o poder do proprietário já não é único e absoluto, já não é inquestionável como antes costumava ser onde a força física e ideológica era monopólio exclusivo do proprietário. Para os proprietários isso abalou sua estrutura de poder, o que significa que já não têm mais "cobertura" da lei, do aparato jurídico e não dispõem mais do controle exclusivo e excessivo da força de trabalho.

"Nós não temos força pra reclamar nada, porque se for pra justiça só dá direito a eles (aos trabalhadores)". (A. N. - Grande Proprietário).

"Quando chega uma Emergência, nesse tempo de seca, nós proprietários não temos direito de pegar uma Emergência para fazer nada, porque mesmo os trabalhadores que estão com a gente, sai para ir trabalhar na emergência. Isso é um incentivo para o povo não trabalhar. Nós que vivemos administrando o povo e lutando para viver com ele, estamos vendo que quando o povo entra numa Frente de Emergência, ele sai preguiçoso... Desse essa Emergência ao povo, pagasse ao povo e desse o povo pra nós administrar, ao proprietário... Todo mundo na hora que for designação da Emergência eles correm pra-qui-prá-aculã, aí a gente precisando de gente pra plantar e não encontra... Chega o tempo de preparar o solo não se acha com quem, porque o povo tá tudinho incentivado pra lá com a Emergência e incentivando pra não ir trabalhar com o proprietário. Como o proprietário, então, vai desmatar, fazer roçado, preparar a terra, se não acha com quem?" (A. N. - Grande Proprietário).

A Igreja e o Sindicato, no entanto, são para os proprietários os principais agentes que levaram a transformação no comportamento dos trabalhadores porque quebraram a legiti

midade do poder tradicional, personalizado e invocaram uma outra instância de legitimação na medida que apresentavam novas formas de mediações para os conflitos.

"É isso que eu digo, o camarada prá lutar com gente de hoje é preciso ter muito cabeça fria e ter um coração muito calmo prá aguentar, porque eles só trabalham constrangidos, a força, porque são incentivados, eles escuta o que se diz aí no Sindicato, o que se diz na Igreja, exclusivamente prá ficar com aquele rancor para o laço de quem possui propriedade... Aquêle povo velho espia prá nós com uma raiva da nada, é tanto que o camarada prá falar com eles tem que ir preparado, com a cabeça fria e falar com eles de longe, porque debaixo da camisa tá uma lanca de faca desse tamanho, outros têm armas, revólver, tem malsa, viu. Ficam olhando pro patrão com cara de assassino". (A. N. - Grande Proprietário).

"O que tá havendo é o seguinte. Porque o Sindicato é um órgão ligado ao trabalhador, mas o elemento que está no Sindicato sempre, sempre procura jogar o morador contra o patrão, aí vem o clero também, é da mesma maneira, eles comungam juntos a religião... Antigamente o morador era amigo do patrão, era compadre, hoje é o contrário, o trabalhador sempre vê o patrão como uma pessoa menos desejada... Eu tenho mais de 40 moradores, inteirando quase 50. Mas tá dando dor de cabeça lutar com muita gente... Não é o número deles não, podia ser até mil moradores, a questão é correr certo, mas to do mundo começa a botar um bocado de coisas na cabeça dos mo radores aí atrapalha o morador e o patrão, não resolve nem uma coisa nem outra. Afasta o morador do seu amigo, o patrão, e o resultado é o seguinte: quem está incentivando, inflan do não tem o que dar, porque não tem resmo, a começar do cle ro e também... do... do sindicato... O morador era um compa dre, era um povo mais assim da fazenda, hoje é a espinha da garganta". (F. F. - Grande Proprietário).

"O morador era amigo do patrão, hoje não, o morador

tornou-se inimigo do patrão... Eu acho que é ouvindo mais, ne gôcio de Sindicato, aĩ eles incute aquilo na cabeça, sei que é difícil o acordo com o patrão". (G. L. - Grande Proprietário).

"Hoje eu não quero um morador por preço nenhum do mundo, minhas casas aĩ do meu sítio, tem casas todas fechadas, não tem um morador, não quero um morador... eles não estão querendo trabalhar, querem ganhar muito dinheiro, mas trabalhar não,... quando um morador passa um tempo passa a ser dono, não dá". (P. R. - Grande Proprietário).

Nessa referência ao passado, o proprietário costuma marcar a diferença entre o trabalhador velho e o trabalhador novo. Para ele o trabalhador velho é quem ainda trabalha, produz, porque ainda seria guiado pelos valores tradicionais que o proprietário ainda busca encontrar:

"Hoje quando tem um velho trabalhando, trabalha por dois moços, nōs tamos com muita dificuldade com morador. Falam até em assinar carteira, eu acho que seria melhor, porque dá 48 horas por semana... É a história, vem o Padre dizendo lá na Igreja que tão tomando o suor deles, essas coisas; são os Sindicatos que ficam alĩ dando os direitos a eles e eles ficam pensando que tudo é o Sindicato". (I. N. - Grande Proprietário).

Nota-se que os proprietários, na medida que atribuem a algum "fator externo" a causa da mudança de comportamento dos trabalhadores, operam uma inversão na lógica dos acontecimentos e assim procuram, se não ocultar, pelo menos moldar as percepções empíricas da realidade em mudança a modelos explicativos burilados a partir da ótica dos seus interes

ses econômicos e suas estratégias políticas.

Na medida que procuram demonstrar a unilateralidade causal das transformações econômicas, justificam ideologicamente sua prática no interior desse processo como reação "natural" e decorrência "moral" à mudança de comportamento dos trabalhadores.

Na esfera do desfibramento, a questão básica que os proprietários colocam dentro da relação passado/presente é a forma de pagamento nos motores: o pagamento adiantado e o pagamento por semana.

O adiantamento já era um costume antigo na região e passou a ser utilizado no desfibramento onde os proprietários conheciam e tinham uma relação direta com os trabalhadores. Quando os trabalhadores de motor deixaram de ser moradores, a maioria passou a morar nas cidades, o pagamento adiantado passou a ser uma forma dos proprietários perderem o capital variável investido, mesmo quando têm viradores os proprietários afirmam que, em última instância, são eles que sempre arcam com os prejuízos:

"A pessoa quer virar sua máquina e falta trabalhador e adianta, o trabalhador necessitado: minha mulher tá doente, tô com fome, aí o sujeito adianta o dinheiro da semana". (I. N. - Grande Proprietário).

Com a alta demanda de trabalhadores no período de implantação do sisal e com a simultânea saída desses da região e com a subseqüente queda de qualidade dos campos, difi

cultando o desfibramento, os trabalhadores começaram a pres sionar para fazer o trabalho por semana e não mais por produ ção como era feito anteriormente. A definição do tipo de paga mento passou a partir daí a ser resultado da barganha estabe lecida entre trabalhadores e patrões:

"Foi mais falta de trabalhador e foi querendo esse negócio de diária, quando os campos foram criando mato, essas coisas, aí a produção era pequena, eles também malandros. Por produção não dá, só trabalho na diária... aí se o motor que bar ele vem embora e o sujeito perde". (I. N. - Grande Pro prietário).

"Agora acontece é que hoje mudou, uns 15 anos atrás, mais ou menos, o povo aqui, vamos dizer, o virador de motor dava àquele pessoal adiantado um pouco do dinheiro, mas eles iam receber por produção, era diferente, mas agora é por sema na. Se for um dia ganha a semana, se não for nem um dia, ga nhou. Ficou assim. Antes por produção era melhor, produziam mais, ganhavam mais. Não querem aceitar...". (G. L. - Grande Proprietário).

2.7 - CRISES DE DOMINAÇÃO

Esse Capítulo, ao tomar como tema os grandes pro prietários, procurou ressaltar as diferentes práticas econômi cas e propostas de modernização por eles utilizadas, como for ma de pensar a diferenciação interna dos trabalhadores.

Por outro lado, seria impossível entender a classe

trabalhadora sem fazer referência nos confrontos e lutas que esta estabelece com a classe dominante — porque a classe se conforma na luta que estabelece em todos os ângulos sociais, do plano material ao ideológico.

Hoje o grande proprietário não é mais o senhor absoluto de dezenas ou centenas de moradores a sua disposição e ao seu cuidado. As casas das fazendas estão cada vez mais vazias, a palma e o gado têm substituído a roça e tem crescido o trabalho periódico, o trabalho assalariado.

Os proprietários também criaram e recriaram mecanismos para conseguir manter certo controle da mão-de-obra e também conseguir apoio político para segurar ou remendar seu poder na esfera local. Mas se vê que este encontra-se cada vez mais diluído, disperso no meio de novos agentes sociais e novas formas de controle e dominação; abalado pelo movimento sindical, pela organização dos trabalhadores na busca da cidadania e da legitimidade de sua luta; atingido pela própria mudança na forma de atuação do Estado, onde os proprietários já não são os únicos e eternos mediadores.

É também na esfera do Estado que se vê o reflexo de perda de hegemonia dos proprietários, diante da determinada ação política dos representantes da indústria exportadora de sisal.

A crise nas relações de dominação tradicionais está, portanto, interligada a perda da hegemonia dos proprietários no interior do Estado e sua decadência econômica. Diante disso, buscam criar novos mecanismos econômicos que passam por propostas e ações de modernização na agricultura e no desfi

bramento, o que, em última instância, representa maior explo
ração e expropriação da classe trabalhadora.

Mas a questão da modernização é complexa e envolve um conjunto de forças, portanto sua efetivação e os desdobra
mentos desta, dependem do curso da luta de classes.

O discurso da modernização não é um discurso unila
teral, refletido pelos interesses de classe, antes reflete a tensão das relações de classe. (MARTINS, 1985).

SEGUNDA PARTE:

"DIFERENCIAÇÃO E IDENTIDADE DOS TRABALHADORES

Zé Puxa-Dor

*Com
A folha de agave
Foram também os dedos,
Que aflição!
Ficou sô com os esquerdos
E uma indenização.
Porêm
Em curtos dois meses
Foi-se
A indenização.
Coitado!
Roubaram-lhe
Até a mão.*

(Dinamérico Soares - Poeta Popular
Cuité - 1987)

CAPÍTULO III

DIFERENCIAÇÃO INTERNA DOS TRABALHADORES

A questão da diferenciação interna dos camponeses tem ocupado vários autores. WOLF (1984) destaca as diferenças de comportamento e perspectivas atentando para a diversidade dos que vivem perto das cidades e se envolvem nos negócios de mercado e negócios urbanos e aqueles que vivem em aldeias longínquas; os que mandam os filhos à fábrica; o sistema de comunicação e, por último, a distinção de propriedades.

ALAVI (1969) afirma que o campesinato não é uma massa homogênea, seus diversos setores possuem objetivos e perspectivas sociais diferentes, sua proposta é considerar os papéis desempenhados pelos diversos setores do campesinato examinando as pré-condições necessárias para se efetuar a mobilização revolucionária do campesinato. Para isso ele propõe uma mudança conceitual dessa diferenciação que visem em primeiro plano as relações de classe: a) camponeses pobres, meeiros, as terras que trabalham pertencem aos proprietários; b) campone

ses médios, pequenos proprietários independentes; c) campones ricos, fazendeiros capitalistas que exploram o trabalho assalariado, embora muitas vezes participem do trabalho na fazenda; d) lavradores, proletariado agrícola.

PALMEIRA (1979) também faz essa diferença entre rico, médio e pobre, mas enfatiza a questão deles diante dos meios de produção, do controle maior ou menor dos recursos, isolamento ou integração ao mercado e a lealdade política, destacando a mediação política e a composição das forças sociais na determinação da conjuntura.

Por baixo dessas diferentes conceituações da diversidade camponesa há preocupações teóricas a que essa diferenciação induz. Do ponto de vista econômico vem a questão da polarização de classes no capitalismo que vê o campesinato como classe em extinção e a questão da reprodução diferenciada no capitalismo. Do ponto de vista dos papéis políticos vêm as preocupações acerca do caráter da revolução e a identificação dos "aliados do proletariado". Do ponto de vista da autonomia vem a preocupação em identificar o menor ou maior grau de autonomia-subordinação das diversas categorias em termos econômicos e políticos.

Para o objetivo deste estudo procurar-se-á entender a problemática da diferenciação tomando-se como base analítica o jogo de interesses em que estão envolvidos os diferentes atores sociais.

Os interesses podem ser definidos a partir das posições sociais e das relações sociais que os indivíduos estabelecem uns com os outros.

Como se quer entender a diferenciação interna dos trabalhadores será analisada as diversas posições sociais que os separam no interior do processo produtivo e as relações sociais conflitivas daí advindas.

Vale salientar que a diferenciação interna dos trabalhadores é resultado de todo um processo histórico de mudança nas relações de produção ocorrido desde a implantação da cultura sisaleira e por isso também está ligada a luta de classes travada com outros agentes sociais opostos: grandes proprietários, intermediários e industriais. (15)

Em seguida tomaremos os três principais segmentos da classe trabalhadora que se enfrentam no interior do processo de produção e desfibramento do sisal: pequenos proprietários produtores de sisal, donos de motor e trabalhadores do sisal.

Quanto a esse segmento dos trabalhadores do sisal procurar-se-á evidenciar as suas diferentes características internas e as diferentes formas de inserção no processo de desfibramento.

3.1 - DIFERENCIAÇÃO NO INTERIOR DO PROCESSO PRODUTIVO

3.1.1 - Pequeno Proprietário Produtor de Sisal (16)

O acesso a propriedade da terra na região a esse

segmento parece ter sido privilégio de uma época já passada. Um indício disso é o fato que a maioria desses pequenos proprietários encontra-se numa faixa etária superior aos 50 anos.

A herança para eles foi a principal forma de acesso a terra. As gerações sobrevieram imprimindo sucessivas subdivisões à pequena propriedade, tornando-a cada vez mais inviável economicamente e, portanto, mais vulnerável ao processo de expropriação que a perseguia.

Na pequena propriedade encontra-se consorciamento de milho, feijão, fava e algodão (a produção do algodão tem sofrido uma queda sensível nos últimos anos) e também a mandioca. Há também a criação, em muitas delas, de galinhas, porcos, cabras e, em número menor, gado. Em cima da serra a hortifruticultura é mantida em pequena escala. O sisal ocupa uma área quase sempre inferior a 5 ha. Quando, depois da década de 60, despencou o preço do sisal, muitos pequenos proprietários acharam-se forçados a deixar parte ou totalidade dos seus campos cobrirem-se de mato ("encapoeirar"), ficando a fibra fraca e de difícil desfibramento.

A mão-de-obra nessas propriedades é formada pelo grupo familiar - só em poucas se pode ver a existência do trabalho assalariado periódico, o que é ocasionado pela crescente descapitalização ocorrida através dos mecanismos de mercado e pela falta de acesso creditício.

O plantio e a colheita de cereais são as duas fases em que o trabalho se faz mais intenso na propriedade; o restante do ano não falta serviço de conservação da propriedade, limpa, destocamento, conserto de cerca, etc. O que falta, real

mente, é tempo para o proprietário executá-lo, uma vez que necessita trabalhar alugado, na diária, no motor de agave, ou em algum roçado em que um proprietário maior ofereça-lhe condições, para atender as suas necessidades mais imediatas. (17)

Através dos exemplos dados a seguir observa-se essa composição desigual entre o tempo dedicado a propriedade e a outras atividades pelo pequeno proprietário:

A.S. tem uma pequena propriedade na terra do pai, mas trabalha em outras propriedades. Cambita agave há cinco anos. Limpa seu roçado aos domingos e nas segundas-feiras. Mora na zona rural.

M.S. ocupa-se na sua propriedade aos domingos e durante a semana quando deixa o serviço do motor, onde é cortador. Mora na zona rural.

A.M. tem uma propriedade que recebeu de herança, tem roçado em outra propriedade, onde não paga a meia da produção; trabalha alugado quando acha serviço. Reside na zona rural.

F.V. é pequeno proprietário, atualmente trabalha alugado e é aposentado. Há quatro anos mudou-se para a zona urbana.

F.P. tem uma propriedade mas trabalha como meeiro. Veio para a cidade há sete meses e afirma que deixou o campo porque "não tinha patrão, não podia mais trabalhar, sem saúde, sem ajuda não podia criar nada".

Nos períodos de estiagem o trabalho nas Frentes de

Emergência é uma inevitável alternativa para qual recorrem ca da vez mais os pequenos proprietários. (C. f. COSTA, 1985).

Nos últimos dez anos verificou-se a mudança de residi dência de pequenos proprietários do campo para a cidade. Isso acontece, na maioria das vezes, devido a incapacidade ou que da da capacidade produtiva do trabalhador, seja pela idade avançada e/ou problemas de saúde. Nesses casos ele geralmente tem um "ganho" fixo da aposentadoria, o que lhe permite morar na cidade.

"Eu não podia mais trabalhar, vivia doente e o pro blema lá era a falta d'água". (F. C. - Pequeno Proprietário, mora na cidade há oito anos).

Mas outros pequenos proprietários consideram ter sidi do a falta de trabalho e mesmo a estiagem a causa do abandono ao campo.

"Não dava certo, as condições de sobrevivência bas tante difícil, falta de trabalho". (F. V. - Pequeno Proprietári o, reside na cidade há quatro anos).

Os pequenos proprietários, mesmo morando na cida de, continuam vinculados ao campo, seja como meeiro, diari ta, no motor; como em sua propriedade. Outros são encontrados em canteiros de obras ou dando guarda pela noite em um dos prédios da Prefeitura: preferem qualquer serviço na cidade.

Mas para o conjunto dos pequenos proprietários que vivem na cidade, o campo continua sendo valorizado. A cidade

oferece mais facilidades, assistência médica e outros servi-
ços; mas o pequeno proprietário, mais do que nunca, passa a
ter uma grande dependência ao mercado na venda de trabalho e
compra de produtos, o que lhe pesa na queda do seu nível de
vida.

"Achava melhor no campo, mas os filhos precisam es-
tudar". (S.S. Pequeno Proprietário, reside na cidade há qua-
tro anos).

"No sítio vivia melhor, para onde me virava tinha
espaço, aqui se compra tudo, não crio nada". (F. P. - Pequeno
Proprietário, há sete meses reside na cidade).

Mas entre os pequenos proprietários há aqueles, que
ao contrário dos anteriores, mudam da cidade para o campo. O
que pode acontecer quando ele ou alguém da família compra um
pedaço de terra. Estes admitem que no campo encontram mais fa-
cilidade para trabalhar e fazer criação; para os que traba-
lham em motor há a facilidade contornar a sua jornada de tra-
balho no motor e na propriedade.

S.L. tem 53 anos, mudou para o campo há vinte anos:
"Meu pai comprou um pedaço de terra aí trouxe nós prá traba-
lhar nela".

A.A. tem uma propriedade de 10 ha., onde trabalha
com a família, morou na cidade até 1973, tem 43 anos e afirma
que "na rua não dá prá nós não".

Na hora de desfibrar o campo de sisal é que apare-

cem trabalhadores de fora na propriedade, mas intermediados pelos donos de motor que os contrata e encarrega-se da fiscalização no desfibramento.

Antes de desfibrar o dono do campo e o dono do motor procuram entender-se quanto ao preço a ser pago por quilo — o dono do motor alega as despesas crescentes com mão-de-obra e combustível e o dono do campo contra-argumenta com as despesas que tem e os dias de trabalho que dá nos tratos culturais do campo. Mas, por ser pequeno o campo e quase sempre de má qualidade, o pequeno proprietário tem pouco poder de barganha frente ao dono de motor e no período de pique no desfibramento é difícil encontrar algum disposto a ocupar-se do seu campo, o que força a muitos pequenos proprietários terem que vender o campo ao dono do motor. Nesse caso estabelece-se, a priori, um preço pelo primeiro corte das folhas, o qual o dono de motor paga e fica com toda responsabilidade e direito sobre o campo — nesse caso, economicamente, o pequeno proprietário sempre sai perdendo.

Ao contrário do grande proprietário, que quase nunca aparece ao local do desfibramento, o pequeno proprietário sempre está presente lá, cuidando para que não seja dado um corte maior nos pés de agave, para que não pisem na roça, não deixem porteiros abertas e para que produzam — nesse caso o conflito entre o proprietário e trabalhador é maior com o pequeno que com o grande, que quase sempre está ausente do local de trabalho.

O conflito com o dono de motor sempre aparece na hora do peso da fibra, quando o proprietário o acusa de enganã

-lo no pêsó.

O pequeno proprietário sempre procura arranjar dinheiro adiantado ao intermediário para se manter enquanto cuida do trato do seu campo, sem precisar assalariar-se fora da propriedade; em troca compromete-se a vender a produção ao intermediário, sempre reclama que é enganado pelo comprador tanto no pêsó quanto na qualificação do produto, mas o jogo de dependência que se estabelece com o adiantamento anula esses conflitos em detrimento ao pequeno proprietário.

Em alguns casos esse adiantamento é feito pelo grande proprietário ao pequeno reforçando-se, através desse mecanismo, laços de amizade e compadrio, donde advêm vantagens econômicas para o grande proprietário.

O adiantamento também é feito pela Cooperativa, mas para um número mais reduzido de pequenos proprietários.

O pequeno proprietário, nas formas de dominação político-econômica a que está submetido, transfere para fora do setor agrícola totalidade da mais-valia mais produzida. O único limite a sua atividade produtiva é dado pelo trabalho necessário a sua reprodução, uma vez repostas suas condições de trabalho. Assim, a mais-valia por ele produzida é liberada e incorporada ao processo global de acumulação e canalizada para os setores dinâmicos da economia. (Cf. WANDERLEY, 1979).

Expropriado das suas condições de produção, cada vez mais necessitando vender sua força de trabalho no mercado de trabalho, tendo aumentado seu mínimo vital necessário com a maior proximidade que passou a ter com o mercado capitalis

ta na forma de consumidor de produtos; embrulhado no meio de novos agentes sociais e perdido nos estreitos labirintos da burocracia, o pequeno proprietário sentiu-se jogado numa infindável constelação de leis e forças, tão dinâmica e incompreensível, quanto as forças da natureza, mas com a qual não partilha nenhum pacto, não mantém nenhuma experiência ou troca simbólica.

Com a crise do sisal os canais de ascensão para o pequeno proprietário foram bloqueados. Sem condição de acumular e investir na mudança de produtos agrícolas, na modernização ou na melhoria do sisal, viu-se, cada vez mais, pressionado a perder a posse do seu meio de produção: "Falta de crêdito, preço e alternativas". (18)

O desenvolvimento sisaleiro na região para o pequeno proprietário marca um processo crescente de diferenciação no interior da classe proprietária - onde um dos segmentos, apesar de ainda possuidor dos meios de produção, passou a ter as condições de vida e trabalho mais assemelhadas as do trabalhador.

"(O sisal) melhorou para uns, outros não; porque o plantio da roça todo mundo plantava... melhorou para o produtor que possui muito agave... para quem tem muito agave, tã bem". (M.S. - Pequeno Proprietário).

3.1.2 - Donos de Motor (19)

De início a propriedade dos motores estava restrita

aos grandes e médios proprietários, mas a partir dos anos 60, com as constantes quedas de preço do sisal no mercado, e, também, com o aumento dos conflitos com os trabalhadores e a saída destes para a cidade, estes resolveram vendê-los a trabalhadores formando um novo segmento social: os donos de motor.

A origem desse segmento é composta de ex-pequenos proprietários, ex-moradores e ex-trabalhadores de motor — poucos destes ainda continuam tendo acesso a propriedade da terra, que quase invariavelmente lhes foi transmitida por herança, mas um acesso precário e pressionado a romper-se.

No relato que segue se vê um exemplo comum dessa relação com a terra:

"(O pai) fez um empréstimo para pagar com doze anos, para arrancar o agave e plantar outra planta. Ele plantou aí o inverno de 74 inundou tudo... E o velho pegou a imaginar naquilo enfraqueceu e terminou morrendo, aí quando morreu o banco botou na gente prá pagar tudo de uma vez... Tivemos que vender a propriedade prá pagar o débito no banco... Eu ainda tenho uma pazinhas de terra, é pouca mas ainda tenho, lá no Colombo no Rio Grande do Norte. É dois hectares só, eu tinha outro vendi prá um rapaz lá que não tava dando prá mexer com os dois, agora só tô levando um só. Até tá parado com esse tempão de seca ninguém tá nem, larguei prá lá, tá lá, não tá dando prá eu mexer com ele". (J. P. - Dono de Motor).

A maioria dos donos de motor, no entanto, possuem roçados em outras propriedades, ocupando-se nessa paralelamente ao trabalho do motor — o que é facilitado porque a maior parte dos donos de motor residem na zona rural — ou trabalhando alternadamente na propriedade e no roçado, deixando nesse

período o motor entregue a um virador, ou pagando trabalhador na propriedade.

Mas, o trabalho na propriedade, comumente é feito por ele só ou com a família. Mesmo os donos de motor que possuem propriedade muitos não contratam trabalhadores de fora. (20)

O trabalho na terra e no motor assume combinações variadas:

M.P. dono de motor, tem um roçado na propriedade do pai, mas tem que pagar a outro para limpá-lo: *"Num há tempo, a gente sustenta a família com o que ganha no motor"*.

B.F. dono de motor, tem um roçado numa grande propriedade onde trabalham a mulher e o filho, paga o uso da terra com a palha e a vargem para o gado.

G.P. dono de motor, tem um roçado de meia, mas trabalha direto no motor; quando pode aluga um trabalhador para cuidar do roçado.

J.P. dono de motor, o trabalho em sua propriedade era feito por ele, enquanto os filhos tomavam conta do motor — mas a propriedade esse ano (1987) não havia dado nada, os filhos migraram para o Sul do País.

A compra do motor pode ser feita através de várias formas, podendo ser utilizadas mais de uma delas de uma só vez, ou em períodos distintos, haja visto a fragilidade em que se assenta a propriedade do motor. Se o proprietário per

der dinheiro com trabalhador ou com a quebra do motor, será forçado a vender seu meio de produção ao intermediário ou a outra pessoa, para que possa pagar as despesas. E, se quiser comprar outro motor terá que partir praticamente do nada.

Podemos relacionar quatro formas mais comumente usadas para a compra do motor:

- Fiado, com dinheiro emprestado e a prestação - nesse caso, geralmente um intermediário ou algum proprietário de terra vende o motor para ser pago com a produção do agave desfibrado. Essa é uma das formas de controle utilizada pelo proprietário para ter a sua disposição um motor sempre que quiser, e, pelo intermediário, para conseguir um fornecedor de fibras. Nos dois casos o dono de motor perde, de certa forma, seu poder de barganha frente a esses dois agentes - ao mesmo tempo em que são reutilizadas certas estratégias de dominação e relações pessoalizadas que servem de invólucro as novas formas de submissão do trabalhador.

- Trabalhando no motor ou na roça - há aqui uma acumulação que é conseguida com aumento da "auto-exploração", há um aumento da jornada e da intensidade de trabalho, acompanhada de uma poupança que também é conseguida com a queda do nível de reprodução da força de trabalho.

- Vendendo algo - para conseguir a compra do motor, o trabalhador vende uma propriedade, cabeças de gado, a produção de uma safra boa, etc.

- Migração - nesse caso os trabalhadores procuram

emprego em outras partes do País, principalmente na Bahia, Rio Grande do Norte ou no Sul do País, de onde mandam uma parte do dinheiro conseguido pela família e poupam o máximo possível; só voltando com capital suficiente para conseguir um negócio próprio: o motor.

J.P. tinha motor, mas teve que vendê-lo, migrou para a Bahia e São Paulo onde juntou dinheiro para voltar e comprar outro:

"Durante meu tempo de jovem até adulto foi trabalhando em motor, trabalhei no motor do meu pai muito tempo, depois comprei um prã mim, aí o negócio desmantelou, eu vendi, que não dava mesmo... A gente pega um direito lá (na firma onde trabalhou na Bahia e em São Paulo), aí a gente vai trabalhando, vai fazendo uma reservazinha num banco, uma coisa sobrando do que sobra de mandar para família, e no fim das contas... eu de lá comprei essa casa e o motor, tudo tirado de lá".

"Porque o negócio do cara perder o motor, se não tomar cuidado o pessoal que trabalha com o cara come tudo, o que o cara vai fornecendo prã eles, eles não trabalha e o camarada vai crescendo a conta lá nos patrão que compra agave... aí não fornece mais dinheiro, diz: sua conta tá grande e não vai dá prã... as produção não dá. E no fim das contas o cara tem que vender o motor ao cara mesmo que compra o agave, compra o motor e vai fazer conta e não sobra nada para o cara do motor... No fim das contas o cara trabalha e o motor fica com os camaradas que compra o agave e o trabalho da gente só dá prã eles". (J. P. - Dono de Motor).

"Eu já fiz de tudo, só não fiz roubar, fui vendedor ambulante, trabalhador alugado, trabalhei em São Paulo... A dona do motor me vendeu prã eu pagar em 12 meses". (M. P.

Dono de Motor).

Dos relatos acima vê-se a mobilidade de empregos e a dependência do trabalhador a outros agentes sociais como forma de permitir a compra deste meio de produção. Vê-se também a dominação e exploração a que é submetido o dono de motor pelo intermediário, uma vez que a propriedade do motor é mais uma propriedade formal, uma vez que o intermediário apropriou-se do sobre-trabalho do dono de motor na forma de produto e, eventualmente, na forma do meio de produção: "O trabalho da gente só dá prá eles".

Essa exploração dos intermediários sobre o dono de motor reflete-se na exploração desse sobre os trabalhadores reforçando os conflitos entre estes:

"... trabalho prá os outros aí portanto, que agora eu vivo em tomar cuidado mesmo. Pego todo dias de 2 horas (da madrugada) todo dia, eles não acha bom, mas é o jeito que tem, se o cara for fazer o gosto a eles, eles come tudo quanto a gente tem e não trabalha... E prá semana não quer mais trabalhar não, já pegou (o pagamento) aí, portanto, eu botei tudo prá produção, o cara ganha que é adiantado... embora depois ele saia, mas ele fica achando que tá com cuidado, fica". (J. P. - Dono de Motor).

Para recrutamento por parte do dono de motor da mão-de-obra para o desfibramento existem nas cidades pontos específicos onde um dia por semana convergem os trabalhadores do agave para esperar o pagamento da semana e "renovar o contrato" ou procurar emprego. Esses pontos geralmente são botecos ou mercearias onde os trabalhadores esperam sentados debaixo das árvores, sentados nos bancos de madeira ou tomando "ca

chaça", a chegada do virador ou do dono de motor.

Dependendo do ciclo agrícola da fase de pique ou queda no desfibramento, pode variar a forma de recrutamento. No primeiro caso, a falta de trabalhador e a concorrência dos donos de motor, faz com que estes desloquem-se até os locais de moradia dos trabalhadores para "recontratá-los" ou para procurar novos trabalhadores, procurando evitar que outros donos de motor façam maior oferta de preço ao trabalhador. No segundo caso, o dono de motor deixa para procurar o trabalhador no "ponto", já que tem pouco motor funcionando, a procura inverte-se; aí é o dono de motor que faz sua exigência de preço, forma de pagamento ou horário de trabalho.

Na hora da escolha do trabalhador o que pesa mais é o conhecimento que o dono do motor tem dos trabalhadores. Como há uma alta rotatividade dos trabalhadores pelos motores estabelece-se uma ampla rede de conhecimento mútuo. Para o dono de motor, que faz um contrato verbal fornecendo o pagamento antecipado, o conhecimento do trabalhador é quase imprescindível para se achar um bom trabalhador. O bom trabalhador é definido pelo dono de motor como sendo aquele que trabalha mais, dê produção e não dê problema: não dê o "tombo" (receber o dinheiro e não ir trabalhar). Esse critério de bom sempre está ligado a um outro: a idade. Para o dono de motor o trabalhador mais velho, o pai de família tem mais responsabilidade e compromisso. O trabalhador novo não quer trabalhar, fica passando de um motor para outro, "dando tombo", "picando preço" (procurando quem pague mais).

"Eu vou atrás (do trabalhador). Quando falta um,

aqui tem um ponto que a gente pega trabalhador, na venda de Cícero Gordo, lá no sábado de meio-dia em diante tá completo de trabalhador de motor... tem uma sombra no oitão da casa fica completo de peão de motor, que eles faz tudo".

"Eles já cobram por cima da cabeça, eu vou por tanto por semana, eu digo: eu não pago por semana. Como é que paga o quilo? Aí eu explico como é que eu pago. E ele: eu vou, e já querem tanto, agora conforme a precisão dele, se está precisando e é um bom trabalhador a gente não quer perder, aí fornece até mais do que ele vai ganhar".

— "O Sr. conhece os trabalhadores?"

"Eu já conheço. Já conheço os que... eu tenho sempre informações, com quem já trabalhou, me informo dos outros pessoal do motor, daí isso é bom, já tenho pegado gente também que tem pegado o dinheiro e desaparece e não vem mais nunca; por esses casos assim eu já tô meio escabriado. É preciso saber quem é o camarada prá eu pegar ele". (A. S. Dono de Motor).

Os donos de motor participam do processo de desfibramento: fiscalizam, trazem água, cuidam dos animais ou da comida e também trabalham no desfibramento.⁽²¹⁾ É comum também, quando seu motor quebra, o dono de motor trabalhar como virador em outro motor — geralmente, de um grande proprietário.

Há uma vivência comum no mesmo ambiente de trabalho entre dono de motor e trabalhadores. Comem a mesma comida, abrigam-se na mesma cabana, voltam juntos para casa. Mas o dono de motor não deixa de fazer reclamações, orientar e marcar,

com cuidado, a hora de iniciar e terminar o trabalho. Exerce um tipo de "autoridade entre iguais" - uma fina camada de poder que não ultrapassa os limites definidos pelo costume. O dono de motor sempre representa e fala pelo grupo. Seu discurso estabelece uma distinção ou igualdade entre ele e os trabalhadores, quando fala dos seus conflitos ou das suas condições de vida.

Quanto a forma de pagamento, 35% dos donos de motor pesquisados afirmam que pagam por produção e 65% deles trabalham por semana. Mas 85% deles qualificam de bom o pagamento por produção e 5% o qualifica de ruim.

A forma de pagamento no motor não só depende da vontade do dono de motor, mas também, da pressão que os trabalhadores fazem por um tipo de pagamento (geralmente por semana) e ainda depende da tradição local, existem determinados setores na região em que o pagamento só é feito por produção. O pagamento ainda pode variar segundo as condições do campo a ser desfibrado. Quando o campo é ruim, "encapoeirado", nem os trabalhadores nem o dono do motor aceitam trabalhar por produção; quando o campo é bom, bem tratado, pode haver um acordo entre todos para se trabalhar por produção.

Mas o dono de motor, na maior parte, prefere o pagamento por produção, porque através desse consegue aumentar a produção e a jornada de trabalho, além de lhe permitir maior controle da mão-de-obra, envolvendo-se em menores riscos de perder o capital variável investido.

"É, eu pagava por semana, mas tava tomando muita

desvantagem, que o cara pegava o dinheiro da semana, já sabia que a semana era dele e, se trabalhar um dia já ganhou a semana, não ligava aquilo não. Eu tomei esse cuidado, agora o negócio é por produção mesmo, é pagar na base do quilo". (J.P. Dono de Motor).

No fornecimento do capital ao dono de motor e na venda da fibra entram em cena outros agentes sociais: o proprietário do campo, o intermediário e a cooperativa.

Dos donos de motor pesquisados 55% deles recebem o capital adiantado do dono do campo. O dono de campo pode ter capital suficiente para investir no desfibramento; mas na maioria dos casos, ele apenas repassa o capital adiantado por um intermediário ou pela cooperativa — que acham mais seguro adiantar a ele que ao dono do motor.

25% dos donos de motor recebem capital adiantado diretamente do intermediário, geralmente, são os mais antigos e têm maior conhecimento e proximidade com o intermediário.

E 20% dos donos de motor recebem o capital adiantado pela Cooperativa.

Na comercialização da fibra, 50% dos donos de motor pesquisados vendem a produção a intermediários, 25% deles vendem a Cooperativa e 25% afirmam que é o proprietário do campo quem vende a produção.

Os que recebem o capital adiantado da Cooperativa ou de intermediários devem entregar a estes a produção, pagando com o produto a quantia recebida. Essa forma de adiantamento é fundamental para que os intermediários consigam abocanhar

uma maior parcela da mais-valia produzida, uma vez que criam maior dependência do dono de motor, diminuindo seu poder de negociação na hora de vender a fibra.

Essa dependência é reforçada nas inúmeras vezes em que o motor quebra e o dono de motor tem que recorrer ao intermediário em busca de um novo adiantamento para o conserto da máquina.

Por isso o dono de motor sempre está devendo, preso a dívidas: 85% dos que foram pesquisados afirmam que alguma vez já ficaram devendo a um intermediário. E quando não conseguem pagar a conta com a produção, precisam se desfazer de alguma propriedade: casa, bicicleta, novilha e o próprio motor. Assim, muitos intermediários possuem guardados dezenas de motores para serem financiados a outros, renovando seu ciclo de fornecedores e sua esfera de dominação.

O dono de motor quase sempre deve favor ou dinheiro ao intermediário. O intermediário adianta dinheiro para o pagamento de trabalhadores, para o conserto da máquina, podem ajudar em caso de doença, para limpar o roçado, para plantar — é toda essa ligação que fundamenta e legitima a posição do intermediário como mediador na cadeia de exploração da força de trabalho.

"(Quando a máquina quebra) nós vai a ele (ao intermediário), ele fornece o dinheiro para gente, aí depois nós vai trabalhando e vai descontando, descontando até sair fora".

"Se passou do tempo, ele compra o motor e desconta

aquilo que a gente tã devendo e depois volta o restante. Já aconteceu muito, com muitos por aí". (S. S. - Dono de Motor)

Quando o dono de motor é morador do proprietário em cuja terra desfibra o sisal, ou desfibre exclusivamente para um proprietário, este é quem lhe adianta o capital para contratação de trabalhadores ou para o conserto da máquina.

Só poucos donos de motor têm condições de fazer o conserto da máquina e evitar pedir empréstimo a intermediário ou proprietário de sisal:

"Tem vez, quando a produção é ruim, não sobra nada; quando sobra eu vou comprando peça pra o motor, se quebra já tem uma". (M. P. - Dono de Motor).

O dono de motor, pela natureza da sua posição no processo produtivo e das relações que estabelece, está no centro de todos os confrontos existentes, tanto com o trabalhador, quanto com o intermediário e o dono do campo.

O confronto com o proprietário do campo começa na fixação do preço a ser pago pela fibra. E é dessa luta inicial que se define a distribuição do mais-valor produzido entre esses dois agentes...

Outro tipo de enfrentamento se dá durante o desfiamento. O proprietário do campo reclama se os trabalhadores pisarem no roçado, deixarem as porteiras abertas ou cortarem as folhas errado:

"Muitos proprietários é enjuado, o camarada, o cam biteiro dá no olho daquela vela de agave, quebra, lá vai uma confusão miserável, quer que descomponha todo mundo, pode ar rancar o motor daí que não dá, tão cortando o agave muito al to. O camarada acha ruim. O cara tem que correr bem certo no campo. Também não deixar a folha de agave perdida dentro do campo, o dono vem atrás, vê aquilo e fica chiando muito". (J. P. - Dono de Motor).

A maioria dos donos de motor trabalham com mais de três proprietários por ano - há uma grande rotatividade dos motores nas propriedades, tanto porque a maioria das proprie dades são pequenas, quanto pela questão de preço e das recla mações mútuas:

"Tive que brigar com o dono do campo prá ele dá os 30 centavos de aumento do agave, porque se não, não dava prá continuar puxando". (J. P. - Dono de Motor).

Há também a concorrência interna entre os donos de motor na procura dos melhores trabalhadores, principalmente dos puxadores:

"Porque o cara tá puxando, vamos supor, prá mim, aí chega outro proprietário de motor e diz: dou mais vinte prá você ir essa semana - trabalhador corre na vantagem". (G.P. Dono de Motor).

O enfrentamento com o intermediário tem várias cau sas: na hora das contas os donos de motor afirmam que eles roubam no peso, no quilo, fazem confusão na classifica ção da fibra. Os donos de motor também contestam a exploração a que são submetidos pelos intermediários através das diver

sas formas de dependência; mas são essas formas de dependência e o jogo das trocas de favores que deixam embutidos e camuflados os enfrentamentos entre eles.

3.1.2.1 - "Cão Engolindo Peste" - A Intermediação do Virador

O virador é um intermediário entre o dono do meio de produção, o motor, que tanto pode ser um grande proprietário como um dono de motor, e os trabalhadores. Ao virador cabe toda responsabilidade de contratar trabalhadores, fazer pagamento, consertar a máquina, fiscalizar o trabalho, substituir um trabalhador por outro e também ocupar o lugar de um trabalhador quando este falta ao serviço.

O virador, pela gama de funções que pode desempenhar, tem que saber exercer todos os trabalhos no desfibramento, tem que saber consertar a máquina e ser de confiança do patrão - por isso, ao contrário dos trabalhadores que mudam constantemente de um motor a outro, o virador é um pouco mais estável.

A posição do virador é ambígua. Ele recebe e repassa ordens, mas ele próprio, enquanto trabalhador, tem que cumprir essas ordens; ele é um intermediário do patrão, mas é um trabalhador que preserva certa liderança sobre o grupo; o virador recebe parte extra da sua remuneração pelo papel de mediador que exerce, através do aumento da extração de mais-valia, que ele próprio, enquanto trabalhador, produz.

Apesar de ser um representante do patrão, partilha as mesmas condições de vida e trabalho do restante da equipe; enquanto enfrenta conflitos com os proprietários do campo ou do motor, os mantém também com os outros trabalhadores.

Quando um proprietário de muito agave não quer deixar seus motores parados contrata o virador, que se não chega a recompensar em termos econômicos, vale como estratégia política - porque o virador desvia para si os conflitos com os trabalhadores e, além do mais, estabelece, pela ambiguidade da sua posição uma diferenciação do grupo em termos de poder, "status" e também em termos econômicos - apesar de ser quase insignificante sua remuneração extra - a diferenciação pode pesar mais por sua face simbólica.

3.1.3 - Trabalhadores de Motor (22)

Para tratar da diferenciação dos trabalhadores de motor será feita uma análise das posições distintas que ocupam no processo produtivo e o reflexo disso nas formas variadas em que se inserem na fase de desfibramento do sisal.

Para isso, tomaremos a qualificação no processo de trabalho e o acesso ou não a terra. Essas variáveis permitem compreender a extensão e a interligação do processo produtivo como fonte geradora de diferenciação dos trabalhadores.

Em seguida serão abordados os enfrentamentos e os conflitos que surgem no interior desse segmento dos trabalha

dores, bem como com os agentes sociais anteriores: donos de motor e pequenos proprietários produtores de sisal, tomando como base para isso a questão do pagamento: por semana, por produção e o acidente de trabalho - que são as principais fontes geradoras de reclamações, queixas, enfrentamentos e conflitos.

Ainda procuraremos recuperar a dimensão ideológica dessa diferenciação interna na divisão entre "trabalhadores novos", e "trabalhadores velhos", enfocando suas visões do processo produtivo e suas perspectivas.

3.1.3.1 - "Prática e Talento" - As Qualificações no Desfibramento

O desfibramento do sisal é composto por um conjunto heterogêneo de atividades, cada uma colocada numa sequência, e preenchida por um trabalhador que é denominado pela função que desempenha e adquire a qualificação através do saber e da experiência que passa a ter.

Em seguida apresentam-se essas diversas qualificações, tomando-se como critério de exposição a sequência em que se desenvolve o desfibramento.

O cortador é quem colhe as folhas do campo usando como instrumento de trabalho uma foice. Essa atividade não exige tanta especialização quanto outras, mas requer o conhe

cimento de como cortar as folhas sem prejudicar a planta. A remuneração é menor que a de puxador e bagaceiro. Na maior parte das vezes, esse trabalho é feito por jovens. Muitos de les iniciaram nesse trabalho na faixa entre 8 a 18 anos e afirmam que aprenderam a atividade com alguém da família: pai, irmão, primo; com outros trabalhadores ou só - trabalhando.

"Comecei a cortar, aí quando eu fui trabalhar a primeira vez sofri um pouco, mas venci". (J. S. - Cortador - ZU)

O cambiteiro carrega as folhas cortadas do campo para o motor através de jumentos, mas também as carrega na cabeça, em feixes soltos ou amarrados: "cambito solto" ou "cambito amarrado" - ganha igual ao cortador, é uma atividade na maioria das vezes ocupada por jovens.

O puxador é quem alimenta a máquina com as folhas.⁽²³⁾ É uma atividade que exige mais técnica e experiência, por isso, na maioria das vezes, os puxadores são os mais velhos do grupo e, juntamente com o bagaceiro, são os que têm melhor remuneração. Um puxador sempre ensina aos mais jovens suas atividades; outros trabalhadores procuram aprender a atividade sozinhos: coloca uma ou outra folha na máquina e assim quando chega a faltar um puxador ele estará apto a substituí-lo:

"Geralmente fica, olha e derrepente ele puxa uma folha e puxa outra e quando falta um puxador aí a gente chama ele e ele vai achar bom ser puxador". (M. A. - ex-Virador - ZU)

O bagaceiro é quem abastece os puxadores com folha,

retira o bagaço resultante do desfibramento espalhando-o pelo campo, além de fazer a pesagem da fibra verde em balança improvisada em galhos de árvore próxima ao motor. É comum também ser o bagaceiro que coloca a panela no fogo e vê quando a comida está pronta.

As estendadeiras (ou estendedoras) são as únicas mulheres do grupo e cuidam da lavagem da fibra em tanques para em seguida estendê-la para secagem. Estas têm a maior jornada de trabalho do grupo, trabalham todos os dias e ganham menos que o restante do pessoal. (24)

Para os proprietários de sisal ou motor a atividade principal é a de puxador, porque para ele é a que dá produção. Assim estabelecem uma hierarquia onde as atividades da boca da máquina têm preponderância sobre as atividades no campo.

Os trabalhadores reinterpretem essa hierarquia e pensam a especialização no desfibramento de uma forma peculiar. Para eles a atividade do puxador não é o epicentro do processo, este seria um conjunto de atividades interdependentes. (25)

"Bem, sobre a boca da máquina é cortador e o puxador, porque se eu não cortar o puxador também não puxa". (F.B. Cortador - ZU).

Essa interdependência é mais ressaltada quando o trabalho é feito por produção e há uma pressão de uma atividade sobre outra no sentido de aumentar a produção:

"Mas uma pareia de puxador bom aperreia o cortador e os cambiteiros — tem que ser quatro feras no campo. Quanto mais o cortador corta, mais os cambiteiros bota e os puxador tem medo de ficar entopidos e trabalhar o dia de hoje todim (sábado)". (M. A. - ex-Virador - ZU).

A pressão para produzir se dá nos dois sentidos. Parte tanto da boca da máquina para o campo quanto em sentido inverso.

Ao contrário dos padrões que qualificam a atividade de puxador como a mais importante, porque para eles é ela a base de toda produção; os trabalhadores utilizam outros critêrios para definir a qualificação de puxador: a melhor remuneração, a necessidade de um maior saber, prática e responsabilidade. (26)

Os trabalhadores também consideram que a atividade do puxador é a que apresenta maiores riscos de acidente de trabalho e que é a mais desgastante: trabalha noite e dia, perde sono e saúde.

A importância dessa atividade para os trabalhadores é definida no meio de questões positivas e negativas, mas todas convergem para um ponto único: a capacidade de trabalho — seu saber, sua experiência e seu desgaste:

— Qual a atividade mais importante?

"Puxar. É muito perigoso, tem mais responsabilidade". (F. A. - Puxador - ZR).

"Puxador, por causa que trabalha de noite, perde

muito sono e gasta a saúde". (E. P. - Cambiteiro - ZU).

"Puxar, porque ali o cara tem de ter uma prática, tem que ter um talento para aquilo ali, o cara sem aquele talento não faz nada". (J. S. Cortador - ZU).

Para os trabalhadores o bagaceiro executa uma tarefa muito cansativa de ficar espalhando constantemente o bagaço no campo, necessitando acompanhar o ritmo do puxador.

O trabalho de corte e cambito são vistos como os melhores. Embora a remuneração seja menor, mas é menor também a responsabilidade: *"É um serviço mais maneiro"*. Quando o trabalho é por produção estes trabalham sô na parte do dia, enquanto os trabalhadores da boca da máquina adentram-se na noite para dar conta das folhas cortadas.

"(Cortar) é um serviço mais leve, o cara trabalha mais pouco". (J. S. - Cortador - ZU).

As vezes, no entanto, o dono de motor não dá o jumento e o cambiteiro necessita carregar as folhas na cabeça, acarretando-lhe um maior desgaste físico. Ocorre também do dono do motor contratar apenas um cambiteiro ou cortador e estes passam a fazer o serviço dobrado.

Mas de uma forma geral os trabalhadores do campo: cortador e cambiteiro afirmam que preferem o trabalho que executam porque, segundo eles, é o mais maneiro, o melhor, porque não fazem serão e porque gostam. Os trabalhadores da boca da máquina afirmam que preferem seu trabalho por já estarem

acostumados e porque é melhor remunerado.

De uma forma geral, os trabalhadores do sisal não gostariam de continuar trabalhando no desfibramento do sisal, mas encaram sempre a falta de alternativas: "*aqui o serviço é só esse*".

Os puxadores são aqueles que mais desejariam ter a possibilidade de arranjar outro trabalho; por isso entre eles encontram-se o maior número de trabalhadores temporários — parte do ano dedicam-se ao desfibramento e outra parte, ao roçado. Mas são trabalhadores que sempre voltam ao motor.

Os cambiteiros e cortadores são os que se dedicam de forma mais permanente ao trabalho no motor. Quando possuem roçado, podem exercer as duas atividades paralelamente, pois cortar e cambitar não desgasta tanto quanto puxar e dispõem de maior flexibilidade no horário de trabalho no motor. Mas entre estas duas categorias estão aqueles que mais costumam se inserir em outras atividades produtivas fora do desfibramento.

A existência da divisão entre trabalhadores permanentes e temporários representa diferentes formas de negociações com o dono do motor em questões como: tipo de pagamento, a remuneração, a disponibilidade em exercer outras atividades no mercado de trabalho, etc. Os trabalhadores de um mesmo motor passam a conviver com interesses diferenciados entre si.

3.1.3.2 - "Trabalhava no Motor, Trabalhava na Agricultura"—As Formas de Acesso a Terra

Uma parte dos trabalhadores de motor possuem roça

do. O trabalho na terra pode ser feito paralelamente ao trabalho no motor, o que frequentemente acontece com cortadores e cambiteiros, que vão cuidar do roçado quando terminam a jornada de trabalho no motor. (27)

Sendo o pagamento por produção facilita aos cambiteiros e cortadores aumentarem a intensidade de seus trabalhos no motor para mais cedo poderem sair para o roçado. Mas pode acontecer do cortador não possuir roçado e a ele não interessar aumentar a intensidade do trabalho, para que o cambiteiro possa transportar as folhas para sair mais cedo para seu roçado - são divergências que a interdependência do trabalho no motor sempre traz a tona.

"Por produção é melhor porque a gente trabalha muito e como quer e fica mais livre pra trabalhar no roçado". (P. F. - Cortador - ZR).

Dos trabalhadores do agave, os que moram na zona rural têm mais facilidade de acesso a terra: são moradores, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários, etc. Residindo no campo fica mais fácil conciliar no dia a dia o trabalho na terra e no motor - por isso verifica-se que os trabalhadores que moram no campo são os que mais se dedicam de forma permanente ao trabalho no desfibramento.

Embora, note-se que entre esses trabalhadores da zona rural haja certa mobilidade espacial do local de moradia - o que advém, principalmente da instabilidade das formas de acesso a terra, e da rotatividade no trabalho do motor.

A relação entre o trabalho no motor e na terra é

exemplificada abaixo:

J.S. hã dois anos mora no campo, tem um roçado onde planta milho, roça e mandioca, lã trabalha sô, apenas no do mingo porque durante a semana trabalha puxando agave.

M.S. é cortador de agave, sempre morou no campo on de tem um roçado na terra do pai; trabalha nesse roçado dia riamente quando deixa o motor e aos domingos.

J.J. sempre morou no campo, possui uma pequena pro priedade onde encontra-se feijão, milho, fava, roça, agave e cajueiro; tem também um roçado em outra propriedade, nas duas trabalha com a família e puxa agave hã mais de 30 anos.

Para G. S. que é virador e mora na zona urbana:

"Quando é na época de inverno a gente trabalha no motor da terça ao sãbado até meio-dia, aĩ quando é na época do inverno eu vou para o roçado no sãbado, a partir do meio dia, vou no domingo, trabalho até meio dia. Aĩ na segunda feira vou novamente, aĩ na terça pego no motor de novo".

A relação do tempo dedicado ao trabalho no roçado e ao trabalho assalariado no motor tem sofrido modificações su cessivas; as transformações econômicas ocorridas na região têm tornado os trabalhadores mais dependentes do trabalho assala riado.

"Quando começou a gente ainda podia fazer assim: trabalhava no motor e trabalhava na agricultura, hoje a gente já não pode mais, uma carestia dessas a gente tem que traba lhar a semana todinha no motor prá poder arranjar a bõia".

(J. I. - Cambiteiro - ZU).

Há entre os trabalhadores do sisal aqueles que não têm acesso a terra. Quando isso acontece eles passam a se dedicar exclusivamente ao desfibramento, ou alternam esse serviço com o trabalho alugado: na limpa, destocamento do sisal, etc.

Outros procuram outras atividades, como servente de pedreiro, carvoeiro, minerador ou procuram a Emergência no período de estiagem.

Entre os trabalhadores do motor sem acesso a terra estão os que mais migram. Entre os trabalhadores pesquisados 40% deles já migraram, principalmente para o Rio Grande do Norte e Bahia, mas também para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Goiás e também dentro do Estado: Campina Grande e João Pessoa. (28)

O acesso ou não a terra leva a formas variadas de inserção no trabalho do motor e interesses diferenciados dos trabalhadores.

Nas formas de negociação com o dono de motor sobre o salário há uma diferença entre os que têm roçado e produzem também para sua subsistência e os que dependem unicamente do trabalho assalariado - essas diferenças individuais pesam na hora da contratação dos trabalhadores. No conjunto do mercado a existência de trabalhadores que possuam roçado conduz, inevitavelmente, a queda do preço da mão-de-obra.

Os trabalhadores que conciliam a jornada de trabalho no motor e no roçado preferem o pagamento por produção - que também é desejado pelos donos de motor como forma de au

mentar a intensidade e a produtividade do trabalho, o aumento da exploração sobre os trabalhadores. Os que não possuem roçado preferem o pagamento por semana — isso abre espaço para que predominam os interesses dos donos de motor na fixação do tipo de pagamento e também no horário e na jornada de trabalho.

Quando a equipe trabalha por produção e uns possuem roçado e outros não, passa a haver reclamações no sentido de aumentar ou diminuir a intensidade do trabalho quando um trabalhador acha-se prejudicado por outro no meio da interdependência das atividades.

Os pequenos proprietários que trabalham no motor são os que mais reclamam de "sujeição", da "humilhação", do trabalho; sempre procuram os trabalhos "mais maneiros", no corte ou cambito. Geralmente reclamam de questões como o salário e o horário de trabalho. Consideram seu trabalho como eventual, só procuram os motores, principalmente, no período de estiagem, quando diminuem as alternativas de trabalho.

Os trabalhadores que não possuem terra trabalham de forma mais permanente no motor — são os que mais reclamam do salário baixo e da quantidade de trabalho. São os que mais se predispõem a procurar emprego na zona urbana ou migrar para outra região. Podem também conseguir um roçado e deixar o trabalho do motor por algum tempo.

3.1.3.3 - "Fogo, Nueza e Cutilação" - Enfrentamentos e Conflitos

3.1.3.3.1 - "Na Boca da Máquina Ficava Vermelho de Sangue" - O
Acidente de Trabalho

Se para os patrões, tanto dono de campo quanto dono de motor, o acidente de trabalho é visto apenas como inerente a função do puxador, para os trabalhadores a possibilidade de acidente está disseminada em todas as fases do desfibramento:

"O bagaceiro é sujeito a morrer enlinhado, é sujeito passar pela pua ... Cortar não é bom, é sujeito levar furada até dentro dos olhos. O cambiteiro tá sujeito a fazer como fez esse: quebrar a perna. O puxador tá sujeito ficar sem munheca, ser cutilado na boca da máquina - e nada é bom. A campeina tá sujeita, quando for apanhar um m^oio de fibra, ter uma cobra debaixo e picar ela, e não tem nada bom". (M.A. - ex-Virador - ZU).

É através dessa possibilidade de vir a acidentar-se que os trabalhadores ponderam sobre as condições de sua exploração: a insegurança e a negação dos seus direitos.

O perigo do acidente está sempre presente para o trabalhador o que representa o risco de ver eliminada a única coisa que possui para sua reprodução que é a força de trabalho:

"O que vi muito no sisal foi fogo, nueza e cutilação, né, e ninguém tem cobertura". (Ibdem).

"Não tem segurança, porque era prá ter, não era? Porque a gente tá sujeito a uma mordida de cobra, um acidente

qualquer, aquela máquina é muito perigosa, já tem muita gente aleijada por isso. Mas é o único que a gente sempre ganha mais um pouquinho, então a gente não pode deixar... No caso de acidente a gente arruma uma maleta e uma bacinha e vai prá uma esquina dessas, né". (G. S. - Virador - ZU).

A possibilidade do acidente convive com a impossibilidade dos direitos.

No caso de haver um acidente o dono de motor, "se for bom", fornece a feira por algum tempo, até que o trabalhador se recupere; mas se este não tiver mais condições de trabalhar será abandonado à própria "sorte". Na maioria dos casos costuma-se dizer que "fica por isso mesmo". O sistema de saúde do Estado, apenas oferece um inoperante centro de reabilitação, que é o atestado oficial da inutilidade do trabalhador. Alguns donos de motor fornecem a feira ao trabalhador até que o FUNRURAL lhe pague o seguro, mas procuram ressarcir a quantidade devida assim que o pagamento seja feito, o que os trabalhadores normalmente se recusam a fazer.

Dessa forma, acidentes e direitos ligam-se também aos enfrentamentos. A possibilidade do acidente e a impossibilidade do direito cria diversos artifícios e formas de atendimento que o patrão oferece ao trabalhador, e que longe de recuperar algum tipo de paternalismo, denuncia a exploração onde torna-se ela mais fatal, e portanto, onde mais separa trabalhador e patrão.

No caso do pequeno dono de motor é que a assistência ao trabalhador torna-se mais difícil devido a precária situação econômica do empregador, estando ele próprio sujeito a

acidental-se, já que geralmente também trabalha no desfibramento.

"(O Advogado) pegou essa questão contra o proprietário do motor, finalmente ele ainda deu um motor velho para ele (o acidentado)... Ficou sem nada... O que eu vejo é isso, é que agora os proprietários de motor é os próprios trabalhadores e nenhum tem condições de virar o motor". (J.I. -ex-Cortador, ex-Presidente do STR de Barra de Santa Rosa).

R.F. era cortador, mas já havia dado alguns treinos em puxar, por isso foi chamado para tirar "o motor do prego", terminou acidentado, perdeu a mão, mas não quis nada do dono do motor; justificou: *"Ele também era um coitado"*.

A FUNDACENTRO, órgão do Ministério do Trabalho, desenvolveu na Bahia um dispositivo para se evitar o acidente com o puxador. O Presidente da República em 1985 baixou um decreto proibindo o funcionamento de máquinas de desfibramento sem o dispositivo. (29)

Durante a realização do II Seminário Regional sobre Sisal na Paraíba (1986), - em Cuité e FUNDACENTRO trouxe os mecanismos para serem distribuídos, mas a Associação dos Produtores de Sisal apoderou-se destes mecanismos afirmando que havia uma inadequação técnica de seu uso com o sistema de dois puxadores, que seriam feitas modificações para o uso na região. Até hoje não existe nenhuma máquina no Curimatáu funcionando com essa proteção de segurança.

Os donos de sisal e de motor são contra o uso do dispositivo, que segundo eles, diminui a produção. Mas também

os puxadores, que trabalham por produção não aprovaram o dispositivo, porque para eles aumenta o trabalho e diminui a produção.

"Eu acho que seria bom prá nós do campo (o dispositivo); agora para o puxador não era, porque a produção racha pela metade". (J. S. - Cortador - ZU).

Para os trabalhadores o problema do acidente está relacionado de perto com um outro, a intensidade do desgaste da força de trabalho: perda de sono, saúde, audição, falta de alimentação, cansaço — por isso o trabalhador não resiste deixar de comparar sua força de trabalho com o meio de produção:

"É uma toada triste, se o motor não fosse motor não resistia. O sisal é trabalhoso". (M.A. - ex-Virador - ZU).

O desgaste, a falta de saúde manifesta-se através da febre, anemia, envelhecimento precoce, etc.

O bagaceiro sente o mormaço do bagaço em tempo de chuva: *"dá gripe, tuberculose..."*

Nos puxadores *"dá unheiro"*, as mãos criam calos e estouram, há um grande esforço muscular:

"Teve semana de puxar agave com dez unheiro, que já tinha tomado dinheiro emprestado no armazém, tinha que dar conta. E o sangue ficava lá: na boca da máquina ficava verme lho de sangue". (M.A. - ex-Virador)

A campeira sofre graves problemas de coluna por ter

de ficar baixando-se constantemente para apanhar as fibras.

A doença para o trabalhador sempre está ligada ao desgaste e a exploração da sua força de trabalho. (Cf. NAKATANI, 1988).

3.1.3.3.2 - "Cinco Dias Vale Dez" - Pagamento por Semana e Pagamento por Produção

Quando o pagamento é por produção o dono de motor adianta ao virador e aos trabalhadores uma determinada quantidade de dinheiro que no final da semana é reajustado dependendo se a produção foi maior ou menor que a prevista. O virador e os trabalhadores ganham pelo que produzem.

Existem várias formas de pagamento ao virador: o dono do motor paga por produção ao virador e a equipe, paga ao virador por produção e a equipe por semana, ou paga a equipe e ao virador por semana, mas acrescenta para esse uma gratificação, etc.

O virador concorda que é muito mais explorado quando o trabalho é feito por produção, mas alega que é a única forma que tem de ter uma melhor remuneração:

"Aqui eles pagam por semana né, aí se o cara produzir, bem e, se não, mas já ganhou o dinheiro da semana, pronto. Mas lá na gente é diferente, é por produção, se produzir ganha e se não, não ganha... Eu acho melhor (por produção), sabe porque, porque as condições já são poucas, por produção

quanto mais a gente trabalha mais ganha". (G.S. - Virador - ZU)

O trabalho por produção é um meio de aumentar a remuneração, mas para o virador isso se dá através do aumento da jornada de trabalho e maior desgaste da força de trabalho; para ele significa ainda maior pressão sobre a equipe para aumentar a produção.

"Uns aí tem que ter uma quantidade, mas isso é errado; aí o cara tá sujeito a trabalhar de dia e de noite prá dá produção prá ele, né". (D. S. - Virador - ZU).

Com o pagamento por produção a produção semanal de um motor praticamente dobra de mil para dois mil quilos.

Dos trabalhadores pesquisados através de formulários 80% preferem o trabalho por semana.

Tanto o virador quanto os trabalhadores colocam que o pior no pagamento por produção não é só o aumento da jornada de trabalho e o desgaste físico, mas o fato de que sendo o campo de má qualidade, todo esse trabalho extra é inútil, pois atinge-se uma produção pequena:

"O sujeito chega aqui e diz: 'M. você é acostumado a virar motor, vamos virar o meu, e o agave é bom, meu agave é em tal canto, com oito ou nove léguas, é todo bom. Tá aí o motor, o carro prá você levar e arrumar tudo e vamos lá'. E eu vou me fiando nele, ele me dá Cr\$ 3.500,00 prá mim arrumar a turma, eu arrumo, quando chego lá é uma perniloca (agave pequeno e mal tratado) deste tamanho. Quer dizer, que antes de eu enganar, ele já me enganou - aí por isso eu deixei de vi

rar motor. Quando o agave é malha de onça, no lugar dele ti rar mil quilos, ele tira quinhentos". (M.A. - ex-Virador - ZU)

No pagamento por produção a organização do trabalho se faz de maneira peculiar. Como o salário passa a depender da quantidade de quilos produzidos numa semana, a única maneira de aumentá-lo é estendendo a jornada de trabalho para uma média de 15 horas diárias.

O horário de trabalho, geralmente, é estabelecido pelos trabalhadores que têm interesse em produzir mais; sem pre começam o trabalho por volta das três horas da madrugada indo até as cinco horas da tarde.

"Não tem hora marcada, pega de madrugada, larga mais ou menos as seis horas da manhã, pega novamente as nove, pãra, pega as dez até uma hora da tarde, pega as duas e larga as quatro e meia, cinco horas - esse horário é por nossa conta, se fosse o patrão seria pior, porque eles querem é produção". (J.R. - Bagaceiro - ZR)

Em outros motores começam o trabalho as cinco da ma nhã, param as nove para o almoço, param de uma hora e voltam a trabalhar até o entardecer, vão para casa e voltam as nove, dez ou doze horas da madrugada.

"Quem manda é os trabalhadores; (o horário) é esta belecido por nós mesmos porque é por produção, quanto mais trabalha mais ganha". (S.V. - Puxador - ZR).

Para o trabalhador o tempo está inseparado da produ^{ção} e, portanto, do ganho - um existe em função do outro. Nes

se sentido a autonomia dos trabalhadores em estabelecer o ho
rário é uma autonomia ilusória, uma vez que é a necessidade
de produção que controla o tempo de trabalho. Isso se dá por
que o salário aparece como sendo determinado pela quantidade
de produção obtida.

No pagamento por produção, como se estabelece o sa
lário pela quantidade de quilos desfibrados na semana, este
salário passa a ser medido pela quantidade do produto em que
o trabalho materializa-se num determinado espaço de tempo.
Por isso, dá-se a impressão de que o salário recebido pelo
trabalhador não é função da sua força de trabalho, mas da sua
capacidade de produção.

O pagamento por produção é, para os patrões, uma
forma de aumentar a extração de mais-valia absoluta através
do aumento da jornada de trabalho. Por isso os proprietários
de sisal em 1986 mobilizaram-se para generalizar na região o
pagamento por produção. (30)

Para os trabalhadores, que se opuseram a essa pro
posta, o pagamento por produção pode ser um meio de aumentar
o salário, mas sendo o campo de agave ruim, aumenta a intensi
dade do trabalho e o desgaste da força de trabalho; ou seja,
há com o prolongamento da jornada de trabalho, uma queda no
preço da força de trabalho abaixo do seu valor, embora per
maneça nominalmente inalterado ou se eleve. (31)

"Lá eles trabalha prá morrer, cinco dias vale dez".
(P.A. - Cortador - ZU).

Para os trabalhadores a média de produtividade tem

aumentado na região nos últimos anos, eles ligam isso ao aumento da jornada e intensidade do trabalho, através da presção direta dos donos de sisal e motor que procuram estabelecer o salário pela produção:

"Antigamente a produção de um motor era mil quilos - o virador que tirasse mil quilos era procurado. Já hoje é de mil e quinhentos prã dentro. Se o motor sô tirar mil qui los diz logo: 'Hii. vai não'". (M.A. - ex-Virador - ZU).

A intensidade do trabalho nesse tipo de trabalho é controlada pela forma salário, tornando-se menos necessário o trabalho de inspeção. É interesse pessoal do trabalhador empregar sua força de trabalho o mais intensivamente possível, o que facilita ao dono de motor elevar o grau normal de intensidade do trabalho. E é interesse do trabalhador prolongar sua jornada de trabalho a fim de aumentar seu salário semanal.

Embora no trabalho por produção seja menos necessãria a tarefa de fiscalização, esta também existe, exercida tanto pelo dono de motor quanto pelo virador.

Quando o pagamento é por semana, estabelece-se uma produção média, que varia de mil a mil e trezentos quilos de sisal seco desfibrados por semana. O dono de motor repassa uma determinada quantia ao virador da qual ele retira sua parte e faz o pagamento dos trabalhadores.

No trabalho por semana os trabalhadores recebem adiantado uma quantia pré-fixada, assim o horário de trabalho

passa a ser determinado por uma quantidade média de folhas a serem desfibradas por dia. Cortadores e cambiteiros calculam a quantidade de folhas para serem cortadas e transportadas de forma a manter o desfibramento até o fim da tarde - não podem ficar folhas sobrando no campo, pois estarão sujeitas ao ressecamento.

Geralmente trabalha-se das cinco da manhã às cinco da tarde - doze horas de trabalho diárias - da terça-feira ao sábado. No sábado o trabalho no motor começa ainda de madrugada, para que antes do meio-dia o desfibramento possa ser encerrado.

O horário de trabalho, no entanto, pode variar de um motor para outro. Em alguns, que pagam por semana, a equipe de campo trabalha das cinco as dezessete horas, mas o puxador e o bagaceiro não têm hora certa de parar, adentram no trabalho pela madrugada, até que todas as folhas cortadas sejam desfibradas.

"Lá onde eu trabalho tem um dia de terminar de nove, onze, doze horas. O cortador pega das cinco as quatro e meia ou cinco e o puxador é de meia noite à meia noite, é a semana toda sem dormir". (P.A. - Cortador - ZU).

Os trabalhadores que preferem o pagamento por semana justificam que com esse tipo de pagamento já recebem uma quantia certa, independente do quanto se for produzir; trabalham menos e sobra-lhes mais tempo para outros serviços; como por exemplo: no roçado.

No pagamento por semana aumenta a fiscalização do

dono de motor ou virador sobre os trabalhadores para que cheguem a produção média. Cuidam para os trabalhadores não se demorem nas pausas para "bóia", para o café, ficam atentos para evitar que nenhum deles "fique fazendo cêra", "dando massada", porque o pagamento já está determinado, independente da quantidade de trabalho:

"(O dono de motor) fica ameaçando, se não chegar a tal produção, a gente emenda até o domingo. Aí os trabalhador se aperreiam e trabalham mais". (M.A. - ex-Virador - ZU).

"O peão de motor é humilhado pelo dono do campo, pelo dono de motor, são duas pestes. O virador, o virador quer chegar duas da manhã, balança a rede e levanta e vamos virar. Se ele dar duas massadas a ele, de hoje prá manhã, já fica sem o dinheiro da feira. É puxador, é cambiteiro, campeira, tem que ir, domingos e dias santos, quer chova quer faça sol. Tá entendendo? O sisal é uma humilhação infeliz". (Ibdem).

"As vezes o virador é cabeça quente, o trabalhador também é... Um tempo trabalhava lá em seu P., aí eu tava com um pouco de dor de cabeça e o cara queria que eu fosse trabalhar a força, aí eu não fui - começamos a discutir". (J.S. Cortador - ZU).

A vigilância do dono de motor ou virador muitas vezes extrapola o espaço produtivo e invade a esfera doméstica da vida do trabalhador, para que este não falte nem atrase para o trabalho:

"O trabalhador toma café apressado e ele (o dono de motor) já está esperando". (M. A. - ex-Virador - ZU).

Quando o pagamento é por produção as discussões mais frequentes entre trabalhadores e donos de motor ou virador surgem na hora de se estabelecer a percentagem que os trabalhadores irão receber por cada quilo desfiado; discutem sobre a hora de iniciar e terminar o trabalho, etc. Quando o pagamento é por semana a discussão maior fica por conta da constante fiscalização do dono de motor e das formas que os trabalhadores usam para diminuir a jornada de trabalho - a partir daí abre-se o espaço para reclamações, queixas e novos confrontos no interior do processo produtivo:

"De vez em quando o bagaceiro fica dando banguela (aumentando o peso da fibra na balança). E se a gente quer pensar tudo direito eles ficam reclamando e desconfiados". (G.P. Dono de Motor - ZU).

"Pego todo dia de 2 horas, e com cuidado nos caras; não acham bom, mas é o jeito que tem, se o cara for fazer o gosto a eles, eles come tudo quanto a gente tem, e não trabalha".

"Eles pede prá Jesus que o motor quebre pra eles não trabalhar, outros mesmo acontece largar o motor dando desmantelo no motor, mode quando o cara vir no outro dia, desmantela, as vezes solta os galhos do tanque, mode o cara chegar e não ter nada, prá ele não ir trabalhar. Trabalhador de motor é fogo, tem deles que faz tudo quanto é ruim no motor, outras vezes acontece ter uma raivinha do dono, vai enche de terra o motor, quando o cara funciona o motor se acaba... Um amigo meu aculã, o trabalhador foi e encheu de açúcar o motor dele. Virou até o almoço, o motor acabou-se... Ele é crente não podia botar ningupem em questão, eu digo: pode ser quem quer que seja - tinha que pagar".

"Os problema é na hora, as vezes o problema de trabalhador é no dia de sábado, o cara quer virar o dia todo e eles só puxam até 9 horas, é o maior problema que existe no motor. O cara diz: vamos virar ao menos até 2 horas. Ele diz: não viro mais do que 9 horas, nem prá meu pai, nem sabendo que vou ganhar todo dinheiro do Brasil... Olhe, eu hoje arrumei tudinho, todo mundo certo prá virar hoje, quando é hoje um puxador chega e já chega com um recado do outro que houve um problema que a mãe dele adoeceu em Cuité, e não sei, e tem que no dia da segunda não virar também, não tem jeito. Acontece de tudo no problema do trabalho".

"Do ano passado prá agora, esse mês (dezembro 1987) já vai com mais de 20 puxadores de agave (trabalhando no motor)". (J. P. - Dono de Motor - ZU).

Para os proprietários de campo e parte dos donos de motor o maior problema do desfibramento é que os trabalhadores recebem o dinheiro da semana adiantado, possibilitando-lhes dar o "tombo", que significa que o trabalhador recebe o dinheiro e não vai trabalhar ou só trabalha dois ou três dias da semana:

"Ele (o trabalhador) largou eu, perdi o que paguei. Não pagou não. Amarrou-se. Foi preciso eu ir até a Delegacia com ele e terminou larguei de mão, que ele não pagou mesmo". (J. P. - Dono de Motor - ZU).

Os trabalhadores entendem o sistema de adiantamento como uma "sujeição", como uma forma de controle sobre sua força de trabalho. Para eles, receber adiantado é "estar vendido", "preso"; mas diante das condições concretas da falta de direitos ("não fichados") e da baixa remuneração que recebem,

o adiantamento torna-se imprescindível:

"Porque assim eu não posso trabalhar sem ele adiantar o dinheiro. Se o dono da mercearia não receber aquele dinheiro não pode despachar mais não. Eu acho que esse dinheiro adiantado o cara fica vendido, mas fica tranquilo, trabalha a semana recebe e vai pagar a fulano, primeiro que sobra vai pra feira, acho melhor assim". (J. S. - Cortador - ZU).

Uma válvula de escape para esses conflitos é a rotatividade do trabalho no motor; a maioria dos trabalhadores passam por mais de três motores durante o ano. Para eles a causa dessa mudança constante é a busca de um melhor pagamento, ou deve-se ao fato do motor ter parado - em caso de haver quebrado ou faltar serviço, e porque se aborrecem com o dono de motor ou com o virador. (32)

A base dos conflitos que existem entre donos de motor e trabalhadores é pelo fato de ser o dono de motor (ou o virador) o responsável direto pela gestão da mão-de-obra. É da super-exploração sobre essa mão-de-obra que depende a existência dos donos de motor enquanto categoria social, dentro de um espaço produtivo alheio a qualquer intervenção jurídica.

3.2 - TRABALHADORES VELHOS/TRABALHADORES NOVOS

Outra forma de pensar a diferenciação interna dos trabalhadores do sisal é através das categorias "trabalhado

res novos" e "trabalhadores velhos". Para os trabalhadores que viveram e os que não viveram o tempo anterior ao sisal, a realidade é percebida e formulada de maneira distinta e essa diferenciação cultural entre eles reflete-se nas diferentes propostas e perspectivas político-ideológicas que assumem.

Para chegar a formulação dessas categorias, partiu-se da distinção feita pelos donos de motor e proprietários de terra que afirmavam ser "melhores" os trabalhadores velhos e "piores" os trabalhadores novos. Em seguida, observou-se que, embora os trabalhadores não operassem com essa distinção, ela poderia ser percebida em termos de comportamento e perspectivas.

Para os trabalhadores que viveram a realidade da região antes da monocultura sisaleira – os trabalhadores velhos – a forma de pensar e viver e a realidade diferia daqueles que "nasceram no sisal" – os trabalhadores novos.

Concordamos com CARDOSO (1978) para quem a formação das idéias em seu processo é caracterizada por uma dinâmica, pois envolve uma prática (conhecimento anterior e realidade); e por uma concreção, que é a aplicação de um conhecimento de terminado sobre um objeto específico – por isso tem uma dimensão histórica (transformação) e social (o conhecimento envolve relações sociais).

A representação do real surge dentro de uma prática social e histórica, a qual é constituída dentro de um conjunto de idéias, valores, conhecimentos, que formam a atmosfera cultural através da qual o homem orienta-se, experimenta e vi

ve a realidade. É o que KOSIK (1976) chama de práxis utilitária: o ambiente material e espiritual em que a experiência superficial da realidade é fixada.

Essa divisão entre velhos e novos representa a vivência dentro de relações sociais distintas. Para os velhos há em suas memórias toda uma referência ao passado: o não monopólio do sisal, a falta de uma ligação mais (estrita) com o mercado, o tipo de relação com o patrão; a organização do trabalho e o modo de vida eram distintos do que é hoje – o suficiente para alastrar profundas influências dentro do universo de referências desses trabalhadores, munindo-lhes com outros meios de comparação – determinando e definindo o conteúdo de suas representações, que diferem das representações dos trabalhadores novos.

Para os trabalhadores novos a única referência é o presente, que esgota-se por tudo que é ou deixa de ser. É através desse presente único que pensam seu trabalho e as possibilidades de suas vidas.

3.2.1 - "A Fome Daqui é Agave" – Trabalhadores Velhos

Os trabalhadores velhos conheceram a região antes do sisal, eram moradores, parceiros, ocupantes, pequenos proprietários, etc., outros chegaram do Brejo ou Sertão, onde trabalhavam na agricultura ou pecuária, quando viram-se tangidos pelos primeiros sinais de mudança econômica que turvaram os meados da década de cinquenta.

Nesse tempo Cuitê e Nova Floresta apresentavam vastas possibilidades de trabalho: pela quantidade de terra ainda disponível, pela razoável produção de subsistência, principalmente, da farinha de mandioca e pela vertiginosa expansão do sisal que demandava mais braços disponíveis e dispostos a encaminhá-la.

M.A., 67 anos, atualmente aposentado e trabalhador alugado, reside na zona urbana de Cuitê e cultiva um pequeno roçado. Em 30 foi morador em Barra de Santa Rosa, em seguida foi morador no Sertão; trabalhou no Brejo em motor de agave e, depois de 60, veio trabalhar no sisal em Cuitê.

J.B., 65 anos, atualmente é bagaceiro. Até 51 morou no Brejo, quando veio para Nova Floresta trabalhar no sisal.

Tendo vivido uma realidade diferente, em termos de condições de vida e trabalho (Ver Capítulo I), esse passado passa a ter uma influência decisiva dentro do universo de referência simbólica dos trabalhadores velhos. A atual situação de vida e trabalho é definida, medida e comparada com o "tempo antigo", o que confere comportamentos, idéias e atitudes específicas para esses trabalhadores.

"Eu conheci terras soltas... chegava um, fazia um roçado, chegava outro e fazia uma casa e ia viver. E hoje, cadê isso? É tudo circulado debaixo de arame e toão mundo é donc". (M.A. - ex-Virador - 67 anos).

A comparação passado/presente mostra aí a mudança na relação com a terra. A apropriação privada da terra que

passou a ser efetivada com o desenvolvimento da cultura sisaleira.

"Agora se o plantio fosse o antigo, não existia necessidade". (Ibdem).

Antes a produção era voltada basicamente para subsistência, o sisal abriu a esfera de mercado para compra e venda de produtos. Essa "mudança no plantio" reflete-se para o trabalhador na carestia, falta de emprego, na fome:

"Mas a nossa terra está confundida só com sisal. O que vejo no sisal hoje é o povo quase tudo aleijado, de um braço, uma perna, outros das costelas — e é o sisal, né?" (Ibdem).

"A fome aqui é agave. Quantos sítios de coqueiro não arrancaram na Serra do Coité, em cima da chã da serra? De goiabeira, mamão, cana? Um bocado de coisa prá plantar agave. E quedê esse troço hoje?" (Ibdem).

O trabalhador define a mudança passado/presente através da mudança na relação com a natureza e no conteúdo das relações sociais — o sisal, para ele é o suporte das mudanças ocorridas no comportamento dos agentes sociais:

"(O Sisal) mudou, mas mudou prá pior, sabe... Prá o trabalhador, porque o trabalhador tinha direito a terra". (J. I. - ex-Cambiteiro - 68 anos).

"No sisal ninguém tem patrão. O sisal foi quem des

mantelou os hõme". (M.A. - ex-Virador - 67 anos).

O sisal para o trabalhador velho é responsável pe-
las mudanças que afetaram todas as esferas da sua existência
- por isso, essas mudanças são generalizadas e vistas como mu-
danças no próprio mundo:

"De 59 prá cá acabou-se isso, trancou-se o mundo".
(Ibdem).

Por isso o trabalhador velho é que com mais frequên-
cia critica o trabalho no sisal. Essa crítica abrange tanto
aspecto do desgaste da força de trabalho, da falta de saúde,
do acidente de trabalho; mas também abrange um aspecto mais
geral onde o trabalho no sisal passa a ser visto dentro da
substituição que fez ao trabalho na agricultura. Os trabalha-
dores do sisal enfrentam necessidades constantes, falta ali-
mento e sobra fome; o trabalho no sisal tem a hora marcada e
a fiscalização presente - limita a autonomia do trabalhador.

O trabalhador velho também critica as condições de
vida, porque para eles "antes não era assim". A pauperização
é mais sentida: a necessidade de se comprar tudo, a carestia,
a falta de um lugar para morar, etc.

O trabalhador velho sempre procura manter a relação
com a terra; colocando pequenos roçados em tempo de inverno
em campos de sisal ou em troca da palha ou ainda pelo "contra-
to" de parceria. Para isso muitos procuram antigos patrões pa-
ra arranjar roçado, ou uma ajuda com sementes, ou um adianta-
mento.

O trabalhador velho sempre costuma cumprir a risca seus compromissos com o dono da terra: entregando parte da produção, aceitando trabalhar alugado na propriedade, produzindo no trabalho a contento — evita maiores enfrentamentos com os patrões.

No trabalho do motor, o trabalhador velho sempre orgulha-se de ter puxado tantos quilos; ou cortando tal quantidade; ou já ter feito um trabalho por dois. Sempre é mais pontual. Como repetem os patrões "tem mais responsabilidade".

Para os trabalhadores velhos as propostas de mudança têm a marca do passado: volta a terra e aos produtos de subsistência. Mas suas propostas políticas não cobram antigas relações sociais de volta, mas reafirmam uma nova forma de organizar a vida e o trabalho.

A Reforma Agrária, realizada através do Estado ou através da pressão dos trabalhadores, seria uma forma de "voltar ao passado". A Reforma Agrária é um conceito novo, muito vivo e forte que é incorporado no interior de todo um quadro de vida e experiências passadas.

"E hoje todo mundo é liberto. Porque? Porque não tem patrão, se o governo fizesse que nem diz, uma tal de uma Reforma Agrária e a cada qual situasse no canto, e daí tem que trabalhar, grandes e pequenos, a coisa ainda modificava, a coisa ainda era outra". (M. A. - ex-Virador - 67).

"O governo não podia decretar uma leis autorizando ou obrigando eles (os grandes proprietários) plantar gêneros alimentícios, não é? Porque se acontecesse era uma boa, todo

mundo tinha terra prá trabalhar e todo mundo fazia o que comer... Como eu já lhe disse trabalhador unido jamais será vencido, mas trabalhador inconsciente não existe união. Quando é inconsciente das coisas não tem união com ninguém". (J.I. -ex-Cambiteiro - 68 anos).

No quadro de associados dos sindicatos nos três municípios pesquisados, a maior parte é composta por trabalhadores velhos. São eles também que mais participam das reuniões e encontros.

3.2.2 - "A Fábrica Quem Tem é Mexer com o Sisal" - Trabalha dores Novos

Os trabalhadores novos, na sua maior parte, não tiveram acesso ao domínio ou posse da terra; e quando a tiveram essa relação com a terra não era entremeada com as mesmas relações sociais das quais participaram os trabalhadores velhos.

Os que mantêm acesso a terra é, geralmente, através da propriedade de algum membro da família, ou outra forma instável de acesso a terra.

Para os trabalhadores novos a iniciação no trabalho do sisal deu-se através de alguém da família, na maior parte, o pai. Esse início foi muito cedo, com o trabalhador na faixa etária entre 08 a 15 anos, havendo quem inicie abaixo dessa faixa.

Outra característica dos trabalhadores novos é que a maior parte deles nasceram na cidade; quando não, vieram para esta ainda pequenos:

F.G., 25 anos, desde os 10 trabalha em sisal. O pai tinha roçado na zona rural, mas vieram morar na cidade.

F.S., 26 anos, o pai já trabalhava no sisal: "*Meu pai trabalhou 12 anos, só nele*". - mora na zona urbana há mais de 20 anos.

Ao contrário dos trabalhadores velhos que, na sua maioria, valorizam o campo, os trabalhadores novos rejeitam-no:

"Quando casei fui ser morador de Zé Sintônio, aí eu não me dei lá não, nunca tinha morado em sítio, a primeira vez. Trabalhei lá na base de um mês e vim embora". (J. S. Cortador - 23 anos).

Para os trabalhadores novos a rejeição do campo não está estribada só no tipo de vida neste, mas também o tipo de trabalho. Para eles no campo trabalha-se mais e pesado. O que há é uma mudança de comportamento dos trabalhadores frente aos patrões e com relação a exploração da sua força de trabalho - havendo uma recíproca na mudança de comportamento dos patrões.

"(Os trabalhadores da cidade) só pensa mesmo, ac vezes depende de um serviçozinho mole: servente, ajudante, coisa assim; só serviço de moleza. E o da roça não, é acostuma

do a pegar sufoco". (J.S. - Cortador - 23 anos).

Para os trabalhadores novos a agricultura e, principalmente o desejo de acesso a terra não tem a mesma intensidade de sentido que tem para os trabalhadores velhos.

Os trabalhadores novos procuram, embora dificilmente encontrem, outras alternativas no mercado de trabalho. Por isso a migração nesse grupo é mais frequente. Como por exemplo: J.S., 23 anos já migrou quatro vezes para outras regiões e outras tantas dentro do Estado.

Por isso suas perspectivas de trabalho não passam pela "volta ao passado", mesmo porque o passado dos velhos não existiu para eles. Reivindicam um emprego assalariado mais seguro, menor desgaste da força de trabalho, melhores condições de trabalho, "serviço mais maneiro", mais segurança, carteira assinada.

Dessa forma, suas propostas de vida e política diferem da dos trabalhadores velhos.

Os trabalhadores novos questionam a exploração a que são submetidos no sisal na comparação que fazem com outras ocupações, principalmente em outras cidades ou estados. Mesmo assim, o sisal é visto como uma alternativa restante dentro de um mercado de trabalho reduzido e instável: o trabalho alugado ou nas bateadeiras de sisal, por exemplo, para eles são piores, periódicos e por eles ganham menos.

Sabem que sendo o sisal uma alternativa dentro de um reduzido mercado de trabalho, não encontram saída política

que confronte-se com a exploração a que são submetidos. Resta uma generalizada insatisfação, um mal-estar incontido que aparece no tom amargo e irônico com que tratam suas vidas de "candango". (33)

"Lá (no sul) tem outros trabalhos, aqui é só esse".
(L.B. - Bagaceiro - 29 anos).

"Acho que serviço aqui não tem, o serviço que tem aqui é o sisal mesmo... Não tem aqui em Cuitê uma fábrica, a fábrica que tem é mexer com o sisal mesmo".

"Batalho demais prá encontrar um serviço como tratorista ou serviço de motorista na Prefeitura, que eu tenho prática também, mas até hoje não encontrei não".

"O cara que trabalha em motor só encontra aquele serviço, se encontrasse outro serviço muita gente em Cuitê, se abrisse um serviço assim, vamos dizer, vamos todo mundo deixar de trabalhar no motor, metade deixava - porque todo mundo fala por uma boca só que o serviço do motor não presta". (J. S. - Cortador - 23 anos).

"O melhor ganho que estou achando aqui é do motor de agave. Firma aqui não tem, e a que tem, já tem muita gente e não tá pagando mais, né? Se fosse uma cidade que tivesse muita firma e pegasse muita gente, ai era bom..."

"O Agave aqui é bom, mas não tem quem olhe prá aqui, prá o salário. Era bom que a gente trabalhasse com carteira assinada, ai podia ser bom prá gente. Podia ser sim, mas não é. Se tivesse quem apunisse pelos trabalhadores, ai tá certo, mas não tem. Um como seu N. deve ter muito motor, ele é uma

firma de motor de agave". (F.S. - Cortador - 26 anos).

Na estrutura do discurso desses trabalhadores vê-se como suas próprias situações de vida e trabalho são analisadas e relativizadas. As frases são sempre ligadas, implícita ou explicitamente, pelas preposições "mas" ou "se", através das quais operam a distinção entre o que é e o que deveria ser; entre uma situação concreta em que estão inseridos e os obstáculos que existem para transpô-la.

Há uma concepção generalizada entre os trabalhadores novos que a alternativa do sisal não é uma alternativa desejável, que o trabalho não "tem cobertura", não "tem quem apuna", não tem direito. A comparação não é feita com o passado, mas com o vácuo imaginário do presente: o que não resta, o que falta.

Como na última frase do depoimento de F.S. Ele admite que o proprietário N., por ter vários motores funcionando seria, de fato, uma firma que contrata trabalhadores assalariados; mas de direito não seria, pois nega os mínimos direitos a esses trabalhadores.

A heterogeneidade ideológica reflete-se no comportamento dos trabalhadores velhos e novos frente ao Sindicato, a Reforma Agrária, etc. Mas dentro dessa heterogeneidade, oposições e contradições com outros agentes sociais vão sendo construídas, mas só o movimento coletivo pode captar o que há de comum em todas as propostas e o que é partilhado em todas as formas de luta e resistência.

CAPÍTULO IV

A BUSCA DE IDENTIDADE

4.1 - CLASSES SOCIAIS E INTERESSES DE CLASSE

O determinismo econômico marcou profundamente o pensamento marxista no que diz respeito as classes sociais. Tomando-se por base passagens d'O Capital, do Prefácio e da Segunda Família, as classes passaram a ser definidas como com pênido do desenvolvimento das forças produtivas e encarnando posições definidas e definitivas nas relações de produção, onde sobrepunha-se a respectiva superestrutura político-ideológica.

Como critica CASTORIADIS (1986, 42):

"O que as classes fazem, o que elas tem a fazer é necessariamente traçado por sua situação nas relações de produção, sobre a qual elas nada podem porque ela as precede tanto casual quanto logicamente. De fato, as classes são somente instrumento no qual se encarna a ação das forças produ

tivas".

Outra crítica a essa posição também é feita por PZE RWORSKI (1977). Para ele as classes, como atores históricos, não são dados unicamente por qualquer posição objetiva, pois constituem efeito de lutas e essas lutas não são determinadas unicamente pelas relações de produção:

"As lutas de classe não são epifenômeno, nem estão livres de determinações. Elas são estruturadas pela totalidade das relações econômicas, políticas e ideológicas e tem um efeito sobre o processo de formação de classe". (PZERWORSKI, 1977:9).

Isso implica que a classificação das posições deve ser vista como imanente à prática que (pode) resultar na formação de classe. Essas posições são objetivas no sentido apenas de que validam ou invalidam a prática da formação de classe, na medida que torna os projetos politicamente realizáveis.

A formação das classes em luta é determinada pela luta que tem a formação de classe como resultado – as classes são o resultado da luta de classes.

SALTALAMACCHIA (1979) critica PRZEWORSKI afirmando que ele não consegue superar o economicismo, pois para ele há uma lógica de acumulação capitalista anterior e diferente da lógica da luta de classes e que as lutas podem modificar alguns aspectos dessa lógica; ou seja, a dicotomia lógica de acumulação/luta de classes remete a uma interpretação econômica segundo a qual o desenvolvimento das forças produtivas

é o que, em última instância, explica a evolução da sociedade de.

Procurar-se-á retomar aqui dois pontos da crítica feita a PRZEWORSKI:

O primeiro deles parte da afirmação desse autor que define relações de produção afirmando que a luta econômica não emerge mecanicamente de lugares nas relações de produção — que os lugares nas relações de produção não são classes sociais e não supõem contradição e luta.

Para fazer essa afirmação o autor parte de uma crítica feita aos conceitos de Classe em Si/Classe para Si, onde na primeira os interesses objetivos de curto e longo prazo são imputados aos indivíduos enquanto portadores, personificação de lugares objetivos — a classe em si tem interesse comuns em virtude apenas das posições que ocupa.

O que se pretende ressaltar é que longe do lugar nas relações de produção designar interesses específicos "naturalmente" estabelecidos, onde os indivíduos ao ocuparem-no os incorporem; o lugar nas relações de produção é a base de definição e orientação do indivíduo. Através dele entra-se num determinado conjunto de relações sociais, estabelecem-se posições e oposições, orienta-se dentro de um mapa cognitivo e um universo simbólico próprio, constrói-se os interesses e luta-se por eles.

Não que esses interesses sejam pré-fixados, mas são construídos e reconstruídos já dentro do processo produtivo

cas relevantes para implementação desse projeto.

A capacitação da classe dá-se dentro de práticas concretas expressas através de instituições sindicais, partidos, família, é através delas que se formam os interesses que definem e identificam as classes e onde estas encontram recursos ideológicos, materiais e operacionais para traduzir em práticas efetivas seus interesses.

O Sindicato expressa determinado nível de capacitação para luta de classes e é um conjunto de práticas que delimitam um certo terreno para constituição e reconstituição dos interesses.

GUIMARÃES e CASTRO afirmam que os interesses não podem ser encarados como meros atributos de atores, mas derivados de relações sociais, pois não existem pacotes de interesses prontos para ser entregues a quem quer que seja que venha ocupar determinadas posições.

Mas esses autores, na fuga do economicismo, terminam por deixar fora do lugar o processo produtivo, como parte de formação e luta pelos interesses.

Para GUIMARÃES e CASTRO, o processo de formação de classe dá-se fora do processo produtivo, dá-se quando as classes adquirem capacidade de elaborar um projeto político e desenvolver práticas para implementação desse projeto. E isso se daria através de instituições: sindicatos, partidos, etc.

O que esquecem esses autores é justamente que o processo produtivo já é o lugar da luta de classes onde estão

presentes enfrentamentos políticos-ideológicos que definem e defendem interesses em oposição e/ou contradição a outros.

Por isso, não nos cabe ver como os interesses transformam-se em práticas sociais porque os interesses só se manifestam através de práticas: tanto as práticas cotidianas no trabalho, na comunidade, na família; quanto no interior de instituições onde ganham nova dinâmica, pois são espaços onde desdobram-se os interesses gerados no processo produtivo.

A partir desse balizamento teórico procurar-se-á demonstrar que a segmentação no interior dos trabalhadores, ocorrida com o desenvolvimento da cultura sisaleira, não impede que haja condições de aproximação entre eles, uma vez que, desenvolvem as mesmas formas de resistência aos conflitos de trabalho; compartilham as mesmas condições de vida, contribuem para determinada produção simbólica e encontram-se engajados num mesmo processo de construção de uma identidade política.

Essas condições de aproximação não só se deram entre donos de motor, pequenos proprietários produtores de sisal e trabalhadores de motor, mas também entre outros segmentos de trabalhadores da região, uma vez que as transformações econômicas ocorridas, têm levado a incorporação destes no processo de desfibramento de forma permanente ou temporária, dentro de um movimento de circulação da mão-de-obra.

A transformação dos interesses no interior do processo produtivo e a luta por esses, são acompanhadas de mudanças nas representações ideológicas e têm desdobramento nas

propostas de ação e lutas coletivas dos trabalhadores.

As transformações econômicas levam a conflitos de interesses e é sob os interesses que as classes moldam-se, acomodam-se, organizam-se e transformam-se politicamente. O lugar na produção dá a base a um processo de luta na qual a classe fica latente, desaparece ou entra em cena. (Cf. WOLF, 1984).

4.2 - EXPROPRIAÇÃO, EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA

Os conflitos que banhavam as relações patrão-trabalhadores, no período anterior a implantação da cultura sisaleira, tinham uma configuração restrita porque a solidariedade de vertical camuflava a luta de classes em conflitos de caráter personalizado.

Com a cultura sisaleira modificaram-se aos poucos as relações de trabalho e a relação com a terra, levando a mudança de conteúdo nos conflitos estabelecidos.

As formas de expropriação - vistas nos capítulos anteriores - deram-se através de meios legais e ilegais, confrontos diretos e indiretos -, na destituição da morada, na reocupação de terras e na venda de propriedades.

Para os proprietários era essencial criarem condições de existência de uma mão-de-obra destituída ou semi-des

tituída dos meios de produção para o engajamento no plantio e desfibramento do sisal.

Com a rachadura nas relações tradicionais, a mudança nas expectativas de comportamento e a crescente diminuição do preço da mão-de-obra; os trabalhadores encontraram como uma primeira alternativa a migração.

A migração para outras regiões do País começou a se dar de maneira rápida já nos meados da década de cinquenta até a década de 70 de forma contínua. O aumento da produção de sisal na Bahia passou a atrair os trabalhadores em busca de melhores condições de trabalho. Outros migraram para o Rio Grande do Norte em busca também de trabalho no sisal. Outra parte deslocou-se para Brasília, para as fazendas de Goiás, para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Famílias inteiras partiam amontoadas em cima de "paus-de-arara". Entregavam a terra ao patrão, vendiam a terra quando a possuía, desfaziam-se dos animais e partiam rumo "ao Sul".

Havia o recrudescimento dessa corrente migratória nos períodos de estiagem, uma vez que os antigos meios utilizados pelos proprietários para manter a mão-de-obra retida nesse período para reprodução do ciclo agrícola não eram mais usados e o Estado ainda não tinha desenvolvido uma prática efetiva para desempenhar esse papel.

As mudanças na agricultura agravaram-se a partir da década de 70. Os pequenos proprietários inseridos dentro de um processo crescente de pauperização deixaram parte ou tota

lidade dos campos de sisal cobrir-se mato e passaram a se engajar de forma permanente ou periódica no trabalho alugado nas propriedades maiores ou nos motores de agave.

Esses pequenos proprietários também passaram a se engajar, nos períodos de estiagem, nas Frentes de Emergência; também participaram na região de saques e invasões de feira. ⁽³⁵⁾

Para os parceiros passou a haver "falta de condições". os proprietários diminuíram as condições que ofereciam para que trabalhassem na agricultura e passaram a fazer mais exigências:

"Ele não arruma boi, nem dinheiro para trabalhar, quer que trabalhe sem condições. Se o proprietário tem uma propriedade, não arruma boi, nem dinheiro, o cara vai trabalhar três dias prá o proprietário e três prá outro. Vai surgir só aborrecimento de meeiro para proprietário... Porque se o cara for trabalhar fora para ganhar dinheiro, ele vai dizer que o roçado está cheio de mato. E ele não fornece o dinheiro". (P.S. - Meeiro - ZR).

Com a "falta de condições" os trabalhadores procuram dar dias de trabalho em outras propriedades, o que gera atrito entre eles e o proprietário. E o trabalhador que antes permanecia muitos anos e até a vida toda em uma propriedade, passa agora a mudar constantemente de uma propriedade a outra, procurando também emprego em outras atividades, como por exemplo, no desfibramento do sisal; em busca de melhores condições de trabalho e na fuga dos atritos com os proprietários:

"Eu trabalhei com um proprietário quatro anos, de

pois vim sempre trocando, todo ano, um ano, dois... Porque eles ficam abusando, quer fazer o impossível e eu não aguento essas coisas. O cativoiro já passou". (J.O. - Meeiro - ZR).

Dentro dessas novas situações conflitivas, o contrato de parceria está deixando de ser um contrato verbal e é cada vez maior as queixas que os meeiros apresentam contra os proprietários no interior do Sindicato. (36)

Para os moradores há todo um conjunto de pressões diretas ou não que objetiva, a curto ou médio prazo, fazê-los desistir do trabalho na propriedade. Os proprietários pressionam a saída dos moradores não renovando mais a morada. Mas isso também não se dá sem o questionamento dos trabalhadores sobre a autoridade do patrão, tanto na propriedade, quanto no Sindicato, onde as queixas e os acordos passam a ser constantes. (37)

Para os trabalhadores que têm um acesso precário a terra, que a recebem em troca do desmatamento para o plantio de agave ou em troca da palha para o gado, há uma clara visão da exploração que os proprietários procuram impor ao exigirem dias de trabalho mais baratos:

"Muitos proprietários ricos, principalmente no sisal, eles têm um meio de botar o mato abaixo. Aí dá, planta de agave, depois de plantar ele dá pra o trabalhador trabalhar dois ou três anos dentro daquele agave. Aí, daí em diante ele quer pagar o dia barato ao trabalhador porque diz: 'Eu lhe dou a terra de graça pra você trabalhar'. Mas de graça como? O cara toma conta do hectare de terra, no mínimo dá quatro limpas no ano, e quanto vale? Não é? Porque ele diz que

deu de graça? Ele pegou um arrendamento que nem existe no Brasil, não existe tão caro como ele pagou... E o caba ainda diz: 'Não, mas eu lhe dei a terra de graça, você vai trabalhar por menos a mim'. Então, por conta disso é que o povo tá deixando a agricultura". (J.I. - Trabalhador Alugado - ZU). (38)

Os trabalhadores assalariados na agricultura utilizam-se de uma série de estratégias, se não para contestar, mas para resistir a exploração a que são submetidos. Embora eles nunca expressem essas formas de resistência, elas são insistentemente denunciadas pelos proprietários. Segundo eles os trabalhadores produzem pouco, "ficam remançando", desviam dinheiro para outras atividades, não procuram mais obedecer as ordens, etc. (39)

A mais remota notícia que se tem da mobilização dos trabalhadores do sisal remonta da década de 50 quando da implantação do primeiro motor de desfibramento na região. O acidente com um trabalhador levou ao imediato protesto dos outros trabalhadores e da comunidade local.

Os enfrentamentos entre proprietários e trabalhadores do desfibramento passaram a ser mais frequentes e os proprietários criaram mecanismos para controlá-los.

Quando os trabalhadores de motor deixaram de ser, principalmente, moradores e passaram a ser "pessoas de fora", os proprietários procuraram vender seus motores a trabalhadores, procurando evitar conflitos que tornavam-se constantes devido a questão do salário, da forma de pagamento, da fiscalização, do horário de trabalho, do "tombo", etc.

Para os proprietários a existência de mais um intermediário a se manter com a mais-valia extraída dos trabalhadores, representava uma perda econômica, mas era compensada no plano político, pois desviava os conflitos para o dono do motor, deixando ao proprietário mais tempo disponível para administração da fazenda, onde as diferenças com os moradores passavam a exigir a sua presença de forma mais determinada.

Reagindo a crescente exploração, os trabalhadores de motor passaram a mudar, constantemente, de um motor a outro; começaram a "picar preço", ou seja, deixavam o trabalho em um motor, mesmo no meio da semana, quando outro dono de motor oferecia-lhes melhor proposta de remuneração.

Os trabalhadores também passaram a exigir o pagamento por semana e a rejeitar o pagamento por produção.

O horário de começar e terminar o trabalho no motor, a duração dos intervalos para refeição e descanso, também são utilizados pelos trabalhadores como forma de atenuar o desgaste da sua força de trabalho. Quando o pagamento é feito por semana procuram atrasar a hora de chegar no motor, retardando o início do desfibramento.

É também comum os trabalhadores quebrarem o motor; assim, apesar de terem recebido o dinheiro da semana adiantado ficam sem trabalhar.

O pagamento adiantado também permite que muitos trabalhadores recebam dinheiro em um ou mais motores e não trabalhem em nenhum. É o "tombo".

4.3 - AS CONDIÇÕES DE VIDA

Em 1970 a população total do município de Cuité era de 18.263 habitantes, sendo 12.465 da zona rural e 5.798 habitantes na zona urbana. Em 1980 a população total do município chegou aos 22.322 habitantes, destes 13.854 na zona rural e 8.462 na zona urbana. (FIBGE, 1970-1980).

Em 1980 segundo o FIBGE a zona urbana incluindo os dois distritos de Cuité possuíam 316 habitações vazias, enquanto a zona rural apresentava 1.030 habitações vazias.

Depois de 1980 o crescimento urbano tornou-se mais rápido e desordenado. Esse crescimento refletiu-se na inchação das escolas urbanas, no crescimento horizontal da cidade, com criação de novos bairros e aumento da zona periférica demonstrando no espaço urbano a crescente estratificação social.

Hoje calcula-se a população urbana de Cuité numa cifra superior aos 12 mil habitantes.

Esses dados estatísticos sobre o município de Cuité mostram uma realidade comum ao conjunto dos municípios da microrregião, e que demonstram, entre outras coisas, mudanças ocorridas no campo: nas relações do trabalho, na estrutura fundiária, nas formas de acesso a terra e nos conflitos que medeiam as relações patrão-trabalhador.

Como a zona urbana hoje é o principal locus de produção da população empregada na agricultura, retomou-se

uma pesquisa feita no município de Cuité em junho-julho de 1987 junto com um grupo local de Agentes Comunitários e com a AMCUP (Associação dos Municípios do Curimataú Paraibano).

Com esses dados procurar-se-á apresentar um quadro geral das condições de vida dos trabalhadores de Cuité, que pode também servir de referência aos outros municípios estudados, já que esses têm passado por um processo de transformação econômico-social semelhante.

A pesquisa foi realizada em sete zonas periféricas do município de Cuité. Foram visitados 329 domicílios que abrigavam uma população total de 1.630 pessoas.

Dos 315 chefes de família entrevistados 35% eram agricultores: pequeno proprietário, meeiro, trabalhador alugado, etc. Desse total 13% eram trabalhadores de motor de agave. 11% eram aposentados, 10% eram pedreiros. 8% eram funcionários da Prefeitura. 4,1% classificam-se de "biscateiros"-trabalhando tanto na zona rural quanto na zona urbana. 3% estavam desempregados. O restante das ocupações dividem-se numa gama de outras atividades: operário (das indústrias de beneficiamento), cabeceiro, motorista, mecânico, padeiro, marchante, carpinteiro, barbeiro, pescador, fabricante de carvão, etc.

Observou-se, entretanto, que essas atividades podem ser exercidas simultaneamente, ou alternadamente por um mesmo indivíduo. Por exemplo: uma pessoa só, pode trabalhar em motor e ao mesmo tempo na agricultura; funcionário da Prefeitura e agricultor, etc. E devido a instabilidade do mercado de trabalho o indivíduo pode um período trabalhar como pedreiro,

outro na agricultura, as vezes fazendo carvão, fazendo "biscaites", etc. (40)

O trabalho no motor durante o período da estiagem é um dos poucos que ainda resta, fazendo com que para ele dirijam-se trabalhadores empregados em outras atividades.

Durante a estiagem as Frentes de Emergência também passam a ser um local comum para grande parte desses trabalhadores conseguirem a reprodução da força de trabalho: 44% dos chefes de família pesquisados já trabalharam alguma vez nas Frentes de Emergência.

37% dos pesquisados afirmam que durante a estiagem não têm nenhum emprego fixo: uns fazem carvão, outros passam a viver só da aposentadoria, outros pedem esmolas, etc.

O índice de desemprego no período da pesquisa era de 3% do total dos chefes de família. No entanto, 72% afirmaram já terem ficado desempregado alguma vez; sendo que 37% já ficaram desempregados alguma vez durante o último ano; 23% já ficaram desempregados nos últimos cinco meses anteriores a pesquisa.

A causa do desemprego tanto pode ser por doença, 12% dos casos; como pela falta de serviço, 65%. Essa falta de serviço dá-se por dois motivos básicos: o primeiro refere-se a própria fragilidade do mercado de trabalho - a firma em que trabalhava faliu, pararam o motor, a seca não permitiu continuar o trabalho na agricultura, etc. O segundo motivo demonstra o aspecto conflitivo que perpassa a todas essas atividades: O trabalhador foi expulso (2%), problemas no serviço (1.6%),

porque não deu certo no trabalho (1,2%), porque pagavam pouco, etc.

O mercado de trabalho regional apresenta também um caráter homogêneo diante da remuneração que oferece. 74% dos chefes de família tem uma renda mensal inferior ao salário mínimo (julho de 1987 o salário mínimo era de Cz\$ 1.900,00).

Verifica-se também entre esses moradores da periferia da cidade que a maioria veio da zona rural. 36% dos entrevistados moravam na zona rural de Cuité antes do atual local de residência. 16% vieram de outros municípics da região.

35% afirmaram que antes de morar no atual local de residência moraram em outro local na zona urbana. Esse dado confirma a instabilidade de moradia, uma vez que a maioria desses trabalhadores vivem em casas alugadas. A mudança do local de moradia também ocorreu devido a reestruturação urbana promovida pela última administração municipal, com a construção de novas ruas, bairros e casas populares através do regime de mutirão - medidas essas que, segundo as autoridades municipiais, visavam reestruturar o espaço urbano que teve um crescimento rápido e desordenado nos últimos dez anos.

No entanto, desses 35% que afirmaram já ter morado em outro local da zona urbana, a maior parte já residiu na zona rural.

72% dos chefes de família mudaram para cidade nos últimos 15 anos; 62% deles mudaram para cidade nos últimos cinco anos.

As causas que apontam para essa vinda à cidade são

várias. A principal delas está ligada a destituição da morada e a mudança nas relações de trabalho no campo: busca de melhores condições de vida, porque a propriedade era alheia, porque o proprietário pediu a casa, porque faltava serviço, porque estavam passando fome, etc.

Existem também um conjunto de fatores que tornam a cidade um ponto atrativo. Os meios de comunicação, o material didático distribuído nas escolas, as facilidades em termo de luz, água, médico, escola - todo conjunto de serviços concentrado no espaço urbano.

Há também o incentivo de familiares que já migraram para cidade e através dos quais os novos migrantes conseguem apoio e ajuda. As relações de parentesco atuam como fator de integração da população recém-chegada às novas relações sociais. 2% dos entrevistados afirmaram que vieram para a cidade para morar junto com familiares; 3% afirmaram que mudaram para a cidade para ficarem perto da família a 1,2% afirmaram que mudaram para a cidade por incentivo de familiares já residentes nessa.

Há também os que mudaram por causa de doença ou acidente.

Uma outra parte, 9%, afirmou que mudou para a cidade porque vendeu a propriedade. A venda da terra e ida para a cidade sempre é ligada a questão da idade, não poder mais trabalhar na agricultura; a questão de empréstimos bancários que só puderam ser contornados através da venda da propriedade; por falta de condições para trabalhar na terra, etc.

Dos trabalhadores pesquisados, apenas 4% ainda detinham a propriedade da terra. A faixa de terra que possuem sempre é inferior a 30 ha.

Partindo agora a análise para o grupo familiar, viu-se que das 329 mulheres (esposa ou mãe) 80% trabalhavam "em casa". Esse trabalho em casa das mulheres que residem na periferia significa em buscar água em poços distantes ou chafarizes onde enfrentam longas filas; significa "arranjar lenha prá fazer o fogo", trabalhar no roçado seu ou do marido no período do plantio e colheita, etc.

Encontrou-se também outras atividades exercidas pelas mulheres: costureira, na agricultura, em motor de agave, lavadeira de roupa, doméstica, na fabricação de corda, "biscateira", emprego público na Prefeitura, etc.

Residindo com a família havia um total de 986 filhos, 50% destes na faixa etária entre 06 a 14 anos, e 33% na faixa etária inferior aos cinco anos de idade.

São poucos os filhos acima da faixa etária dos 18 anos que habitam com os pais, geralmente migram ou constituem nova família.

Dos 986 filhos apenas 10% trabalham. E dos que trabalham 57% exercem um trabalho não remunerado.

69% da renda das 329 famílias está abaixo do salário mínimo, com uma faixa média de cinco pessoas por família que dependem desse orçamento.

Como dados complementares verificou-se que 79% dos

315 chefes de família são analfabetos e 11% possuem o primário incompleto. Das 329 mulheres, 67% são analfabetas e 15,5% têm o primário incompleto.

Dos 986 filhos, 46% estuda, 29% não estuda, 11% está evadido e 14% nunca estudou.

Sobre esses dados estatísticos e pela descrição acerca das condições de vida dos trabalhadores residentes na cidade, nota-se que estes compartilham um mercado de trabalho comun, diante da rotatividade, periodicidade e baixa remuneração que oferece. Estão na cidade devido a todo um processo que tem inviabilizado sua permanência no meio rural e hoje, a maior parte dependem quase que exclusivamente do trabalho assalariado para reprodução material do grupo familiar.

Compartilham condições idênticas de moradia, a exclusão dos serviços urbanos como luz, água, escola, saúde, etc. Têm uma grande dependência ao Poder Municipal frente as diversas formas de assistência. Entre eles os problemas são comuns: a fome, a desnutrição, a falta de trabalho. Encontram-se em lugares comuns: na novena, nos forrões, na Igreja, na Emergência.

4.4 - REPRODUÇÃO SIMBÓLICA

A reprodução envolve também um aspecto simbólico que trata das questões subjetivas, das ações deliberadas dos

agentes sociais que, partindo de certas condições dadas, refinem-se ou reforçam certas situações de classe.

A simetria das condições de vida e trabalho são reforçadas e traduzidas simbolicamente. Há uma tradução simbólica do sistema social como sistema de inclusão e exclusão.

Para BOURDIEU (1985) uma classe social não é só definida por sua posição na estrutura social, ela deve muito de suas propriedades ao fato de que os indivíduos que as compõem entram deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas que expressando as diferenças de situações e de posições, segundo uma lógica sistemática, tendem a transformá-las em distinções significantes. As distinções econômicas são duplicadas e redefinidas dentro do universo simbólico.

O lugar que ocupam as diversas classes e frações de classe na organização da sociedade produz campos de experiência diferentes para seus integrantes. A experiência não é só produto como também produtora de ideologia. (SALTALAMACCHIA, 1979:162).

Esta experiência que realizam membros das distintas classes, tanto no âmbito da produção, quanto do consumo, produzem determinada maneira de conceber o mundo, um determinado "habitus" que permite distinguir as diferentes classes.

Ao se repensar a questão da reprodução simbólica dos trabalhadores do Curimataú procura-se, através dela, fundamentar o processo histórico de construção de uma identidade social.

Essa construção da identidade deu-se, de forma con

tradição, dentro de um conjunto de transformações técnicas, econômicas e sociais que levaram a segmentação dos trabalhadores.

Foi com a mecanização do desfibramento, principalmente com a utilização das máquinas pequenas de base móvel na década de 50 que começou a se formar um novo grupo social no Curimataú, composto de migrantes, ex-moradores, pequenos produtores, etc., que passariam a se dedicar de forma prioritária ao trabalho assalariado no motor.

O trabalho no motor passou a representar também mudanças no modo de vida. O trabalhador passaria a estar mais distante da influência pessoal do patrão, das ordens, favores e laços de compadrio; também passavam a desligarem-se da comunidade: da fazenda, do sítio onde moravam, porque o trabalho do motor não tem lugar certo; se numa semana estão em um local na outra semana estão em outro, muitos passavam a semana inteira fora; começou a haver também uma saída do campo para a cidade desse segmento - principalmente depois do fim da década de 50 e 60. Entre eles saíram os pioneiros que migraram para outras regiões: Bahia, Brasília, São Paulo, Goiás, etc.

Por outro lado a rotatividade de motor em motor e a convivência dos trabalhadores do desfibramento, fez com que todos passassem a se conhecer e se identificar como "trabalhador de motor".

Foi sendo criado todo um universo vocabular para traduzir a especificidade das relações de trabalho: "cambiteiro", "puxador", "dá um tombo", "virador", "cambito solto"; gí

rias como: "nô cego", para dizer que um trabalhador ou dono de motor é ruim; "avexado e abaixado", para dizer que uma coisa foi feita com rapidez, "picar preço", ficar procurando quem pague mais por quilo, etc.

Ao residirem na cidade ou ao voltarem do "Sul", dentro de um processo descontínuo de migração, os trabalhadores de sisal mudavam a forma de comportamento.

Os trabalhadores de motor - mais especificamente os da cidade - buscavam incorporar um "estilo" urbano para fazer a separação dos "matutos do sítio". O comportamento, os locais de encontro, nos armazéns, ou alguns botecos ou mercearias, etc. O consumo de certos bens urbanos: rádio, radiola à pilha, gravador, sapato cavalo de aço, calça boca de sino, etc. Com ranço de discriminação no meio urbano era comum se dizer: *"Se conhece um candango de motor quando vem do Sul, no falar chiando e no gravador dependurado no ombro"*.

Os trabalhadores de motor passaram a ser discriminados não só pelas pessoas da cidade como pelos outros trabalhadores do campo, tanto pelo fato de ficarem cada vez mais desligados da comunidade rural; como pela visão generalizada que todos tinham que o trabalho do motor era o pior de todos. Para os outros trabalhadores o trabalhador de motor personificava uma alternativa de trabalho indesejada; que assustadoramente tornava-se aos poucos uma inevitável alternativa a restar no mercado de trabalho.

Daí a denominação "candango de motor" que incorpora todo o caráter da discriminação. O Candango é aquele que não tem mais acesso a terra, à "agricultura" vive explorado e

desligado da sua comunidade, da sua região, por estar sempre saindo de um local para outro.

- Por que antes havia essa discriminação com o pessoal do motor?

"

- Sabe porque era? Porque muitos se apegava ao serviço do agave, se ele chegava em casa tinha preguiça de ir trabalhar na agricultura, aí eles chamavam de candango de motor... E muitos virou candango mesmo, muitos que deixou mesmo a agricultura e vive só no motor, mas isso por causa do patrão não querer mais ceder a terra prá o homem trabalhar, aí o cara virou candango, porque candango é um morto de fome. Pronto!" (J.I. - ex-Cambiteiro - Trabalhador Velho).

"Porque o cara não fica certo. Trabalha no canto e trabalha duas semana, três e aí se retira. Aí fica candango, fica mudando de um canto prá outro". (J.S. - Cortador - Trabalhador Novo).

Se a palavra "candango" refletia ao nível das representações uma separação no conjunto das relações sociais; ela hoje já não possui a mesma intensidade de sentido.

Com o tempo os donos de motor deixaram de ser os proprietários de terra para ser os próprios trabalhadores. A saída para cidade ganhou uma abrangência cada vez maior de pois de 70 englobando agora não só trabalhadores de motor, mas ex-moradores, ex-pequenos proprietários ou pequenos proprietários, posseiros, etc.

O trabalho de motor passou a ser quase uma alterna

tiva única, durante todo ano, ou só durante um período deste ou mesmo no tempo da estiagem. O trabalho de motor abriu-se para novas categorias de trabalhadores tornando menos delimitada as fronteiras sociais entre os trabalhadores.

Novas pessoas foram se incorporando ao trabalho do sisal, passando a ser conhecidos e identificados pelos outros:

"O Cara chega no final de semana, lá no serviço do motor vai embora, aí aquele pessoal não vai trabalhar mais, aí arruma outra turma, aí na terça feira todo mundo já tá sendo amigo conhecido". (J.S. - Cortador).

A equipe do motor na convivência direta durante a semana ampliam seus contactos. Os trabalhadores sempre marcam essa relação tomando como parâmetro e parentesco: É tudo como uma família:

"É sempre unido, ali é a mesma coisa de família. Só é diferente o primeiro dia, primeiro fica meio..."

- E o virador fica ali com os trabalhadores?

"É a mesma coisa de pai prá filho". (J.S. - Cortador).

Esse convívio entre os trabalhadores ganha novos canais através do parentesco simbólico:

"Fulano é um cara pai de família até bom, convida ele prá ser compadre meu". (J.S. - Cortador).

A informalidade do contacto directo dos trabalhadores no motor expressa-se através de uma frase muito comum: "*Nões leva tudo na brincadeira*".

"*Pelo menos aqui em Coité as turmas é batendo uma nas outras, tomando uns pipôcos de cachaça, dançando forró. As vezes se zanga uns com os outros*". (M.A. - ex-Cambiteiro).

Retomando as três categorias abordadas no Capítulo anterior: pequenos proprietários produtores de sisal, donos de motor e trabalhadores de motor, vemos - que apesar dos enfretamentos que os separam dentro do processo produtivo - todos eles apresentam uma visão comum no que se refere a exploração a que estão submetidos, a falta de alternativas e perspectivas de trabalho, insegurança e instabilidade. O que os identifica na condição de explorados.

Para a maior parte dos donos de motor, os trabalhadores do desfibramento são os mais explorados: "*porque trabalha muito e ganha pouco*" ou porque "*sô sai dele*". Acreditam que a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores passaria pelo aumento do preço do produto.

Quase a totalidade dos pequenos proprietários acredita que a maior exploração na produção sisaleira recai sobre os trabalhadores do desfibramento. (41)

Para os trabalhadores de motor, o dono de motor e o pequeno proprietário, em termos das condições de vida e trabalho, estão muito próximos a eles:

"*O que vejo agora é isso, é que agora os proprietári*

rios de motor é os próprios trabalhadores e nenhum tem condições de virar o motor, eles compram o gás fiado e eu sei disso... Tem proprietário de motor aqui que no dia da feira o que ele recebe do patrão, do dono do campo, ele paga aos trabalhadores e vai fazer a feira fiado, viu, porque não deu prá ele". (J.I. - ex-Cambiteiro).

"Aqui tem proprietário com hum hectare de terra, ou dois, isso é propriedade? Um cabra alto como o finado Silval, a propriedade dele no cemitério é maior que a propriedade de de muitos que tem por aqui, porque pega logo três ou quatro metros de cova. Tenho um irmão que a propriedade é meio hectare - não dá - prá enterrar ele a família se morresse tu do numa semana."

"O pequeno proprietário tá com a situação mais difícil que o trabalhador, logo ele como proprietário tem sempre aquele espírito de rico, né? E hoje tá se vendo obrigado trabalhar alugado também, se quiser comer... e tem muitos aí trabalhando na emergência". (J. I. - ex-Cambiteiro).

"Eu vejo colega aí, que tem tanto assim de sisal e não sai do sítio, não sai do alugado. Ganha aquela micharia que nem chega o fim do ano... Ele faz nada na vida". (M.A. - ex-Virador).

4.5 - IDEOLOGIA DOMINADA/IDENTIDADE POLÍTICA

No Capítulo anterior quando se tratou das questões referentes aos trabalhadores novos e trabalhadores velhos, adiantou-se que a representação do real surge no interior de uma prática social e histórica e, assim, é constituída dentro

de um conjunto de valores, idéias, conhecimentos, etc.

Dependendo da posição social surgem as visões de mundo, através das quais se dão as orientações cognitivas que permitem aos homens a prática e a representação do mundo e suas relações com esse mundo, ligando-os as suas condições de existência e as especificidades dos papéis sociais por eles desempenhados, escondendo e, ao mesmo tempo, revelando e formulando, os reais fundamentos dessas condições de existência por eles vividas.

A ideologia é pois, uma forma de apropriação do real, que se dá através dessa base cultural, segundo os interesses e perspectivas das classes sociais. Como disse KONDER (1984:30), pela inevitável ótica parcializada das classes sociais.

A ideologia é um conjunto vasto, orgânico de valores, crenças, convicções e idéias, unificadas por uma perspectiva de classe.

A ideologia dominada brota no interior mesmo da dominação a que é submetida pela ideologia dominante: a ideologia dominante permeia toda constituição da ideologia dominada; mas essa afirma-se, sempre de alguma forma, na relação que a domina.

Os interesses de classe, oriundos das experiências e práticas históricas dentro de um espaço de vida e trabalho diferenciados expressa-se através de uma linguagem política: a ideologia dominada, que permite a identificação e a reação às formas de dominação e a definição desses seus interesses

em oposição as outras classes.

Já no próprio processo de produção os trabalhadores reinterpretam as categorias e práticas a eles impostas. Os de tentores da força de trabalho reinterpretam a organização da produção em função dos seus interesses.

Não somente as categorias de pensamento e os mode los de comportamento dos trabalhadores se afirmam no próprio quadro da dominação exercida sobre eles, como essas catego rias e práticas afirmam-se de maneira variada, segundo a dife ren ciação interna dos trabalhadores. (LOPES, 1978: 8 - 214).

Como afirma THOMPSON (1987:10):

"A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem - e geralmente se opõem - aos seus".

A luta que os trabalhadores desenvolvem no interior do processo produtivo por seus interesses suscita novos espa ços de embate no interior de instituições de classes e movi mentos coletivos, dentro dos quais esses interesses ganham no va abrangência e delimitam com mais clareza os ângulos da lu ta de classes.

O movimento sindical no Curimataú remonta do final da década de 60.

Nos fins da década de 70 o Sindicato dos Trabalhado

res Rurais de Barra de Santa Rosa sobressaiu-se, entre os outros da região, com sua atuação junto a pequenos posseiros e moradores expropriados.

O Sindicato de Cuitê, desde a sua fundação em 1968, mantinha-se preso ao assistencialismo e a aliança entre a direção, os políticos locais e os grandes proprietários. Em 1981 surgiu uma chapa de oposição reunindo trabalhadores da rua e de uma comunidade local onde a Igreja Católica tinha uma boa penetração. A chapa de oposição foi derrotada, mas passou a ampliar seu trabalho de base e em 1983 conseguiu ganhar a direção do Sindicato. (42)

O Sindicato de Nova Floresta só veio despertar do seu estado de letargia em 1976, com apoio da Igreja e de lideranças sindicais de Cuitê e Barra de Santa Rosa.

De uma forma geral nota-se, que nos três municípios estudados, houve uma significativa mudança nas formas de luta e encaminhamentos políticos levadas pelos sindicatos.

Para isso há uma gama de causas: a mudança nas relações de trabalho e o caráter conflitivo que tem assumido, principalmente depois de 1980, com o aumento da pecuarização, das áreas de reflorestamento, plantio de cajueiro, etc. Há também o desabrochar lento de todo um trabalho de base desenvolvido pela Igreja Católica e de grupos de assessoria sindical que passaram a atuar na região.

A atuação do Sindicato e da Igreja passou a ser vista pelos proprietários como causa da mudança de comportamento dos trabalhadores (43) acirrando os conflitos e dando novo im

pulso ao crescimento sindical.

E há também a mudança da conjuntura política do País que tem favorecido o crescimento sindical como um todo.

Com relação aos trabalhadores do sisal os sindicatos só haviam se ocupado de questões e divergências internas, nas queixas que dividiam pequenos proprietários produtores de sisal, donos de motor e trabalhadores, ou então, encaminhando trabalhadores acidentados em motor para os órgãos públicos previdenciários.

Uma primeira tentativa de mobilização dos trabalhadores do sisal surgiu em Barra de Santa Rosa em 1986, juntando Sindicato dos Trabalhadores e Sindicato Patronal. Mas o movimento mal teve começo e acabou. A liderança dos trabalhadores coloca que o fracasso do movimento deveu-se a proximidade das eleições na Federação dos Sindicatos e a aliança com o Sindicato Patronal:

"A desculpa aqui foi a questão das eleições que vinham por aí e tava todo mundo atarefado e pediram um prazo, né. Depois que passou as eleições veio também outras consequências que as coisas não funcionou, né... O caminho não era esse, a gente podia começar somente com o nosso Sindicato, não envolver Sindicato Patronal. Eu fiquei sem botar o pé no chão. Aí só sei que a coisa começou a morrer mais por aí".
(D. - Liderança Sindical - Barra de Santa Rosa).

Em 1986 a Associação dos Produtores de Sisal promoveu o II Seminário Regional do Sisal. Nessa oportunidade o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuité elaborou o documento "Propostas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cui

té ao II Seminário do Sisal", ⁽⁴⁴⁾ fazendo sua análise da situação do sisal na região e fazendo suas reivindicações. O importante desse fato é que nesse Seminário, realizado por grandes proprietários e industriais do sisal sob a fachada da Associação, o Sindicato conseguiu divulgar suas próprias propostas. Onde o diálogo girava em torno da modernização na produção e desfibramento, o Sindicato reivindicava melhores condições de trabalho no desfibramento e assistência ao pequeno produtor de sisal.

Nos meses de julho e agosto de 1986 a Associação dos Produtores representando os proprietários de sisal, intermediários e a indústria (BRASFIBRA) passou a organizar uma série de reuniões, palestras e programas de radiodifusão propondo por fim ao adiantamento feito aos trabalhadores de motor e a generalização do trabalho por produção na região.

Em contraposição a essas propostas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuité passou a contactar com trabalhadores nas portas dos armazéns, nos motores de agave, nas feiras, procurando tirar uma posição dos trabalhadores.

Em várias reuniões que o Sindicato promoveu os trabalhadores decidiram que, só aceitariam o pagamento por produção se houvesse a elaboração de uma tabela classificatória dos campos de sisal.

E quanto ao corte do adiantamento havia uma recusa geral em aceitá-lo: "*Não vai dá condições da gente trabalhar com fome*", diziam. Caso acontecesse o corte no adiantamento, reivindicavam a regularização do contrato de trabalho através da carteira assinada. Caso contrário, decidiriam parar.

Mas o Sindicato na sua mobilização deparava-se com algumas dificuldades:

A primeira delas. Grande parte dos trabalhadores do sisal não está associada no Sindicato. Isso ocorre devido as precárias condições econômicas dos trabalhadores do motor e ao fato de que muitos deles não mais se consideram trabalhadores rurais, já que grande parte mora na periferia da cidade e mesmo nas questões assistencialistas procuram outros órgãos como: Centro de Saúde ou Prefeitura.

A segunda questão é o Sindicato ter no seu quadro de associados trabalhadores de motor, pequenos proprietários e donos de motor, agentes, que de certa forma, enfrentam-se dentro do processo produtivo.

Esses conflitos são transportados para o interior do Sindicato. Em um caso, por exemplo, de acidente de trabalho, quando o Sindicato procura fazer um acordo sempre acaba desagradando alguma das partes envolvidas.

Nas reuniões, parte dos donos de motor e pequenos proprietários apoiavam o corte no adiantamento e apostavam na inviabilidade da carteira assinada.

Tanto pela desorganização dos proprietários, quanto pela resistência dos trabalhadores, as propostas da Associação foram arquivadas.

Em 02 de maio de 1987 foi realizado o I Encontro dos Trabalhadores de Sisal do Curimataú patrocinado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuité, lideranças sindi

cais de Nova Floresta e Barra de Santa Rosa e com a participação de mais de 500 trabalhadores.

Nesse Encontro discutiu-se o desenvolvimento da produção sisaleira na região, as reivindicações e as perspectivas dos trabalhadores e as propostas de modernização. (45)

Durante os debates nesse I Encontro os trabalhadores discutiram as proximidades de suas situações sociais, mas sempre fazendo referência aos interesses opostos aos seus, operando no discurso uma espécie de identidade contrastiva. (Cf. OLIVEIRA, 1987: 5, 36).

Participaram pequenos proprietários, trabalhadores alugados, donos de motor, trabalhadores de motor, moradores, parceiros, etc., e as propostas que formularam estavam permeadas de enfáticos contrastes: o "nós" e "eles"; "rico" e "pobre"; "pequeno" e "grande".

"O agave só dá prá o grande, que além de desfibrar, cria o gado dentro (dos campos)". (I. A. - Dono de Motor).

Através da análise da produção sisaleira os trabalhadores passaram a repensar o significado da diferenciação de classes, demarcando os espaços sociais e estabelecendo oposições:

"O sisal só serve para o comprador e dono da terra".

"Os ricos compraram as terras".

Ao mesmo tempo que faziam um nivelamento entre eles dentro de uma categoria social única de referência: trabalha
dor.

"Aumento da exploração sobre o trabalhador".

*"Não tem vantagem para o trabalhador, mas para o
proprietário".*

Os contrastes apareciam mais definidos nas questões da modernização, tanto com a nova máquina, quanto pela compra de terras pela BRASFIBRA, que são vistas como formas de redu
zir o mercado de trabalho, aumentando o desemprego e a explo
ração sobre os trabalhadores. (46)

A questão da modernização foi aprofundada durante a pesquisa.

Com relação a nova máquina, apesar de ainda haver grande desinformação a respeito dela entre os trabalhadores, a atitude para com ela é sempre de rejeição:

*"Eu acho que ela vem prá acabar com nós". (J.A.- cor
tador).*

"Acho que vai piorar". (F.G. - Cortador).

*"Não tem futuro, é mais vantagem o motor". (J.A. - pu
xador).*

*"Essa máquina nova, eu não sei não, eu não digo na
da nãc... Eu sei lá. E vai acumular essa peãozada todinha?
Quantas máquinas vão funcionar? Poucas né? Deve ser poucas.
Vai diminuir né, vai diminuir os peões, né... Como é que po*

de?" (M. A. - ex-Virador).

Para alguns donos de motor a nova máquina não trará nenhuma mudança para eles; outros acreditam que a situação para eles vai piorar:

"Ela muda muitas coisas, mas só pra quem puder comprar uma". (F.P. - Dono de Motor).

"Pra nós não muda nada". (E.B. - Dono de Motor).

"Pra os pobre nada, porque você já ouviu falar que veio uma mudança pra os pobres". (L.P. - Dono de Motor).

"Vai é piorar". (M.A. - Dono de Motor).

A opinião dos pequenos proprietários produtores de sisal sobre a nova máquina é praticamente a mesma:

"Acho que o motor é melhor, ela (a nova máquina) vai ser ruim demais". (B.F. - Pequeno Proprietário).

"Tô achando que ela não vai prestar não". (M.P. - Pequeno Proprietário).

"(Vai melhorar) pra quem tem muito agave, pra quem tem pouco não vai adiantar, só pra quem tem muito agave". (M. S. - Pequeno Proprietário).

Com relação as propostas dos proprietários de acabar com o adiantamento, praticamente todos os trabalhadores

são contra. (47)

"Acho isso muito fraco, porque o trabalhador não tem condições de trabalhar sem o adiantamento". (D. S. - Virador).

"Se acontecer mesmo, ninguém quer trabalhar mais". (A.M. - Puxador).

Os donos de motor se dividem nessa questão acerca do corte no adiantamento. Para alguns, o corte no adiantamento seria uma forma de evitar o "tombo" e aumentar o interesse dos trabalhadores; para outros não há condições de virar o motor sem o adiantamento:

"(Deveria haver o corte) porque eles se interessava mais e até ganhava mais". (N.S. - Dono de Motor).

"Porque sem o adiantamento nós não tem condições de virar o motor". (E. B. - Dono de Motor).

Para os pequenos proprietários também há divergências sobre essa questão:

"(Não deveria haver o corte) porque não há condições do dono de motor trabalhar". (A.A. - Pequeno Proprietário).

Em 1988 os Sindicatos de Cuité, Nova Floresta e Barra de Santa Rosa ampliaram as discussões anteriores através de uma proposta de campanha salarial para os trabalhadores de

motor.

Foram feitas reuniões nos três municípios e delas participaram tanto trabalhadores de motor quanto donos de motor e pequenos proprietários. Apesar das divergências constantes entre essas três categorias, chegou-se a conclusão que deveriam pressionar os intermediários e as indústrias para elevar o preço da fibra e que os grandes proprietários deveriam assinar a carteira de trabalho — e essas reivindicações só seriam atendidas através de uma greve geral da categoria.

Mas, ao mesmo tempo, constatavam as dificuldades em organizar uma greve: tanto dificuldades financeiras, quanto pela desorganização interna da categoria.

"Que é necessário fazer uma greve é. Mas uma greve não é um bloco de carnaval não, que depois que se embebeda todo mundo entra nele. Todo mundo vai dançar, pular e beber. Num é? A greve é diferente, a greve a gente tem que preparar. A gente, então, num lugar como Barra, se o caba inventar uma greve ele vai ser decepcionado, sabe. Um com medo do patrão não vai fazer greve; outro com medo da polícia, também não vai participar da greve... Outros nem sequer assistir uma reunião ele vai assistir. Mas se é uma coisa em benefício do pobre ninguém quer ir com medo e nem dá ponto ao outro pobre que tá pregando aquele Evangelho em favor dele. Eles acreditam em mentiras, em promessas falsas. É bom mesmo fazer uma greve, mas com quem? Barra tem essa doença. Aqui chega um político mentindo em cima de um carro e corre todo mundo — até os cegos, se achar quem vá dirigindo — ele vai assistir, mas se é em benefício do pobre ninguém vai querer ir, com medo".
(J.I. - ex-Presidente do STR de Barra de Santa Rosa).

"Acho que ainda não dá prá isso não. Primeiro, a

nossa região é muito carente, ela não tem outro incentivo, ou tro tipo de trabalho para que o pessoal do sisal pare de uma vez. Não tem ainda um fundo de greve, como se diz, uma condição de viãa que eles possam parar um mês, dois ou três. Então eles tão trabalhando, vendendo sua mão-de-obra obrigados, que eles não têm outra fonte de serviço". (E.S. - Presidente do STR de Cuitê).

Para as lideranças sindicais a dinamização das formas de organização e mobilização da classe passa por um duplo obstáculo. A luta externa no enfrentamento com os órgãos de classe dos proprietários, e a luta interna contra a segmentação dos trabalhadores do sisal. Por isso as lideranças sindicais uma palavra é freqüente. "conscientização". Pois é com essa palavra que definem as formas complementares de superar esses obstáculos.

O primeiro objetivo da "conscientização" seria externo, ou seja, seria uma forma de luta ideológica travada contra as idéias dos patrões, veiculadas tanto pela Cooperativa, quanto EMATER, mas principalmente, pela APROSCICS, que emburhava suas propostas econômicas de modernização num projeto político de perpetuar e aprofundar as divergências entre trabalhadores de motor, donos de motor e pequenos proprietários produtores de sisal:

"Associou-se (na APROSCICS) até trabalhador, puxador de agave. Agora iludidos, eles foram incentivados de uma maneira, sem saber. Os trabalhadores e os produtores de sisal dizendo que ia dar os dispositivos para evitar acidentes de trabalho e os trabalhadores começaram a se abestalar. Agora hoje eles tão sentindo que estavam sendo enganados, que não tinha condições de melhorar o sisal com aquele sistema de organização que eles queriam implantar em cima dos trabalhado

res". (E. S. - Presidente do STR de Cuitê).

"Conscientizar" nesse sentido é fazer a defesa dos interesses da classe frente a outras instituições de classe.

O segundo objetivo da "conscientização" teria um sentido interno a classe visando atuar no interior das segmentações que existem e persistem dividindo os trabalhadores em suas formas de luta. Objetivaria criar um bloco interno, com trabalhadores de motor, donos de motor e pequenos proprietários, que lutassem de forma homogênea por interesses comuns.

Para as lideranças sindicais há no processo produtivo uma série de enfrentamentos que separam os trabalhadores, e esses enfrentamentos têm ressonância dentro do Sindicato:

"Existem muitos problemas. Primeiro, vem a questão do acidente de trabalho. O vínculo do trabalhador do sisal é com o dono de motor, o pequeno. Porque o grande é como J., o atravessador e o que tem o lucro maior. O pequeno ele tem o motor, mas ele tem que pagar, tem que assalariar os demais companheiros, ele tem mais trabalho. Aí tem essa questão com conflitos de direitos trabalhistas entre eles. Nunca um grande respondia porque geralmente quem tava assumindo maior responsabilidade de toda a salaria era sempre o trabalhador comum. Então isso era um grande problema porque a gente ficava sem saída.

Quando apareciam (conflitos), eu lembro de um que a gente tentou o caso igual, porque se tratava de dois campos, um tinha motor de agave e outro puxava no motor dele. Então o agricultor reconheceu que o dono de motor não tinha condições de pagar a indenização do tempo que ele trabalhou normal". (L. ex-Presidente do STR de Barra de Santa Rosa).

"Tã meio difícil ainda, porque o dono de motor com o pequeno produtor tã querendo se dividir do trabalhador. Não é fácil de se trabalhar porque eles ainda tã se dividindo um pouco... Porque o cara tem o motor ele é considerado um patrão, um patrãozinho. Ele é um pequeno como todos nós sabemos, mas ele tã querendo ser mais um patrão, tã explorando também o próprio trabalhador". (E. S. - Presidente do STR de Cuitê).

Mas, para as lideranças sindicais, o que há é uma situação paradoxal, onde apesar de persistir uma divisão interna à classe no interior do processo produtivo, há também uma aproximação de interesses dos vários segmentos como fato resultante de um processo de transformação econômica que tem sido responsável por um processo de pauperização do pequeno proprietário e por ter tornado a atividade do dono de motor mais incerta, arriscada e sem retorno.

Para o pequeno proprietário:

"Ele também tã sentindo, ele era um cara médio, mas hoje está caindo. Falta incentivo do governo para tratar os campos, tã criando mato e caindo muito a produção. E eles tã ficando igual ao trabalhador também". (Ibdem).

Para o dono de motor:

"Então a manutenção do motor tã ficando mais alta do que o ganho dele". (Ibdem).

Para o Sindicato as contradições imediatas no interior do processo produtivo impedem a existência de uma visão mais ampla dos interesses em confrontos e das oposições

muns. A "conscientização", realizada através de um "trabalho de base" seria a forma de operar uma mudança a nível das representações dos trabalhadores para criar uma identidade de luta a nível político; uma vez que essa identidade já existe a nível das condições de vida e de trabalho.

"Eu acho que essa briga, eles não chegaram ainda a ver que tem uma coisa aí caminhando: os direitos deles. Seja essas bateadeiras que tão aí organizadas, tão levando os lu cros deles e eles não tão percebendo, não tão vendo que tem alguma coisa aí que tá tirando a visão deles - sem eles nota rem que estão se dividindo. Eu acho que prá gente conseguir juntar eles, tinha que fazer um trabalho de divulgação de um mês, preparar esse povo, nas comunidades ou nos campos onde eles estão trabalhando; fazer um trabalho de conscientização lá no campo mesmo onde eles estão trabalhando, tentando mos trar prá eles que eles tão sofrendo, tão necessitados e não tão notando". (E. S. - Presidente do STR de Cuitê).

"Bom, todos os três (trabalhador de motor, dono de motor e pequeno proprietário) faz parte do quadro sindical, mas é a partir de um tempo desse prá cá que o relacionamento deles vem se dando melhor; quando a gente começou mostrar a eles que todos eles são os mesmos trabalhadores. Antes havia uma certas diferenças quando o trabalhador pensava que o so frimento que ele tinha no motor era por conta do dono do mo tor. Depois a gente começou a esclarecer que não, o dono do motor também é um trabalhador que está lascado aí, né. Aí a gente sente que de um certo tempo desse prá cá eles já começa ram colocar todo esse pessoal numa mesma categoria. Todos três são explorados, né... Eu acho que se houvesse mais um ní vel de consciência se discutia junto. Hoje discute meu problema, amanhã discute o seu - procura um esforço prá se defender junto. Mas eu jogo muito em cima disso, o pessoal não rece be uma preparação". (D. Liderança Sindical - Barra de Santa Rosa).

O Sindicato passa a ter um papel fundamental nesse processo de "conscientização", pois é ele que retrabalha os interesses oriundos do processo produtivo dentro de um espaço mais geral de confronto de classe, porque ele amplia e difunde os interesses, redefinindo a classe, criando seu movimento, sua dinâmica.

A ação sindical passa a ser eficaz quando ajuda a revelar as contradições do senso comum (Cf. GRAMSCI) reafirmando e recriando a ideologia dominada a partir dos interesses e oposições de classe, fortalecendo a unidade em torno de objetivos comuns.

É a ação sindical que pode ligar as questões locais, individuais e cotidianas a questões mais gerais como a campanha salarial e a Reforma Agrária.

É o Sindicato, ainda, um suporte para ação política de classe no confronto com outras instituições de classe.

É a ação sindical que leva a afirmação de uma identidade no interior da luta por interesses comuns:

"Eu notei que depois daquele Encontro (I Encontro dos Trabalhadores do Sisal do Curimataú) a gente sentiu muitos trabalhadores de sisal questionando, procurando saber como é que tá o agave, se já subiu, se a gente vai fazer reunião. Já encontramos, muitos já debatem em cima disso". (E. S. - Presidente do STR de Cuité).

CONCLUSÃO

Procuraremos fazer aqui um balanço das reflexões que nortearam essa investigação e que têm por base a aparente contradição entre a segmentação interna dos trabalhadores e as formas de construção e luta por interesses comuns. (48)

A implantação da cultura sisaleira trouxe, para o conjunto dos trabalhadores: parceiros, moradores, ocupantes, etc., mudanças nas relações com a terra; para os pequenos proprietários significou maior necessidade de se engajarem ao trabalho assalariado, quando não os levou a perderem definitivamente a posse da terra. Mas essas transformações econômicas não significaram a completa proletarização dos trabalhadores, uma vez que os proprietários passaram a se utilizar de forma alternada e diversa, o trabalho na terra e o trabalho assalariado periódico: juntando num só espaço práticas de trabalho novas, antigas e adaptadas.

Essa nova conformação do processo produtivo, em seus diversos artifícios, tem permitido implementar, a baixo custo, novas mudanças no campo, através do paulatino avanço da pecuária e a substituição de lavouras de subsistência por culturas comerciais como: cajú, café, maracujá, etc. E ao mes

mo tempo tem conseguido manter uma cultura imersa em crise permanente como o sisal.

Uma vez que os trabalhadores estão engajados de forma complementar em outras atividades no mercado de trabalho e nas diferentes formas de acesso a terra, estes se inserem no desfibramento do sisal diferenciados em suas necessidades e seus projetos específicos de reprodução.

O trabalho no motor traça novas hierarquias de saber e de poder através das quais os proprietários procuram manter as reclamações e os confrontos internos aos trabalhadores, dispersando seus interesses e sua luta.

Mas os trabalhadores reutilizam-se dessa composição diversificada do processo produtivo como forma de livrarem-se da sujeição, e, ao mesmo tempo, criarem novas estratégias de enfrentamento aos proprietários.

As transformações econômicas fizeram com que o trabalho no motor passasse a incorporar outros segmentos de trabalhadores, recriando o movimento da mão-de-obra e identificando a trajetória ocupacional dos trabalhadores que passaram a ter no desfibramento um ponto de referência.

Donos de motor, pequenos proprietários, trabalhadores de motor, todos aproximaram-se no nivelamento das condições de vida e na contraposição a agentes sociais opostos, dentro de um contexto de crise de dominação.

Embora os trabalhadores possam apresentar projetos distintos, como a volta a terra, o trabalho assalariado permanente, a reforma agrária, etc., há a negação de uma situação

que os ameaça e os unifica nas críticas que fazem as condições de vida e trabalho atual.

E é repensando essa possibilidade de condições e oposições comuns que as lideranças sindicais buscam resgatar essa aproximação de interesses, para transformar em uma força política as diferentes categorias de trabalhadores.

As transformações econômicas ocorridas no Curimataú, após a implantação da cultura sisaleira, deixaram extensos rastros onde percebe-se no chão das relações de produção substanciais alterações.

Um conjunto de modificações imprimiram novos contornos ao plano material. Houve concentração fundiária, diminuição do plantio de produtos de subsistência e o alargamento da monocultura sisaleira; as formas de acesso a terra mudaram; aumentou a migração do campo para a cidade e o trabalho assalariado passou a predominar - as relações de troca ganharam hegemonia.

O embate travado entre trabalhadores e proprietários dentro do espaço produtivo levou, por parte dos proprietários, a mudança nas formas de gestão da mão-de-obra, na venda de seus motores de desfibramento, ao aumento da pecuarização e a formulação de propostas de modernização.

Os trabalhadores criaram e recriaram mecanismos e estratégias de defesa; um conjunto de práticas dispersas surgiram no bojo dos enfrentamentos: formas alternadas de inserção no mercado de trabalho; maior flexibilidade nos meios e

períodos de acesso a terra; aumento da rotatividade no motor; pressão quanto as formas de pagamento no desfibramento, "o tombo", etc.

Esses embates e conflitos - essa luta incessante - no plano material teve seu desdobramento no plano político-ideológico; nas formulações, apropriações, repropriações e nas contestações das idéias - onde os interesses específicos de classe ganham a forma e a dinâmica do discurso no debate em que se envolvem.

A lenda do Capa Verde bem reflete a forma como os trabalhadores apropriaram-se e reelaboraram um discurso externo para através dele repensarem sua própria situação num contexto de profundas mudanças sociais e econômicas.

Vê-se, como constata SOARES, (1981: 142 - 143) que a apropriação de uma imagem (ou discurso) externo não se faz com isenção, neutralidade e objetividade fria e ingênua. Consciente ou inconscientemente, o grupo refrata e transforma as emissões ideológicas que incidem sobre sua esfera de vida, de acordo com um conjunto de fatores irreduzíveis: seus próprios projetos políticos, seus interesses econômicos e a percepção de uma identidade histórica.

Apesar de submetidas as idéias impostas pelas classes dominantes, não faltam as classes subalternas o poder relativo de retrabalharem os símbolos que as submetem, para criarem com eles a ideologia do seu próprio modo de vida subalterno. (BRANDÃO, 1986:298).

Ao nível cognocitivo a crença no Capa Verde é uma

forma de fornecer uma explicação a um fato social que, de outro modo, seria inexplicável. Há a transformação de uma força social incompreensível e incontrolável numa força simbólica, através da qual os trabalhadores estabelecem as oposições e relações sociais no domínio do imaginário.

Dessa forma o Capa Verde é uma expressão imaginária que foi sendo construída no seio de um processo de transformações econômicas que vem homogeneizando a situação da classe trabalhadora, nas diferentes formas e medidas de expropriação e exploração, na modificação das condições materiais de existência e na pauperização a que foram sujeitos. É, portanto, a expressão de valores e experiências negadas, é a delimitação das novas Fronteiras do mundo e dos homens.

A origem e difusão da história do Capa Verde partiu dos "trabalhadores velhos" que viveram na região antes do sisal, mas essa foi sendo transmitida entre as gerações seguintes de trabalhadores.

Retomando os discursos anteriormente transcritos (Capítulo I), vê-se que estes montam-se sempre em cima de antíteses: bem e mal, passado e presente, vida e morte - prôprios a quem coube viver dois tempos, duas realidades sócioeconômica distintas.

A profecia mais que a imposição de um destino inevitável é a antevisão e o anúncio de um projeto comum; mais que submissão ao futuro é uma forma de poder carregar dentro dele as experiências passadas e a reafirmação de valores tradicionais:

"Vão plantar milho, feijão, plantar o grão da roça".

O passado é idealizado, porque é universo pretérito das relações pouco diversificadas, do mundo estável e ordenado. Em contraposição, o futuro é negativo, o Satanás na sua aura cruel e indesvendável, é o espírito da morte, a desagregação das relações sociais, a mudança nas estruturas sociais e de pensamento. O real torna-se ilusório, a morte ganha vida, o impossível chega a ser palpável, porque:

"Aí tá começando a chegar o tempo da roda grande passar pela pequena".

O futuro carrega mudanças na vida social. A desorganização política, a corrupção, "a bancarrôta".

A desestruturação do núcleo familiar: *"Pai mata filho, filho mata pai; marido mata mulher, mulher mata marido".*

Mudança na produção, substituição dos produtos de subsistência pelo agave – uma cultura de mercado, gerando a fome.

Fim da produção de valores de uso e a generalização das relações de troca, a substituição do "fetichismo do dom" pelo "fetichismo da mercadoria". Os alimentos serão adquiridos através da esfera de mercado, necessitando de trabalho assalariado para que assim possam ser comprados: *"E abra o olho e não deixe de plantar roça que a farinha de mandioca vai sair, como qualquer outra mercadoria, em prateleira, pesada em quilo".*

E como consequência dessas transformações é prevista a separação do trabalhador da terra, a perda da propriedade da terra e migração que marcaria o destino de todas as gerações seguintes, num cativo interminável.

"É de chegar um tempo que o pessoal do Norte vai se mudar tudo prá um canto só e ficar casas desocupadas. Muitas casas, pouca fala; muito torno, pouco chapéu; muito pasto e pouco rastro".

O Capa Verde é, principalmente, uma forma de estabelecer no repertório imaginário a representação das condições de vida e trabalho.

O acidente de trabalho seria agora um problema constante na vida do trabalhador:

"Porque deu muito isso no sisal. Arrancar unha, furar olho, cortar mão, braço, essas coisas — isso aí houve de mais".

Outra coisa que o Capa Verde representa é o fim da morada:

"E realmente, uma propriedade que tinha 120 casas como essa do Poço Doce e hoje só tem uma, que é a casa da fazenda".

Mostra também a mudança na dieta alimentar:

"Ah, falava também que prá o fim das eras se matava uma bitela e não tinha quem comesse dela. Será que não tá

acontecendo agora? Mata e ninguém come dela porque não tem quem compre, é cara demais".

E o que tem por baixo de todas essas mudanças é o aprofundamento da desigualdade de classes; onde uma maioria tornou-se presa ao trabalho assalariado e cada vez mais afastado da terra, do campo, e uma pequena minoria monopolizando o processo de produção e a esfera da comercialização:

"Porque em compensação (o sisal) foi até bom, ele deu riqueza a muita gente aí, quem soube se manter com ele arranjou-se, quer dizer, o proprietário, o trabalhador não".

"Ouvi dizer que ele ia aparecer enricando uns e cada vez mais os outro fica mais pobre. Porque você vê, os trabalhadores cada vez mais pobre, cada vez baixando mais e as firmas subindo".

Diante dessa situação um novo horizonte de perspectivas é aberto, vislumbram-se novas formas de fazer o mundo voltar a ser o que era. E o homem que um dia isso fará, será um filho da terra, filho de Deus (dois atributos positivos dentro do conjunto de valores dos trabalhadores — que por não ter uma luta política coletiva encravada na memória social, — vê a mudança surgindo através da astúcia e benevolência de um homem, transformado em "Reis") e a ele cabe retirar o sisal do mundo para que esse possa voltar aos eixos.

"Hai de nascer um filho da terra, filho de Deus, prá chamar pros eixos o que era de novo e cuidar da nova plantação. Hai de ser um homem que dê fé que esse sisal mata a nação e chamar o terreno pro mesmo que era, que Deus é o mesmo..."

É de montar um homem, fundador do munão, nascido dessa terra e ficar como Reis".

Mas a chegada desse homem não se dará pacificamente, porque seria acompanhada de uma Guerra Civil, mesmo que essa só durasse 24 horas.

A Reforma Agrária e a volta da produção de subsistência seria o meio de trazer o mundo para os eixos e o terreno para o que era. O homem escolhido seria o Presidente, ou melhor, o Estado, que é visto acima de todas as contradições sociais e sem nenhuma ligação de classe. Os intermediários do poder são os que estão identificados com as classes dominantes, mas são eles que poderiam alertar ao Presidente para necessidade de acabar com o sisal e voltar ao plantio antigo.

A questão da Reforma Agrária e do Estado mostra que os interesses dos trabalhadores ganharam nova abrangência na configuração das lutas sociais mais amplas travadas pelo restante dos trabalhadores do País e que o papel ideológico e político dos proprietários já está sendo relativizado e negado no meio da existência de novos interlocutores, representados pelas instituições do Estado e pela organização interna dos trabalhadores em Associações, Sindicato, Partido Político, etc.

Os trabalhadores, na medida que pensam o futuro, relativizam a imagem positiva do passado. O proprietário desaparece e surgem novos mediadores com os quais os trabalhadores dialogam suas propostas de mudança. Essas propostas não passam por acordos individuais e arranjos pessoais com os patrões; a aproximação nas formas de vida e no espaço da produ

ção entre os trabalhadores - apesar de sua aparente segmentação - indica também oposições comuns no espaço da dominação a que são submetidos, contra as quais uma nova alternativa coletiva passa a ser vislumbrada.

O surgimento do sisal na região significou para os proprietários a abertura das comportas do mercado, colocando-os como consumidores de novos bens; significou a oportunidade de aumentarem as extensões de terra sobre seus domínios e a possibilidade de multiplicarem as forças de transformação da natureza. Uma palavra que sintetiza com clareza essa separação do passado com o presente é "o progresso" com todas as suas dimensões.

Mas por outro lado, o passado e o presente passam a ter como elo a mudança de comportamento dos trabalhadores que os proprietários expressam na dificuldade que passam a encontrar na gestão da mão-de-obra; na dificuldade de imporem sua dominação; nas inesperadas reações dos trabalhadores a não se sujeitarem aos traçados dos mandos e aos riscos das ordens antes indiscutíveis.

Os proprietários passam a fazer a distinção entre trabalhadores velhos e trabalhadores novos; os primeiros ainda seriam herdeiros de uma ordem passada, dispostos a esgotarem sua força de trabalho em retribuição a amizade, o compadrio e o eventual amparo que os proprietários lhes oferecessem; os segundos, seriam a própria imagem do caos imprimida ao processo de produção, seriam os mais expostos as incosequentes pregações do Sindicato e da Igreja e os mais dispostos a negarem as ordens e o poder.

Ao jogarem com o discurso estas distinções, os proprietários não esperam converterem os trabalhadores novos ao passado; antes pensam dividir os trabalhadores, fazendo por meio de suas disputas o trabalho mais produtivo e o seu poder mais eterno.

No interior do Estado as transformações também abalaram ou remodelaram as bases de poder dos proprietários, redefinindo as confrontações no conjunto da classe dominante.

De uma forma geral, trabalhadores e proprietários ao pensarem a relação passado e presente não o fazem sozinhos, mas dialogando uns com os outros ou entre eles mesmos o velho discurso dos confrontos, que desde sempre é novo.

Só recuperando a relação entre o plano material e o plano político-ideológico é que se compõe o jogo de interesses sobre o qual as classes se constroem a si mesmas e uma as outras.

A segmentação interna que passou a existir no interior da classe trabalhadora foi impulsionada pelo desenvolvimento das forças produtivas. De início, através da chegada dos motores de agave surgiu a primeira especialização no campo e pela primeira vez dividiam-se aqueles que se dedicavam a agricultura e aqueles que teriam no trabalho assalariado do desfibramento a principal e, as vezes, única atividade.

Apareceria, a partir daí, a denominação de "candangos" através da qual os trabalhadores da agricultura procuravam distinguirem-se dos trabalhadores de motor. Essa distin

ção refletia uma certa estanquização que existia entre esses dois segmentos e a reforçava.

No interior do desfibramento com as diversas qualificações abria-se espaço para o surgimento de uma hierarquia representada pelo saber da especialização do puxador e ampliada, pelo patrão, nas diferentes remunerações.

Com o dono de motor e com o virador essa hierarquia tornou-se também uma hierarquia de poder instalada no meio dos trabalhadores, no interior do processo de desfibramento.

Se no desfibramento os proprietários procuraram livrarem-se da posse do motor para não se verem envolvidos em conflitos, na parte da agricultura procuravam livrarem-se dos moradores criando novas formas de dar acesso a terra; abrindo o leque de uma variada composição de arranjos de trabalho.

A expropriação, o incerto e instável acesso a terra, o acirramento dos conflitos forraram o caminho da saída dos trabalhadores do campo. A cidade esperava nas suas ruas separadas e idênticas os que chegavam por caminhos iguais.

O trabalho no motor já não era mais só especificidade de um grupo isolado de "candangos", era a alternativa do pequeno proprietário sem recurso, do parceiro sem morada e do morador sem patrão.

O assalariamento no motor, permanente ou temporário, era agora mais que uma necessidade, era uma dependência.

Um dia pedreiro, um dia na terra, outro no motor e outro no "pau-de-arara": os trabalhadores passavam a parti

lhar a mesma diversidade. Separados no campo ou na cidade, nas formas de acesso a terra, nos períodos de engajamento nos motores, nas qualificações; apesar de tudo, estavam extremamente iguais.

Muitos interesses passaram a ser tão comuns quanto as oposições travadas e ganharam novo redimensionamento no interior do Sindicato.

Os proprietários aumentaram as cercas e soltaram os bois, derrubaram a roça e plantaram cajueiro. Para o desfibramento começaram a vislumbrar a possibilidade da modernização: uma nova máquina de desfibramento além de aumentar a produção, permitiria baixar o preço da mão de obra e aumentar o contingente de reserva, e ainda possibilitaria regularizar a forma de pagamento pondo fim ao adiantamento. Mas sobre isso ainda há diferentes perspectivas empresariais que separam — em certos aspectos — os antigos e os recentes proprietários.

A indústria também passou a implantar seus próprios campos de sisal com uso mais intensivo de máquinas e com a compra da patente da nova máquina de desfibramento.

Proprietários e industriais que sempre separaram-se na barganha dos preços, nas esferas de comercialização e nas salas do Estado, estavam agora agarrados as novas propostas de modernização.

Os trabalhadores vêem no futuro do sisal uma ameaça, a confirmação de uma premonição antiga da qual poucos falam, mas muitos confiam. O Capa Verde resiste, com sua amarga face de horror, mas traz nos olhos a chama que igualha os deserdados e que o futuro incendeia.

NOTAS

(1) TONELADAS DE SISAL (Ton.).

	<u>Brasil</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Paraíba</u>
1945	2.569	2.569	2.418
1946	9.409	9.409	9.091

- fonte: SARAJOVA, 1981 -

(2) Pe. Luiz Santiago que trouxe o sisal para o Curimataú era um homem com idéias adiantadas para seu tempo. Era escritor em 1936 publicou um livro sobre Cuité, que na Bibliografia é citado; sabia tupi-guarani e era inventor. Era arbitrário e chegou ao ponto de mandar derrubar uma Igreja Protestante em Cuité, foi-lhe tomada a batina. Tinha grande influência política na região, mas ao trazer o sisal contou com a resistência de um "Coronel local" que previu que com o sisal passaria a chegar muita gente de fora.

(3) O motor grande, de base fixa, tinha uma potência que variava, dependendo do tipo de motor, de 12 a 22 cavalos, empregando numa faixa de 40 a 50 operários. No motor pequeno o que é usado atualmente, ocupa faixa de nove pessoas e tem seis cavalos de potência.

- (4) "As relações sociais em geral, inclusive as relações com o fazendeiro (ou seus prepostos) estão carregadas de significados peculiares, dos valores e padrões de ação específicos da fazenda, como sistema patrimonial de organização social de vida. Nesse ambiente predominam relações face a face, características dos grupos primários. Por isso o fazendeiro (ou seus prepostos) podem ser compadres do lavrador. Em nível ideológico aí está o reino do valor de uso. Isto é, as relações de produção não são claramente vistas e avaliadas em termos de economia de mercado, de dinheiro". (IANNI, 1984:130).
- (5) "Fetichismo de Dom", empregamos esse conceito com o mesmo sentido que o emprega LOPES (1978:122). Nas representações dos trabalhadores este fetichismo desloca-se do econômico para o político. Constitui-se na crença da equivalência de serviços prestados entre agentes sociais assimétricos.
- (6) Pritão é um tipo de tecido.
- (7) Padre Cícero Romão Batista. Sua popularidade criou-se no fim da década de 1880 em Juazeiro, onde comentavam que a hóstia dada por ele a uma beata transformara-se em sangue. Com isso milhares de romeiros do Norte e Nordeste para lá correram em peregrinação. Temendo perder o controle sobre o ajuntamento popular, a Igreja do Brasil suspende-o temporariamente das suas funções. Chegando a ser, em Roma, censurado pelo Papa. Foi aliado dos coronéis, assinando o Pacto dos Coronéis com 17 chefes polí

ticos da região para garantir a permanência da oligarquia Acioli no Governo Estadual. Foi Prefeito de Juazeiro em 1911, transformou-se em chefe político, proprietário de terras e prédios. Foi excomungado na década de 20. Seu poder declinou depois de 30. Morreu em 1934. (Ver ALENCAR, CAPRI e RIBEIRO, 1981: 206-207).

- (8) A profecia do Capa Verde é bem restrita ao grupo de trabalhadores do sisal. Trabalhador de motor, pequeno produprietário e dono de motor.

Os grandes proprietários, que na maioria são velhos conhecem a profecia de "ouvir falar". Mas vêm a profecia com "estória de trancoso" de trabalhadores, numa discriminação aceita e mal camuflada:

"Isso era estória que o povo inventava, Capa Verde queria dizer coisa ruim". (T. A. - Grande Proprietário).

- (9) Ver dados estatísticos referentes a estrutura agrária em anexo.

- (10) Em Cuité, entre 1980 e 1985, os estabelecimentos agrícolas com áreas superiores a 1.000 ha., passaram de oito estabelecimentos (ocupando uma área de 12.591 ha.), para nove estabelecimentos (ocupando uma área de 16.523 ha.). Em Barra de Santa Rosa, no mesmo período, os estabelecimentos agrícolas com áreas superiores a 1.000 ha., passaram de 12 estabelecimentos (que ocupavam uma área de 21.269 ha.) para 17 estabelecimentos (ocupando uma área de 33.697 ha.). (FIBGE).

(11) Os estabelecimentos agrícolas com áreas abaixo de 500 ha ocupam uma área de 89.846 ha.

Os estabelecimentos agrícolas com área superior a 500 ha ocupam uma área de 94.508 ha - o que representa 51% do total da área ocupada. No entanto, esses estabelecimentos com áreas superiores a 500 ha, só ocupam 14% do total da área ocupada com lavoura temporária e 24% do total da área ocupada com lavoura permanente. (FIBGE/INCRA 1985). Isso indica que grande parte das áreas desses estabelecimentos superiores a 500 ha., são improdutivas ou semi-utilizadas como pastagem natural para criação extensiva.

(12) A nova máquina de sisal foi criada por um mecânico de Nova Floresta em 1986. Para desenvolver seu protótipo teve apoio financeiro da BRASCORDA que comprou a patente do primeiro modelo; mas o idealizador da máquina está fazendo novas mudanças visando aperfeiçoar a capacidade operacional de máquina.

Essa nova máquina difere da "máquina paraibana" que é utilizada na região, porque acaba com a necessidade do puxador de agave, que será substituído por um trabalhador que acomoda as folhas numa esteira levando-as para ser desfibradas - eliminando também o risco de mutilações.

A nova máquina chega a fazer uma produção média de 90 kg de fibras secas por hora, enquanto a máquina 'paraibana' tem uma produção semanal de 2.000 kg de fibras secas.

O consumo da nova máquina é de 19 HP equivalente, em termos de potência, a duas máquinas 'paraibanas'. Em termos

de produtividade a nova máquina é quase quatro vezes superior a máquina 'paraibana'.

(13) O sisal é desfibrado uma vez por ano, dependendo seu período de plantio, por isso no conjunto das propriedades o sisal é desfibrado o ano inteiro - nas propriedades grandes o sisal é desfibrado durante quase todo ano. Mas depois do período de junho a novembro aumenta o pique no desfibramento; depois de dezembro, com o aumento da temperatura, as folhas ficam secas e torna mais difícil a descortificação.

Como o sisal é desfibrado durante todo o ano os trabalhadores podem se inserir paralelamente ou alternadamente nas atividades de agricultura e desfibramento.

(14) Ver Capítulo IV.

(15) No Capítulo II encontra-se uma análise interna a classe dominante, principalmente, dos grandes proprietários. Este capítulo trata apenas da diferenciação interna no interior da classe trabalhadora.

(16) Foram preenchidos 20 formulários com os pequenos proprietários produtores de sisal, através dos quais procurou-se fazer algumas demonstrações estatísticas para complementação das entrevistas.

Os pequenos proprietários escolhidos são aqueles que possuem propriedades com áreas inferiores a 30 ha e plantam sisal.

(17) O trabalhador faz face a sua necessidade de dinheiro vendendo não seu excedente de produto, mas seu excedente de tempo. (KAUTSKY, 1972).

(18) Essas propostas dos pequenos proprietários produtores de sisal surgiram durante o "I Encontro dos Trabalhadores do Sisal no Curimataú". Realizado em Cuité no dia 02 de maio de 1987.

(19) Foram preenchidos 20 formulários com donos de motor que têm como principal meio de subsistência a posse desse meio de produção.

(20) Dos 20 questionários preenchidos com os donos de motor verificou-se:

- 60% deles trabalham o ano inteiro no seu motor e 40% trabalham no motor apenas parte do ano - 4, 6, 7, 8 meses por ano;
- 80% dos donos de motor possuem roçado, 20% deles são pequenos proprietários.

(21) 55% dos donos de motor trabalham no motor como cortadores, 25% trabalham como puxadores, 15% afirmam que exercem várias atividades no motor e 5% dizem não participar do processo de desfibramento.

(22) Foram preenchidos 30 formulários com trabalhadores de motor. Quinze deles trabalhavam por produção e quinze trabalhavam por semana; quinze residiam na zona urbana e quinze, na zona rural.

(23) Em cada motor trabalham dois puxadores que exercem suas atividades simultaneamente e de maneira complementar colocando a folha no interior da máquina para ser desfibrada.

Na Bahia cada motor funciona apenas com um puxador.

(24) Trabalham na faixa de oito a nove trabalhadores em um motor, o que torna grande o número da mão-de-obra empregada no desfibramento. Em 1979 estiveram engajados na colheita do agave 8.704 homens no Curimataú. Cuité, por exemplo, tem dedicada ao desfibramento do sisal 14% da população total do município, o que representa 62,41% da população economicamente ativa do setor agropecuário. (FIBGE).

(25) O Produto, assim, deixa de ser o resultado imediato da atividade de um determinado trabalhador individual para aparecer como produto social de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores, podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho. (Cf. MARX, 1985:584).

(26) Essa responsabilidade reafirma a dependência do trabalhador à máquina, substituindo suas qualidades técnicas, por uma qualidade de ordem moral. (Cf. LOPES, 1978:26).

(27) 55% dos trabalhadores de motor pesquisados possuem roçado.

(28) J.S. por exemplo, tem 23 anos e reside na zona urbana, já migrou quatro vezes para fora do Estado e outras vezes para dentro do Estado;

"A primeira foi prá Tubiara, no Goiás; a segunda vez prá Bahia, trabalhei no sisal, morei lá um bocado de tempo, voltei prá o Norte, aí depois fui prá Goiás e, agora, a última vez, eu fui prá Goiânia".

(29) O dispositivo é feito de ferro para ser colocado na boca da máquina onde os trabalhadores colocam as folhas para o desfibramento; o dispositivo evita que as mãos do puxador cheguem até as lâminas da máquina.

(30) Nos meses de julho e agosto de 1986 a Associação dos Produtores de Sisal, representando os proprietários de sisal, intermediários e a BRASFIBRA, lançou um movimento visando por fim ao adiantamento feito aos trabalhadores e generalizar na região o pagamento por produção.

(31) "Como o valor da força de trabalho é calculado conforme a duração média normal dessa força - pela duração normal da vida do trabalhador e pela correspondente transformação normal da substância vital em movimento de conformidade com a natureza humana. Até certo ponto o desgaste da força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensada com maior salário. Além desse ponto o desgaste aumenta em progressão geométrica e se destroem ao mesmo tempo todas as condições normais para a reprodução e a atividade da força de trabalho. O preço da força de trabalho e o grau de explo

ração desta deixam de ser grandezas mensuráveis". (MARX, 1985:604).

(32) 53% dos trabalhadores que recebem por produção trabalham com um só dono de motor durante o ano. 26% dos que recebem por semana trabalham com um só dono de motor durante o ano.

(33) Nas visitas feitas aos locais de trabalho os trabalhadores costumavam falar "dessa vida de candango". A ironia e o humor com que expressam essa vida, denuncia as condições de trabalho e a própria desvalorização da categoria, por ser o trabalho no motor o menos desejável por todos os trabalhadores.

Um dos trabalhadores comentou: "Quando tem um cara metido a besta, o caba diz logo: isso deve ser um candango de agave".

Quando se fazia um documentário fotográfico um dos trabalhadores brincou: "Esse retrato é prá botar em penico prá assombrar cú".

(34) Para LOPES (1978:8) a dominação a que está submetida a classe operária, própria do Modo de Produção Capitalista, penetra e preenche todos os pontos da esfera da produção e se manifesta a cada operação produtiva dos produtores diretos, mas que a cultura dominada se afirma sempre de alguma forma na relação mesma que a domina. (Essas questões voltam adiante).

(35) Dos 724 trabalhadores que estavam engajados nas Frentes

de Emergência de Cuité em 1981, 103 deles, ou 14.2% eram pequenos proprietários. (Ver, COSTA, 1985).

Em Barra de Santa Rosa houve saque no carro da COBAL. 1983.

Em Cuité houve saque ao armazém da CIBRAZEM - 1987.

Segundo pesquisa "in loco" e depoimentos posteriores tentou-se compor a composição social dos trabalhadores que participaram dos saques. Entre eles havia um número razoável de pequenos proprietários. (Ver: COSTA, 1987).

(36) Em 1987 foram feitos sete acordos entre um proprietário e sete parceiros. A área de terra cedida a cada trabalhador tinha uma média de meio hectare, com o direito de plantar mandioca, feijão, milho e inhame; sem a permissão para plantar qualquer cultura permanente. Ficando 30% da produção de cada um para o proprietário, num prazo estabelecido de dois anos.

Havia até junho de 1987 dois processos em que proprietários indenizavam meeiros.

(37) Ver Capítulo II as queixas dos proprietários sobre os moradores.

(38) Os proprietários quando cedem a terra em troca do desmatamento ou da palha para o gado, afirmam que doam a terra "de graça". - V. Capítulo II.

(39) V. Capítulo II.

- (40) Para tratar das condições de vida procurou-se dar abrangência a todos os trabalhadores da zona urbana, uma vez que o mercado de trabalho regional é composto pela rotatividade da mão-de-obra em várias atividades de forma paralela ou alternada. Apesar de só 13% dos trabalhadores estarem no período da pesquisa trabalhando em motor; o desfibramento engloba muitos outros trabalhadores de forma temporária, e principalmente, no período da estiagem.
- (41) Na pesquisa feita com 20 pequenos proprietários produtores de sisal, 80% afirmaram que é o trabalhador quem mais perde com o sisal, 20% afirmaram que quem mais perde com o sisal é o pequeno proprietário. Dos 20 donos de motor pesquisados, 60% acreditam que é o trabalhador de motor quem mais perde com o sisal, 25% acreditam que é o pequeno produtor que perde com o sisal (e muitos se incluem nessa categoria também); 15% afirmam que são eles quem mais perdem com o sisal.
- (42) Em 1983, haviam 2.174 sócios no Sindicato, mas apenas 284 regularizados; em 1985 o Sindicato já tinha 3.334 sócios e, aproximadamente, 1.500 destes regularizados. Através do Sindicato foi criado em 1987 em Cuité o Partido dos Trabalhadores, já disputando cargos eletivos para Prefeito e Vereadores no ano seguinte.
- (43) Para os proprietários a Igreja e o Sindicato são responsabilizados pela mudança de comportamento dos trabalhadores e o agravamento dos conflitos no campo. (Ver, Capítu

A proximidade nas formas de atuação entre a Igreja e o Sindicato, também é analisada pela Igreja:

"Os patrões, por um lado dizendo que os trabalhadores são ficando mais exigentes, são ficando mais consciente, devido, talvez, ao trabalho da Igreja e do Sindicato. Agora o que de fato acontece é que os trabalhadores são considerados pelos patrões como se fosse um da família, então sendo da família deve ficar sozinho. Se por acaso começar exigir alguma coisa, então as portas se fecham, tem que sair.

O Sindicato quer começar a fazer um trabalho de conscientização, está levando o nome de comunista, juntamente com a Igreja, porque dá uma consciência do que é o direito de cada um. Para muita gente é subversão". (Pe. Donato Rizzi - Pároco de Cuité, Nova Floresta e Barra de Santa Rosa).

(44) V. Documento do Sindicato em anexo.

(45) V. Documento elaborado no Encontro em anexo.

(46) V. Documento elaborado no Encontro em anexo.

(47) Dos 30 trabalhadores pesquisados, 95% são contra o corte no adiantamento. Dos 20 donos de motor pesquisados, 60% são contra o corte no adiantamento. Dos 20 pequenos proprietários pesquisados, 65% são contra o corte no adiantamento.

(48) LOPES (1978) procura analisar a mesma questão quando confronta os operários da cana com os trabalhadores da zona canavieira de Pernambuco:

"Essa tendência à expropriação, acelerada pelas dificuldades financeiras das usinas, pelas modificações 'modernizantes' de algumas administrações desejando diminuir as despesas com a manutenção das casas dos operários e outras concessões e pelas fusões de usinas, vem aproximar as reclamações e as formas de resistência dos operários às dos moradores da parte agrícola, invertendo a estagnação entre operários e trabalhadores rurais que a usina sempre faz questão de reforçar como condição estratégica de sua dominação sobre todos os seus trabalhadores". (p. 214).

ANEXOS

ANEXO I

FUNÇÃO DOS TRABALHADORES NO PROCESSO DE DESFIBRAMENTO DO SISAL

Função	Sexo Idade	Atividade	Engajamento no Desfibramento	Acesso à Terra
Corte	H/A - J	Corta Folhas no Campo	+ P	CA SA
Cambito	H/A - J-C	Carrega as Folhas do Campo ao Motor	+ P	CA SA
Puxar	H/A	Desfibra as Fo lhas na Máquina	+ T	CA SA
Bagaço	H/A	Retira os Resíduos do desfibramento espalhando-os no campo.	+ T	CA SA
Estender	M/A	Lava as fibras es tendendo-as para secagem.	+ T	CA SA

H - Homem
M - Mulher
A - Adulto
J - Jovem
C - Criança

+ P - Mais Permanente
+ T - Mais Temporário

CA - Acesso a Terra
SA - Sem Acesso a
Terra.

ANEXO 2

CICLO AGRÍCOLA NO CURIMATAÚ *

Meses	Plantio		Colheita	
Janeiro			S i s a l	
Fevereiro				
Março	Feijão, Milho	Algodão		
Abril				
Maio	Mandioca		Feijão	Pasto Natural
Junho				
Julho			Milho	Pasto nos Roçados de Milho e Feijão
Agosto				
Setembro				Mandioca e Algodão
Outubro				
Novembro	Agave e Palma			
Dezembro				

S i s a l

ANEXO 3

II SEMINÁRIO REGIONAL DO SISAL NA PARAÍBA

O II Seminário Regional da Paraíba foi realizado no dia 09 de março de 1986 em Cuitê, através da Associação dos Produtores de Sisal do Curimataú e Seridó Paraibano - APROSICS e da Associação dos Municípios do Curimataú Paraibano - AMCUP, com o apoio da EMATER-PB, BRASFIBRA S/A, COSIBRA S/A, Lions Club de Cuitê, COAGRO LTDA (Cooperativa Agrícola Mista do Curimataú) e Rádio Cenecista de Picuí.

O documento "Proposta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cuitê e II Seminário do Sisal na Paraíba" inicia analisando a forma de implantação do sisal na região: "firmou-se como monocultura, englobando áreas antes destinadas a produção de subsistência: mandioca, milho, feijão".

O sisal, segundo o documento, promoveu o aumento da concentração fundiária e a expulsão da mão-de-obra do campo, dirigindo essa para as periferias da cidade.

Afirma que o pequeno proprietário "ficou preso a um sistema fechado e renovado de exploração... sem condições de modernizar ou acumular... quando não perdeu a terra, teve que sair vendendo a força de trabalho familiar nas propriedades

O documento analisa também as condições de trabalho no desfibramento:

- . Baixo preço de venda da força de trabalho;
- . Falta de segurança no trabalho - acidentes de trabalho;
- . Exploração do trabalho de mulheres e crianças;
- . Jornada de trabalho acima das oito horas diárias.

Fala sobre as condições de trabalho nas bateadeiras de sisal:

- . Desrespeito aos direitos trabalhistas;
- . Falta de segurança no trabalho;
- . Alto nível de poluição.

O documento diz ainda que as pequenas indústrias artesanais de corda, que empregavam o trabalho familiar, foram desestruturadas.

Diante dessa situação o Sindicato propõe:

Na Produção:

- . Preço mínimo real e compensador;
- . Agilização por parte do Governo dos mecanismos de compra da CFP;
- . Melhores condições de trabalho;
- . Proteção do trabalhador no local de trabalho;

- . Carteira assinada;
- . Jornada de oito horas de trabalho diária;
- . Fiscalização do Ministério do Trabalho em conjunto com o Sindicato nos motores;
- . Crédito para pequenos proprietários implantarem campos de sisal, dentro de um programa amplo de diversificação da produção e distribuição da terra;
- . Salário desemprego para os trabalhadores acidentados e aposentadoria para os inválidos;
- . Assistência médica efetiva e específica para os trabalhadores do sisal;
- . Melhores condições de trabalho nas indústrias de sisal.

ANEXO 4

I ENCONTRO DOS TRABALHADORES DE SISAL DO CURIMATAÚ

O I Encontro dos Trabalhadores de Sisal do Curimataú foi realizado no dia 02 de maio de 1987 em Cuitê através do Sindicato dos Trabalhadores, com a participação de grupos de jovens da cidade.

O Encontro juntou, aproximadamente 500 trabalhadores: trabalhadores de motor, donos de motor, pequenos proprietários, parceiros, posseiros, trabalhadores alugados, arrendatários, etc. Foi feita a divisão dos trabalhadores em pequenos grupos para discussão de questões comuns. Logo em seguida os Coordenadores dos grupos juntaram todo material de discussão resumindo todas as discussões no documento abaixo:

19) O que tem mudado na região nos últimos anos?

- . O salário tem caído;
- . Tem-se acirrado a relação patrão-trabalhador;
- . Diminuição das áreas de roçado;
- . Desaparecimento do pequeno produtor;
- . Compra das terras pelos ricos;
- . Diminuição dos alimentos básicos;
- . Êxodo rural;
- . Ação do Intermediário;
- Aumento da jornada de trabalho;

- . Queda do preço do produto;
- . Falta de organização dos trabalhadores;
- . Acidentes de trabalho;
- . Não houve alterações.

29) Por que isso aconteceu?

- . Exploração dos grandes;
- . Porque é a única opção de trabalho (o motor);
- . O preço do agave é baixo;
- . Presença do latifúndio;
- . Falta de orientação e comunicação;
- . Falta de dinheiro para plantar e tratar;
- . Dá muito trabalho para cultivar;
- . Aumento da população.

39) O que acha das terras compradas pela Empresa
(BRASFIBRA)

- . Monopolização da terra e dos batimentos;
- . Aumento da exploração sobre o trabalhador;
- . Piora a situação - toma espaço da produção de alimentos;
- . Acaba com os trabalhadores;
- . Redução do mercado de trabalho.

49) Vantagens e desvantagens da introdução de novas tecnologias no sisal (nova máquina de desfibramento)

Aumento o desemprego:

- . Não tem vantagem para o trabalhador, mas para o proprietário;
- . Piora a situação da região;
- . Não conhecem.

59) Quais as perspectivas do sisal na região?

- . Vai acabar;
- . Vai trazer mais fome, desemprego e êxodo;
- . Não tem futuro;
- . Vai aumentar a exploração do trabalhador.

69) Reivindicações dos trabalhadores

- . Jornada de trabalho de oito horas;
- . Aumento do preço do produto;
- . Aumento da área de agricultura de subsistên
cia;
- . Preço justo para o trabalhador;
- . Carteira Assinada;
- . Reforma Agrária;
- . Melhores condições de trabalho;
- . Assistência Médica;
- . Melhorar a Aposentadoria;
- . Limitar a área plantada de sisal;
- . Baixar o preço das mercadorias;
- . Garantia dos direitos trabalhistas;
- . Máquinas modernas .

79) Como conseguir essas reivindicações?

- . Zoneamento agrícola (tirar o sisal da serra);
- . União dos trabalhadores;
- . Fazer greve;
- . Crédito Fundiário;
- . Fortalecimento do Sindicato.

ANEXO 5

Grupos de Área Total dos Estabelecimentos Agrícolas

MUNICÍPIO	GRUPOS DE ÁREA TOTAL							
	Est.	Área	Menos de 1		1 a Menos de 2		2 a Menos de 5	
			Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Curimataú	10218	207266	278	148	1883	2259	3875	11036
Barra de Santa Rosa	1761	69163	41	16	200	209	521	1470
Cuité	3006	62114	108	56	495	594	1031	2981
Nova Floresta	286	4522	-	-	64	74	81	237

- Continuação -

5 a Menos de 10		10 A menos de 20		20 a Menos de 50		50 A menos de 100	
Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
1831	11727	1042	13380	712	20692	241	16439
319	2058	255	3153	222	6590	74	5092
592	3797	347	4474	249	7071	76	5279
58	365	33	452	30	907	10	666

Fonte: FIBGE.

- Continuação - Grupos de Área Total

100 a Menos de 200		200 a Menos de 500		500 a Menos de 1000		1000 a Menos de 2000		2000 a Menos de 5000	
Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
171	23027	116	34794	40	25498	21	29079	8	18779
61	8097	41	12300	15	8905	8	11449	4	9820
57	7525	30	8990	13	8753	6	7864	2	4727
6	772	4	1047	-	-	-	-	-	-

ANEXO 6

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS MUNICÍPIOS - PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Estrato (ha)		Barra de Santa Rosa	Nova Floresta	Cuité
Zero à 100	Propriedades	732	227	1.160
	Área	18.204	2.850	21.895
101 à 500	Propriedades	101	09	106
	Área	23.411	2.011	21.475
501 à 1000	Propriedades	20	-	17
	Área	13.915	-	11.871
1.001 à 5.000	Propriedades	18	-	07
	Área	36.645	-	15.442
5.001 à 10.000	Propriedades	01	-	-
	Área	5.193	-	-

Fonte: INCRA, 1983.

Área - Área Total das Propriedades em ha.

CENSOS ECONÔMICOS - 1985 - SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO - Paraíba - Cuité.

Estabelecimentos, Áreas Total das Lavouras Permanentes e Temporárias, Pessoal Ocupado, Tratores e Efetivos de Bovinos, Suínos e Aves, Segundo a Condição do Produtor e Grupos de Área Total

CONDIÇÃO DO PRODUTOR e GRUPOS DE ÁREA TOTAL	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área das Lavouras (ha)		Pessoal Ocupado	Tratores	Efetivos (Número de Cabeças)		
			Permanentes	Temporárias			Bovinos	Suínos	Aves
TOTAIS...	3.374	63.051	12.380	10.747	9.125	33	11.329	2.490	31.592
CONDIÇÃO DO PRODUTOR									
Proprietário	1.605	56.195	10.036	7.360	4.846	31	10.268	1.336	17.641
Arrendatário	87	394	140	178	186	-	42	14	289
Parceiro	953	3.386	1.393	1.804	2.373	-	327	748	7.267
Ocupante	728	1.995	390	1.173	1.698	1	442	392	6.365
Outra Condição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem Declaração	1	1.080	420	230	22	1	250	-	30
GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)									
Menos de 10	2.658	7.321	2.001	4.342	6.176	1	1.247	1.656	22.625
Menos de 1	280	127	12	112	542	-	4	22	1.371
1 a Menos de 2	715	820	103	678	1.422	1	97	211	4.272
2 a Menos de 5	1.188	3.337	959	2.075	2.761	-	541	804	10.195
5 a Menos de 10	475	3.035	926	1.475	1.451	-	605	619	6.787
10 a Menos de 100	618	15.673	5.019	3.496	2.070	14	3.104	750	8.199
10 a Menos de 20	342	4.381	1.468	1.543	1.153	2	957	421	4.236
20 a Menos de 50	196	5.724	1.746	1.351	655	4	1.086	234	3.115
50 a Menos de 100	80	5.568	1.805	601	262	8	1.061	95	848
100 a Menos de 1.000	89	23.532	4.054	1.966	627	11	4.104	82	706
100 a Menos de 200	48	6.432	1.496	738	189	2	954	51	386
200 a Menos de 500	29	8.962	1.903	649	211	5	1.859	23	147
500 a Menos de 1.000	12	8.138	655	579	227	4	1.291	8	173
1000 a Menos de 10.000	9	16.523	1.305	942	252	7	2.874	2	62
1000 a Menos de 2.000	7	9.511	705	912	226	7	2.507	2	62
2000 a Menos de 5.000	2	7.012	600	30	26	-	367	-	-
5000 a Menos de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.000 e Mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.000 a Menos de 100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100.000 e Mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Estabelecimentos, Áreas Total e das Lavouras Permanentes e Temporárias, Pessoal Ocupado, Tratores e Efetivos de Bovinos, Suínos e Aves, Segundo a Condição do Produtor e Grupos de Área Total

CONDIÇÃO DO PRODUTOR e GRUPOS DE ÁREA TOTAL	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área das Lavouras (ha)		Pessoal Ocupado	Tratores	Efetivos (Número de Cabeças)		
			Permanentes	Temporárias			Bovinos	Suínos	Aves
TOTAIS.....	433	4.442	2.445	813	956	11	827	148	3.777
CONDIÇÃO DO PRODUTOR									
Proprietário	254	4.030	2.283	589	605	11	776	128	2.964
Arrendatário	2	2	0	1	3	-	-	-	-
Parceiro	83	202	70	130	172	-	5	14	33
Ocupante	94	207	91	91	176	-	46	6	47
Outra Condição	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupos de Área Total (ha)									
Menos de 10	367	962	472	431	719	1	104	128	2.85
Menos de 1	65	34	6	28	118	-	8	12	20
1 a Menos de 2	108	131	50	78	202	-	10	41	71
2 a Menos de 5	135	396	181	187	266	1	18	39	1.13
5 a Menos de 10	59	399	233	138	133	-	68	36	79
10 a Menos de 100	57	1.382	779	226	154	3	234	14	78
10 a Menos de 20	30	386	192	121	72	-	147	12	43
20 a Menos de 50	23	776	472	98	78	3	73	2	33
50 a Menos de 100	4	220	114	7	4	-	14	-	1
100 a Menos de 1.000	9	2.097	1.194	156	83	7	489	6	13
100 a Menos de 200	5	641	270	97	26	1	168	-	10
500 a Menos de 1.000	1	561	400	25	41	3	147	6	-
1.000 a Menos de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.000 a Menos de 2.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.000 a Menos de 5.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5.000 a Menos de 10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.000 e Mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10.000 a Menos de 100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
100.000 e Mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem Declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-

QUESTIONÁRIO - MODELO 1

TRABALHADOR DE MOTOR

1. Nome: _____ Idade: _____
2. Endereço: _____
3. Em que o pai trabalhava: _____
4. O pai possuía propriedade: _____
5. Você tem ou teve propriedade: _____
Tem ou teve roçado: _____
6. Sempre trabalhou no motor () Sim () Não
7. Antes de trabalhar no motor em que trabalhava: _____

8. Trabalha no Motor () Permanente () Temporário
Quanto tempo _____ O que faz depois _____
9. Sempre morou no atual local de residência () S () N
Onde morava antes: _____
10. Já migrou () Sim () Não
Para Onde: _____
Quando: _____
11. Qual sua função no motor: _____
12. Desde quando executa essa função: _____
13. Como aprendeu: _____
14. Gostaria de fazer outro trabalho no motor: () S () N
Qual: _____
15. Qual o horário de trabalho no motor: _____
Por quem foi estabelecido: _____
16. Recebe pagamento de quem: _____
17. Recebe _____ Por Semana () () Por Produção

18. Prefere o pagamento por semana () ou por Produção ()
Porque:
19. Com quantos donos de motor trabalha por ano? _____
20. Quem fiscaliza o trabalho: _____
21. Que reclamações os trabalhadores fazem:
Do dono de motor:
Do virador:
Do dono da propriedade:
22. Já sofreu algum acidente: () S () N
Procurou a quem:
23. Já teve algum atrito com dono de motor: () S () N Porque
24. Já ouviu falar na nova máquina de desfibramento: () S () N
O que acha dela:
25. É a favor () ou contra () ao corte no adiantamento:
Porque.
26. É melhor o pagamento por semana () ou por produção ()
Porque.
27. Quem você acha que se beneficia com o sisal hoje, porque:
28. Qual sua reivindicação quanto a situação dos trabalhadores do sisal:
29. É sócio do Sindicato () S ou () N
Já precisou resolver algo no Sindicato () S () N
O que
30. Participou de alguma reunião sobre o sisal? Onde? Quando?
O que discutiu na reunião?
O que significa para você?

QUESTIONÁRIO - MODELO 2

DONO DE MOTOR

1. Nome: Idade:
2. Endereço:
3. Em que o pai trabalhava:
4. O pai possuía propriedade:
5. Sempre morou no atual local de residência () S () N
Onde morava antes:
6. Possui: () Terra () Roçado
7. Quem trabalha nela:
8. Trabalha no motor () Permanente () Temporário
() Quanto Tempo
- O que faz depois
9. Já migrou - para onde
- quando
10. Quantos motores possui?
11. Como os comprou?
12. Como escolhe os trabalhadores que contrata:
13. Quem organiza o horário de trabalho:
14. Tem Virador? () S () N
15. Por que fiscaliza o trabalho:
16. Quais as reclamações que faz ao trabalhador
17. Trabalha por semana () ou por produção ()

18. É melhor o pagamento por semana () ou por produção ()

Por que:

19. Quem faz o pagamento dos trabalhadores:

20. De quem recebe o adiantamento:

21. A quem vende a produção:

22. Já ficou devendo ao intermediário: () S () N

O que fez para pagar:

23. A quem procura quando o motor quebra:

24. Qual seu trabalho no motor:

25. É sócio do Sindicato? () S () N

Participa das Reuniões

Já foi ao Sindicato resolver alguma questão

26. É sócio da APROSCICS () S () N

27. É sócio da COOPERATIVA () S () N

28. Na situação atual quem mais perde com o sisal:

Por que:

29. Já aconteceu algum acidente de trabalho no seu motor:

() S () N

Como procedeu:

30. Quanto ao corte no adiantamento () é Contra () a Favor

Por que:

31. O que a nova máquina vai mudar na região?

32. Quem ganha com o sisal na região?

33. Ouviu falar no Capa Verde? O que diziam?

QUESTIONÁRIO - MODELO 3

PEQUENO PROPRIETÁRIO

1. Nome: _____ Idade: _____
2. Endereço: _____
3. O pai possuía propriedade: () S () N
4. Sempre morou no atual local de residência () S () N
Onde morava antes: _____
5. Qual o tamanho da propriedade: _____
6. Quem trabalha nela: _____
7. Fora da propriedade trabalha em que: _____
8. Contrata trabalhadores de fora: _____
9. O que planta _____
10. Já migrou () N () S
Para onde: _____
Quando: _____
11. Já pensou vender a terra () S () N
Por que: _____
12. Desde quando planta sisal: _____
13. Por que começou a plantá-lo: _____
14. Deixou de plantar outra coisa para fazer o plantio de sisal: _____
15. Quantos hectares tem de sisal na propriedade: _____
16. Quando desfibrou a última vez: _____
17. Quem faz a limpa nos campos: _____
18. Recibe dinheiro adiantado () S () N

19. A quem vendeu a produção:
20. Quais as queixas:
Com os trabalhadores de motor:
Com o dono do motor:
21. Fiscaliza o trabalho no motor:
22. Prefere o trabalho por () semana ou por () produção
Por que
23. Acha que deveria haver o corte no adiantamento () S () N
porque
24. O que vai mudar a nova máquina:
A quem a nova máquina vai beneficiar:
25. Participa da APROSCICS () S () N
26. Participa do Sindicato () S () N
Já procurou o Sindicato
27. É sócio da Cooperativa () S () N Porque
28. Recebe crédito do Banco do Brasil () S () N
29. Recebe Assistência Técnica da EMATER () S () N
30. Na situação atual quem mais perde com o sisal? Porque:
31. Quem aqui ganha com o sisal?
32. Já ouviu falar no Capa Verde? O que diziam?

BIBLIOGRAFIA

- ALAVI, Hamza. Revolução no Campo - Problemas e Perspectivas do Socialismo. Rio de Janeiro, 1969.
- ALENCAR, Francisco. et alii. História da Sociedade Brasileira. 3.^a ed. Livro Técnico - S/A. - Rio de Janeiro, 1986.
- ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem do Nordeste. 4.^a ed. Livraria Editora Ciências Humanas - São Paulo, 1980.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Deuses do Povo. Um Estudo sobre Religião Popular. Ed. Brasiliense - 2.^a Edição. São Paulo. 1986.
- BURDIEU, Pierre. Condições de Classe e Posições de Classe. Mimeo. 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. 2.^a Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento, Brasil JK - JQ. Paz e Terra, 2.^a Ed. Rio de Janeiro, 1978.
- COSTA, Ramilton Marinho. As Frentes de Emergência - Um Estudo de Caso - Estágio Supervisionado - UFPB - Campina Grande. 1985.
- COSTA, Ramilton Marinho. A Estiagem e os Saques. Original Da

- COSTA, Ramilton Marinho. et alii. Perfil Geo-Sócio-Econômico do Curimataú Paraibano - Convênio AMCUP/SUDENE - Mimeo. Curitiba, Paraíba, 1984.
- DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. 9.^a Edição. Companhia Editora Nacional - São Paulo, 1978.
- FALCÃO, João Emídio. Forragem de Sisal, Alternativa do Semi-Árido. Dissertação de Mestrado. UFPB - João Pessoa - Paraíba, 1983.
- GIULIANI, Gian Mario. A Burguesia Agrária: O Caso da Paraíba. In: Relações de Trabalho, Relações de Poder, 1987.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; CASTRO, Nadya Araújo. Movimento Sindical e Formação de Classe - Elementos para uma Discussão Teórico-Metodológica - Mimeo, 1986.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2.^a Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Portucalense Editora. Porto, 1972.
- KONDER, Leandro. O Que é Dialética. 10.^a Edição. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- LOPES, José Sérgio Leite. O Vapor do Diabo. 2.^a Ed. Cortez Editora. São Paulo, 1986.
- MATTA, Roberto da. A Casa e a Rua. Editora Guanabara. Rio de Janeiro, 1987.
- MARX, Karl. O Capital. Livro I, Vol. II - DIFEL - São Paulo, 1985.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo, 1985.

- NAKATANI, Lúcia de Fátima Couto. Saúde em Questão: Um Estudo das Representações Sociais dos Trabalhadores do Sisal da Paraíba - Projeto de Pesquisa - UFPB - Campina Grande, 1988.
- OASHI, Maria da Conceição Guimarães. O Sisal como Fonte Alternativa de Matéria Prima para Álcool. Dissertação de Mestrado - UFPB - João Pessoa, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. 3.^a Ed. Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Identidade, Etnia e Estrutura Social. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo, 1986.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e Trabalho: Nota sobre as Relações Sociais na "Plantation" Tradicional. In: "Contraponto". nº 02 Rio de Janeiro, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. Diferenciação Social e Participação Política do Campesinato. Primeiras Questões, Mimeo, 1979.
- PRZEWWORSKY, Adam. O Processo de Formação das Classes. In: Dados. Rio de Janeiro, nº 16, p. 3 a 31, 1987.
- SALTALAMACCHIA, Homero Rodolfo. O Processo de Formação das Classes. Uma Crítica a Adam Przeworski. In: Dados. Rio de Janeiro, nº 21, p. 141 a 166. 1979.
- SARAIVA, Ivony Lúcia Monteiro. Cooperativa de Sisal Sociedade de Anônima. Dissertação de Mestrado - UFPB. Campina Grande, 1981.
- SANTIAGO, Pe. Luiz. A Serra de Cuité, Sua História, Seus Progressos, Suas Possibilidades. Oficinas Gráficas d'A IMPRENSA, João Pessoa, Paraíba, 1936.

SIGAUD, Lygia. A Idealização do Passado Numa Área de Plantation. In: Revista de Ciências Sociais, Ano II, nº 2, Novembro, 1977.

THOMPSON, E. P. - A Formação da Classe Operária Inglesa I. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital. Universidade de Campinas - Campinas, 1979.

WOLF, Eric. R. Guerras Camponêsas no Século XX. Temas 3 Editora Global, São Paulo, 1984.